

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Railson da Silva Barboza

A ESQUERDA CATÓLICA E O PAPEL DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA
NA RESISTÊNCIA AO PROJETO DE DITADURA:
Formação política e histórico-social.

NITERÓI - RJ

2021

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

B238e Barboza, Railson da Silva
A ESQUERDA CATÓLICA E O PAPEL DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA NA
RESISTÊNCIA AO PROJETO DE DITADURA: : Formação política e
histórico-social. / Railson da Silva Barboza ; Luci Faria
Pinheiro, orientadora. Niterói, 2021.
137 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGESS.2021.m.10615063713>

1. Esquerda Católica. 2. Ditadura. 3. Juventude. 4.
Resistência. 5. Produção intelectual. I. Pinheiro, Luci
Faria, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense.
Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD -

Bibliotecário responsável: Sandra Lopes Coelho - CRB7/3389

RAILSON DA SILVA BARBOZA

A ESQUERDA CATÓLICA E O PAPEL DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA NA
RESISTÊNCIA AO PROJETO DE DITADURA:

Formação política e histórico-social.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos de Pós-Graduados da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lucí Faria Pinheiro

Niterói/ RJ
Janeiro de 2021

RAÍLSON DA SILVA BARBOZA

A ESQUERDA CATÓLICA E O PAPEL DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA NA
RESISTÊNCIA AO PROJETO DE DITADURA:

Formação política e histórico-social.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lucí Faria Pinheiro – Orientadora
UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Rafael Barros Vieira
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a. Dr.^a. Cláudia da Silva Neves
UEL – Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr.^a. Ana Elizabeth Lole dos Santos
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Suplente)

AGRADECIMENTOS

*Estamos aqui para recordar o que aconteceu
e para declarar solenemente
que "eles" não podem repetir o que fizeram.
Mas quem são "eles"?*

(Umberto Eco)

Agradeço, primeiramente, a Deus. Mesmo sentado no "banco dos réus agnósticos", reconheço sua autoridade e ordenamento. Meu senso religioso não morre, mas "desperta do sono dogmático", parafraseando o filósofo alemão Immanuel Kant. Por isso, agradeço a Ele.

À minha orientadora, Profª Drª Luci Faria Pinheiro, minha total gratidão. Desde nosso primeiro encontro, antes mesmo do processo seletivo do Mestrado, acreditou e acompanhou esse projeto. Não tenho palavras para expressar minha gratidão, meu carinho e meu respeito. Você é referência para mim. Muito obrigado.

Ao Prof Dr Rafael Vieira, meu muito obrigado. Seu modo convicto e apaixonado de falar sobre a História me inspirou. Muito obrigado por aceitar participar dessa banca.

À Profª Drª Ana Lole, meus singelos agradecimentos. Sua disponibilidade e atenção comigo me cativou. Muito obrigado por aceitar participar dessa banca.

À Profª Drª Cláudia Neves, minha gratidão. Serei sempre grato pela recepção carinhosa e interessada sobre o assunto, lá na qualificação. Muito obrigado por aceitar participar dessa banca.

Ao meu pai, Renato, meu muito obrigado pelas broncas e palavras duras. O ouro deve-se forjar no fogo, mesmo que esse fogo não tenha previsão de parar. Sua doçura, mesmo sendo firme, me emociona e me inspira. Quero ser como você.

À minha mãe, Lourdes, não tenho palavras. Você é minha inspiração, meu aconchego, meu exemplo. Mulher nordestina que nunca permitiu que alguém a rebaixasse. Se eu tiver metade da sua força e sua coragem, serei feliz. Te amo mais do que imaginas!

À minha companheira nessa jornada, Daiana, que hoje carrega nossa maior missão e presente, Miguel Elias, meu muito obrigado. Me aguentar não é uma tarefa fácil, muito menos doce. Serei sempre grato pelo seu carinho, atenção e zelo. Mesmo diante de tantas dificuldades, sabemos que temos um ao outro. Isso me dá forças. Você foi a melhor escolha que fiz. Tenha certeza disso. Te amo.

Ao meu "co-escritor" Zack, meu companheiro pug, de quatro patas. Mesmo sabendo que você não lerá isso, saiba que o papai também te ama. Obrigado pelo carinho e bagunça que fazia enquanto eu escrevia.

Às amigas e irmãs que o mestrado me deu, Bia Quiroga e Rafa Musmanno. Vocês não têm noção do carinho e gratidão que tenho. O fardo pesado e desanimador, que muitas vezes o mestrado nos presenteia, ficam leves e doces com a amizade de vocês. Em meio à briga, perdão, desespero, choro, alegria, motivação, parceria, união, amizade, construímos uma família. Conosco a alegria sempre é em comum, nunca individual (e as tristezas também). Amo vocês.

Ao meu amigo e incentivador, Padre André, que no momento mais crítico da minha vida, estava lá comigo. Quando todos me viraram as costas, pois o estigma do "ex religioso" me assombrava e condenava, você me estendia a mão. Palavras são poucas para expressar minha gratidão.

Às minhas professoras e mestras, que durante todo o curso foram inspiradoras para a concretização desse projeto: Prof^a Lenaura, Prof^a Rita, Prof^a Monica, Prof^a Kamila, Prof^a Luciene (em especial, sempre grato).

Aos meus amigos: João, Filipe (cunhado), Luan, Fábio Conceição, Thiago, Sandro Valle, Taylor, Léo Mesquita. Muito obrigado! Vocês são muito importantes pra mim.

In memoriam:

A todos que perderam seus entes na pandemia do Covid-19, que atualmente chega aos 250.000 mortos no Brasil.

Aos amigos, parentes e conhecidos que chegaram ao fim do seu ciclo terrestre, em especial: Elias Tavares, Joaquim Miguel e Daniel Freitas Jr.

Áos meus autores (filósofos) preferidos, que me inspiram e são minhas referências: Umberto Eco, Paul Ricoeur, Nicolau Maquiavel, Friedrich Nietzsche, Jean-Marie Delumeau, entre tantos outros que se nomeados não caberiam aqui.

*"Sobretudo hoje,
em um momento em que o mundo parece sempre mais dividido entre dogmatismos
"terroristas", que pretendem representar a verdade,
a justiça, a autenticidade humana definitiva
ou como ideal de um governo conforme à lei divina,
essa herança "aberta" de Heidegger tem muitas coisas a nos dizer".*

(Gianni Vattimo)

RESUMO

O século XX foi marcado por eventos significativos no nosso continente. Durante esse período, foi de extrema importância o papel realizado pelas esquerdas católicas diante do avanço dos regimes ditatoriais, em especial no Brasil. Através da aproximação com a juventude, constrói-se uma frente de resistência que não se restringe aos muros das Universidades, mas abraça as demandas e desafios que surgem com o passar do tempo. Isso deve-se à formação dessa juventude com os movimentos religiosos, inspirados pela Teologia da Libertação que adota o marxismo como base. Essa Teologia redireciona sua hermenêutica, do foco europeu, para a realidade do povo latino-americano. Através da análise bibliográfica e documental, buscamos fundamentar e ir às fontes de nossa pesquisa, tendo por objetivo analisar o papel das esquerdas católicas, desde seu início na América Latina, na formação política da juventude. Ao elucidar o contexto social da América Latina no século XX, resgatamos a importância da influência da esquerda católica na formação de consciência política, assim como o papel da Universidade como lugar de resistência. Vemos, portanto, o nascimento de novos movimentos que constituem-se como atores importantes na defesa pela democracia e pelos direitos no país.

Palavras-chave: Ditadura Militar - Universidade - Teologia da Libertação - Resistência Política - JUC.

ABSTRACT

The 20th century was marked by significant events on our continent. During this period, the role played by the Catholic left in the face of the advancement of dictatorial regimes, especially in Brazil, was extremely important. Through the approach to youth, a resistance front is built that is not restricted to the walls of the Universities, but embraces the demands and challenges that arise over time. This is due to the formation of this youth with religious movements, inspired by Liberation Theology, which adopts Marxism as a basis. This Theology redirects its hermeneutics, from the European focus, to the reality of the Latin American people. Through bibliographic and documentary analysis, we seek to substantiate and go to the sources of our research, aiming to analyze the role of the Catholic Left, since its inception in Latin America, in the formation of political of youth. By elucidating the social context of Latin America in the 20th century, we rescue the importance of the influence of the Catholic left in the formation of political awareness, as well as the role of the University as a place of resistance. We see, therefore, the birth of new movements that are important players in the defense of democracy and rights in the country.

Keywords: Military Dictatorship - University - Liberation's Theology - Political Resistance - Latin American - JUC.

LISTA DE SIGLAS

AC - Ação Católica

ACE - Ação Católica Especializada

ACG - Ação Católica Geral

ACO - Ação Católica Operária

AL - América Latina

AP - Ação Popular

CEBS - Comunidades Eclesiais de Base

CELAM - Conferência Episcopal Latino-Americana

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CVII - Concílio Vaticano II

DB - Documento Base

ELN - Exército de Libertação Nacional

FNT - Frente Nacional do Trabalho

FRAP - Frente de Ação Popular

JAC - Juventude Agrária Católica

JEC - Juventude Estudantil Católica

JIC - Juventude Independente Católica

JOC - Juventude Operária Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PO - Pastoral Operária

TdL - Teologia da Libertação

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

P.

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. CAPÍTULO I - AMÉRICA LATINA EM CRISE: CONFLITOS, APOIO DA IGREJA E PROTAGONISMO DA JUVENTUDE	19
2.1 Contexto histórico social dos conflitos da América Latina e Brasil.....	19
2.2 A Ação Católica e primeiros passos da Igreja no debate social.....	30
2.3 Surgimento e contextualização continental da Teologia da Libertação.....	42
3. CAPÍTULO II - CONSOLIDAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, NO CONTEXTO DE ASCENSÃO DA DITADURA MILITAR, PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO E DESAFIOS COM A AMEAÇA NEOLIBERAL.....	53
3.1 Juventude e Teologia da Libertação.....	53
3.2 A "Ágora" da Universidade como resistência à ditadura.....	63
3.3 A participação JUC na organicidade da UNE. Uma resposta intelectual e prática.....	73
4. CAPÍTULO III – A POTENCIALIDADE DA JUVENTUDE NA LUTA PELA DEMOCRACIA: DESAFIOS E PERCALÇOS.....	86
4.1 O conservadorismo da juventude em consonância com os interesses ditatoriais	86
4.2 A Ação Popular.....	96

4.3 Juventude e resistência religiosa: a formação de uma frente com os trabalhadores.....	106
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
6. BIBLIOGRAFIA.....	123

1. INTRODUÇÃO

Quando iniciamos a leitura de um texto, buscamos entender a motivação pela qual levou o autor debruçar suas palavras naquela ideia. No meu caso, minha motivação para escrever essa dissertação se justifica em dois casos: primeiro, meus primeiros anos como estudante no ensino médio, onde fiz parte do Grêmio Estudantil, tendo meu primeiro contato com a política e com a juventude; em segundo lugar, pelos meus anos como seminarista católico, onde pude experimentar um pouco da religiosidade, e como ela se dá nos ambientes mais carentes. O contato com a Teologia da Libertação, na época de seminário, bem como meu contato com os movimentos estudantis na época do Grêmio, assim, me incentivaram e puxaram um elo que liga os temas. Portanto, ambos os temas - juventude, política, religiosidade - fazem parte da minha vida, e por isso impulsionou-me à escrita.

Nos meados do século XX, a sociedade brasileira passava por mudanças significativas. Nesse período, o papel das esquerdas católicas na formação de consciência política da juventude e, conseqüentemente, na construção de uma resistência frente aos avanços da ditadura militar. Para uma rica compreensão da temática proposta, a formação política das esquerdas surge como alternativa de enfrentamento contra os regimes totalitários na América Latina. Essa formação ganha força ao receber o apoio da Teologia da libertação que adota o marxismo como base. Essa Teologia, desvia-se do foco europeu, redirecionando-se para a realidade do povo latino-americano e as contradições do capitalismo no continente. A partir desse novo direcionamento, a Teologia ganha novos sujeitos, além de novas perspectivas que permitem refletir sobre as condições do desenvolvimento da América Latina. Segundo Gustavo Gutiérrez (1975), essa reflexão teológica surge à partir das lutas pelo fim da

situação de injustiça no continente, no intuito de construir uma nova sociedade, mais livre e mais humana¹.

A exploração social e humana abate a América Latina desde os primeiros anos de colonização europeia, e a reprodução deste modelo de opressão perpassou séculos até então. As famílias nobres, os detentores de terras e poderosos continuaram nos postos de poder e prestígio, tendo como base a exploração do povo nativo e seus descendentes. Segundo Florestan Fernandes (2007), compreender a história possibilita o entendimento das tensões e disputas que ocorriam, "como o epicentro de um legado cultural e político permanente, o qual facilitou e exigiu, a um tempo, o enlace dos tempos burgueses e populares da revolução nacional" (p.41). É nesse contexto social que a Teologia da Libertação-TdL surge, de forma direta e indireta, absorvendo as manifestações populares e fazendo oposição junto ao povo contra a dominação e o padrão de exploração vigente no continente.

Não se pode analisar a TdL sem identificar quais foram as mudanças que a Igreja como instituição proporcionou para que esta nova perspectiva teológica fosse elaborada. Por isso, repousa no Concílio Vaticano II a importância de ter oficializado a abertura ao diálogo e as missões, como instrumentos de cooperação na reconstrução social da América Latina. As mudanças de perspectivas se deram também à partir das Conferências Episcopais Latino Americanas (CELAM), que trouxeram para o centro da Igreja questões referentes aos povos latino-americanos, suas condições sociais e humanas, suas visões de mundo construídas mediante as lutas coletivas contra as dificuldades que enfrentam os trabalhadores em face do grau de exploração a que são submetidos. A teologia e o modo de pensar da Igreja, antes restrita aos intelectuais europeus com enfoque em questões relacionadas ao mundo, chega aonde era até então esquecido por teóricos e autoridades eclesiais. Assim, como aponta Gutiérrez (1975), a teologia contemporânea vai se transformando em um instrumento de reflexão crítica sobre a práxis social, onde a fé e a prática não são elementos distintos, mas complementam-se na luta por uma sociedade mais justa. A reflexão da práxis tem

¹ "Reflexión teológica que nace de esa experiencia compartida en el esfuerzo por la abolición de la actual situación de injusticia y por la construcción de una sociedad distinta, más libre y más humana" (GUTIÉRREZ, 1975, p.15).

influência do pensamento marxista, utilizando-se de conceitos que elucidam o processo de exploração que decorre do desenvolvimento capitalista no continente. O conceito de Luta de Classes, elaborado por Marx, é utilizado para entender como as disputas pela terra promovem a violência e a marginalização na cidade como no campo. O marxismo, como ferramenta de análise sociológica, contribui na análise de conjuntura da realidade econômica, social e política. Quando ela é encorpada pela Igreja graças ao Concílio Vaticano II e pelas Conferências Episcopais Latino-Americanas, se estabelece um diálogo sobre as transformações sociais durante toda a história, sob o protagonismo social.

A análise da sociedade latino-americana sob essa perspectiva de libertação ganha um panorama mais amplo ao despertar na juventude o desejo de fazer parte da construção de uma nova ordem social. Os anos 1960 são de grande importância, pois neles se encontram o contexto histórico em que situamos o objeto de pesquisa da presente dissertação, o engajamento da juventude a partir de tal período no Brasil na luta contra os regimes totalitários vigentes. A juventude através dos movimentos sociais que surgiam, encontra um instrumento de resistência à opressão política e social daquele contexto. A esquerda católica, imersa no ativismo da Ação Católica, adotando uma postura radical-revolucionária na juventude universitária, cresce e se alia aos movimentos de resistência².

Há intrínseca relação entre a leitura marxista que a Igreja permite e agrega após o Concílio Vaticano II, que possibilita uma maior abertura ao clamor sociológico das áreas mais subalternas do mundo, com o surgimento dos movimentos de juventude inspirados numa teologia popular que culminou na Teologia da Libertação. É através dessa relação estabelecida e pelo contato com os movimentos de esquerda, em especial com os comunistas, que a formação da juventude no meio político ganha organicidade e força política. As Pastorais da Juventude herdaram a prática do método Ver-Julgar-Agir, que parte da realidade social vivida, e fomenta no indivíduo a descoberta da dimensão

² Dentro da Ação Católica Especializada, encontram-se seus grupos: a JAC (Juventude Agrária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica) e a JOC (Juventude Operária Católica). São através delas que se inicia um modelo de Pastoral da Juventude, que posteriormente influencia na formação dos movimentos sociais que têm a juventude como base. (*idem*)

política da fé, onde os jovens tem centralidade e protagonismo. Os movimentos da juventude, em especial os que surgiram através desse contato com a Teologia da Libertação, que posteriormente exerceram um ativismo político, serão analisados e explicitados de acordo com suas características e atuações, objetivos e métodos, contextualizando o momento histórico para se entender seus contratemplos e dificuldades, bem como suas estratégias e desafios encontrados. Para o desenvolvimento da dissertação foram estruturados três capítulos.

No primeiro capítulo traçamos uma análise histórica sobre o contexto político e social da América Latina, na primeira metade do século XX, com o objetivo de compreender, através de um aprofundamento teórico, os fatores que levaram à formação e consolidação de uma esquerda latino-americana, que relaciona fé e política, desenvolvendo uma consciência necessária ao processo de luta contra a ditadura. Para isso, é essencial que se entenda: como se situa o poder político nos países do continente; como se desenvolveu a Teologia da Libertação na América Latina; como se organizaram os movimentos de juventude, em especial a Juventude Universitária Católica, sua relação com a ala progressista da Igreja Católica, e sua adesão aos movimentos de resistência aos governos ditatoriais. Esses movimentos exercerão um papel importante na luta por democracia e pelo fim da ditadura. A influência da esquerda na formação dos primeiros movimentos de libertação possibilitou que a juventude emergisse como um novo sujeito histórico na formação democrática do país, se estendendo aos dias atuais.

No segundo capítulo buscamos entender o desenvolvimento e consolidação da juventude enquanto ator social, sua formação, seu contato com o pensamento progressista e suas lutas diante do contexto sócio-histórico da realidade brasileira na metade do século XX. O contato da juventude católica com a Teologia da Libertação favoreceu sua percepção crítica sobre a realidade e, enquanto participante ativo da realidade estudantil brasileira, proporcionou sua imersão nas causas políticas dentro e fora da universidade. A visão progressista e a influência marxista impulsionaram a juventude católica à fazer-se presente nos movimentos estudantis, em luta pelas causas relacionadas à educação. Todavia, essa luta não ficou restrita aos ambientes acadêmicos, visto que o Brasil passava por um momento atípico em sua política. Assim,

o objetivo desse capítulo é compreender e explicar a influência que a Teologia da Libertação adquiriu na consolidação da juventude católica como parte dos movimentos sociais e políticos de contestação da ordem social imposta pelo golpe civil-militar. A juventude, inspirada e apoiada pela esquerda católica no contexto ditatorial, torna-se um importante protagonista na formação de consciência política necessária à uma frente opositora de luta pela democracia. Demonstra-se nesse capítulo a importância da universidade no processo de formação de consciência política.

O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar a juventude universitária católica, agora não mais vinculada institucionalmente à hierarquia da Igreja Católica, e os movimentos que atuaram na luta política contra o projeto da ditadura implementado pelo regime militar. Fortemente ligados à causa social, inspirados em fontes e frentes progressistas católicas e movimentos políticos de resistência, a Teologia latino-americana da Libertação será a orientação do ativismo cristão, e se desenvolverá a partir da práxis da juventude católica, como protagonista das lutas pela educação e pela democracia no Brasil. O que se dará mediante a crítica à lógica capitalista e o fortalecimento da cultura popular em detrimento do pensamento hegemônico, que reproduz as desigualdades e injustiças sociais no continente latino-americano. Entretanto, essas lutas enfrentarão muitas barreiras e dificuldades, sofrendo censura que culminam com a clandestinidade, além de deparar com o conservadorismo dentro das universidades, em especial de estudantes e professores que apoiavam a consolidação da ditadura em nome da moral e dos bons costumes, da família e da propriedade. Assim, a força da juventude universitária católica está por resguardar a luta contra o conservadorismo político, o fundamentalismo religioso, que forma a base de um movimento político ultraconservador, coibindo a liberdade e combatendo os direitos sociais.

Consideramos de grande importância no aspecto metodológico o uso da pesquisa documental que ao adotar a referência de João José da Fonseca (2002), recorreremos à fontes diversificadas. No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, ela possibilitou o levantamento de abordagens teóricas já publicadas, seja por meios impresso ou tecnológico, como livros, artigos científicos, conteúdos em páginas de web sites, etc. Toda pesquisa científica parte de uma pesquisa bibliográfica, que norteia o assunto e dá

suporte ao pesquisador naquilo que ele pretende abordar, aprofundando seu conhecimento sobre o objeto de pesquisa (FONSECA, 2002).

A dissertação teve como objetivo principal, contribuir para uma maior consciência de que os movimentos da esquerda católica foram importantes para construir uma frente de oposição dentro do cenário brasileiro onde a juventude universitária católica foi protagonista da resistência à ditadura, na defesa de uma universidade a favor dos setores excluídos da sociedade, contribuindo para consolidar a democracia e as lutas dos trabalhadores e minorias sociais no período posterior.

2. CAPÍTULO I

AMÉRICA LATINA EM CRISE: CONFLITOS, APOIO DA IGREJA E PROTAGONISMO DA JUVENTUDE.

2.1 Contexto histórico-social do conflitos na América Latina e Brasil.

Para buscar compreender os fatores que influenciaram na insurgência dos movimentos sociais, e em especial através do debate das esquerda católicas, que buscavam lutar contra os regimes totalitários na América Latina, é necessário que se faça uma análise da conjuntura em que vivia esse continente. Neste capítulo procuramos entender os primeiros passos do pensamento da esquerda, como se difundiu e consolidou-se em território latino-americano. Não obstante, a problemática aponta os desafios de cada território nacional, suas particularidades culturais e sociais, numa perspectiva crítica. Entender como foram construídas as situações de desigualdade, os métodos utilizados para preservar poder militar e reprimir o povo, bem como, a insurgência de movimentos políticos contra os governos repressores.

Em épocas em que o contraste social era escancarado, quando a sociedade sofre de forma geral, atingindo a vida de cada indivíduo, em especial a classe trabalhadora, aumentando a pobreza, reflexões são aprofundadas sobre quais caminhos existem para amenizar ou findar as injustiças sofridas, que abalam e inquietam povos e nações. Segundo Octávio Ianni (2002), os povos e países latino-americanos podem ser analisados numa perspectiva geo-política, das suas raízes históricas, sociais, políticas e econômicas, ou seja, para além da aparência física. As transformações do capitalismo, através do desenvolvimento de suas configurações, aumenta a disparidade de classes na América Latina, levantando o discurso de "processo civilizatório", ou modernizante, sempre em nome da “evolução”, “progresso”, “desenvolvimento”, “crescimento”,

“emergência”, “racionalização”, “modernização”, “europeização”, “americanização”; compreendendo castas e classes, elites e setores sociais dominantes³. Estes são apresentados geralmente como civilizadores e conquistadores; em face de castas e classes sociais, grupos e setores sociais subalternos, administrados, conquistados (IANNI, 2002, p.4).

As relações sociais de dominação e apropriação se constituem na América Latina como instrumentos de força por parte dos setores burgueses da sociedade, multiplicando-se e repetindo durante séculos, marcando permanentemente toda a situação social do continente. Vê-se que certas características patrimonialistas nasceram nesse contexto histórico, convergindo com as ações que a burguesia se apropria até os dias atuais, como são apontadas por Octávio Ianni (2005), como o caciquismo, o gamonalismo e o coronelismo. Todas essas formas de manutenção do *status quo* dominante, esquematizados em oligarquias nacionais, regionais e locais, *pari passo* os movimentos conservadores e tradicionalistas, acabam formando alguns movimentos com tendência nacionalista, como o cadernismo (México), peronismo (Argentina) e varguismo (Brasil), cujos projetos estão vinculados a um capitalismo nacional, combinando forças sociais dominantes e subalternas latino-americanas. No entanto, é

³ Para compreendermos melhor a contradição social entre dominadores e dominantes, faz-se necessário trazer o debate fundamentado na teoria do valor marxista, que por si não trata de uma simples teoria dos preços, mas como se dá a apropriação da riqueza por causa do capitalismo. O valor da mercadoria não pode ser definido, muito menos a quantidade temporal necessária para a produção desta. Ou seja, o poder de compra se torna uma espécie de "entidade", a grosso modo, determinados não pelo valor nem a quantidade de trabalho ali depositado, mas pela questão da oferta e demanda, subordinada aos interesses do capitalismo e de quem detém o capital. Numa sociedade pautada pelo interesse dos grupos dominantes, que têm o capital a seu favor, a divisão de classes se torna ainda mais acentuada, e seus interesses não se reduzem apenas o capital, mas adentram todas as esferas da sociedade.

Nas palavras de Gilmar Derengoski (2018), em Marx "as mercadorias em suas características mais aparentes apresentam-se como uma dualidade: valor de uso e valor de troca. As trocas aparentavam ser desenvolvidas de forma relativa, puramente acidental, condicionada ao espaço e ao tempo no qual seus agentes estavam inseridos" (p. 37). O valor de troca entre as mercadorias é "o modo necessário da expressão ou forma de manifestação do valor" (MARX, 2013, p. 117), sendo a "representação necessária do trabalho humano incorporado nas mercadorias" (HARVEY, 2013, p.28). Enquanto o valor de uso "é deixado em suspenso a partir do momento em que uma mercadoria é direcionada ao mercado. Sua utilidade só é efetivada após a troca. A troca é condicionada pela quantidade de trabalho abstrato que foi cristalizado na mercadoria" (DERENGOSKI, 2018, pp. 38-39).

Vemos que através da análise de Marx sobre o valor, percebemos que a forma como se manifesta o valor se desdobra em formas cada vez mais sociais e abstratas, onde há uma dependência mútua entre o valor de troca e o valor de uso. Quanto mais se consolidam as estruturas capitalistas e as relações sociais, diz Derengoski (2018), "mais as características reais dão lugar às características aparentes e abstratas, e mais as relações sociais nesse meio podem ser consideradas mascaradas e ilusórias – distantes da realidade sensível de toda a cadeia produtiva" (p.39).

importante ressaltar quais fatos históricos ajudaram a construir esse cenário na América Latina, de ascensão de ditaduras e repressão política, e como se deu a resistência da oposição, através dos partidos comunistas. Todavia, os partidos comunistas sofreram perseguições e censuras por parte das elites ao verem que não estavam de acordo com seu propósito hegemônico de poder⁴.

O fim da Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo enfraquecimento dos movimentos de esquerda na América Latina e o rompimento da aliança entre norte-americanos e soviéticos. Segundo Jorge Castañeda (1994), os desenlaces que marcaram essas questões internacionais fomentaram, em alguns governos da América Latina, ações que visaram limitar as atividades políticas dos partidos comunistas (CASTAÑEDA, 1994, p.39). No final da década de 40, por exemplo, no Brasil e no Chile os partidos comunistas foram perseguidos e postos na condição de ilegalidade. A ofensiva dada contra essas medidas foi o estreitamento dos laços e alianças formais entre os diversos grupos de esquerda com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e com isso foram tomadas políticas de enfrentamento, fundamentadas na teoria do confronto de classes. Segundo Castañeda (1994, p.40), os partidos comunistas tinham como objetivo central e a longo prazo, uma revolução nacional-democrática, uma reforma agrária e uma aliança entre a burguesia nacional e a classe média. Porém, o cenário internacional mudou e "agora o principal inimigo voltava a ser o imperialismo, reduzido a sua expressão mais simples, ou seja, o governo dos Estados Unidos".

Mas, como formar uma base sólida de enfrentamento? Qual caminho seguir como resposta às fatalidades em que os povos latino-americanos sofreriam? Segundo Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti (2007), as esquerdas latino-americanas percorreram diversos caminhos para não se enfraquecerem e continuarem fazendo

⁴ É de suma importância entender qual motivo impele por abordar sobre os Partidos Comunistas, se a pesquisa tem como base investigar os movimentos cristãos. Em primeiro lugar, o ideal comunista está mais perto do terreno de discussão com os ideais cristãos, visto que a o acúmulo de riqueza por parte da burguesia e das elites vai contra a ideologia comunista e a crença cristã. A partir do contato mais próximo do cristianismo com o marxismo, que será desenrolado durante a nossa pesquisa com mais profundidade, vê-se o quanto a reciprocidade de ideais é benéfico para o fortalecimento dos movimentos que lutam contra os regimes opressores, que vão assolar a América Latina. O que o presente trabalho tem como objetivo é relacionar essa concepção idealista de libertação da Teologia, encarnada em sua práxis ligada ao marxismo, com a militância revolucionária dos grupos comunistas.

oposição à todo esse cenário imperialista, no início da década de 1950. A esquerda brasileira, por exemplo, foi obrigada a agir rapidamente contra a censura que lhe foi imposta alguns anos depois, em especial na década de 1960, visto que o governo militar ascende ao poder de forma ilegal, na contracorrente da democracia, condicionando à clandestinidade os grupos que comungavam das ideologias de esquerda, bem como aos seus representantes, e ao próprio Partido Comunista⁵. Essa reação à clandestinidade se deu, no caso brasileiro, pela escolha de uma postura revolucionária radical, a exemplo dos Manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950. No caso brasileiro, segundo Alberto Aggio (2002), é importante frisar que o uso da violência fazia parte do programa de tomada do poder, diferente de outros países latino-americanos, como o Chile, que "ao contrário do radicalismo apresentado pelo PCB, o Partido Comunista manteve a estratégia de aliança com a burguesia nacional, indicando um caminho "pacífico" (AGGIO, 2002, p.83). Nota-se que as esquerdas latino-americanas formularam diferentes estratégias de resposta às imposições de ilegalidade a que foram submetidas, de forma nem sempre pacíficas. Entretanto, um acontecimento influenciou diretamente as direções tomadas, em meados da década de 1950.

A realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em fevereiro de 1956, é um marco nessa nova postura adotada pela esquerda latino-americana. A denúncia feita por Nikita Khrushchov, então secretário do partido, sobre os crimes praticados por Joseph Stálin, líder da então União Soviética (URSS), e de seus colaboradores, mexeu no *modus operandi* até então tomado por alguns grupos de esquerda.

Após essas denúncias, muitos dos partidos comunistas no mundo e na América Latina adotaram medidas "revisionistas" e/ou "reformistas" em seus programas. O stalinismo soviético perdia força nos debates e programas dos partidos comunistas latino-americanos, enquanto as

⁵ Importante salientar que não houve uma exclusividade (ou monopólio) do discurso comunista por parte do PCB, sendo ele uma das diversas vozes, pois houve ramificações e novos agrupamentos que surgiam paralelamente. Assim, não se pode representar em demasia o Partido Comunista como sendo a única voz operante dentro do pensamento de esquerda no país. A luta pelos direitos se torna pauta em comum desses grupos, que paralelamente agiam, mesmo com ações diferentes, mas com a mesmo fim almejado.

posições nacionalistas preencheriam esses espaços (MISSIATO, 2013, p.2).

Vemos que à partir da interferência externa desse Congresso, alguns grupos de esquerda tomaram por objetivo construir uma aliança com outras frentes políticas, em busca de almejar legalmente postos políticos via processo eleitoral, oposto ao que faziam os grupos mais radicais-revolucionários. A diferença entre os dois polos de esquerda, o mais radical-revolucionário e o mais moderado, é pautada nos meios (instrumentos) pelos quais se pretendem usar para alcançar os objetivos. Enquanto o primeiro grupo defende a violência para fazer frente à censura a ela imposta, a esquerda moderada procura uma aliança com a burguesia para que possa aos poucos se introduzir legalmente no cenário político. Porém, ambas têm um mesmo objetivo: a conquista do poder. A divergência recai nos meios utilizados para se chegar ao fim desejado.

Exemplos de posição no redirecionamento das esquerdas na América Latina podem ser ilustrados, segundo Victor Augusto Missiato (2013), em dois movimentos políticos que ocorreram no ano de 1958: a Declaração de Março de 1958⁶, no Brasil, e no Chile as eleições presidenciais, com a criação da FRAP⁷. Ambas posturas são tomadas como outras formas de opção à guerrilha, estreitando alianças partidárias e procurando estabelecer uma frente forte diante do cenário político parlamentar. Todavia, um ano depois, a estratégia de guerrilha seria utilizada e obteria sucesso em

⁶ De acordo com Hugo Villaça Duarte (2010), dentro desse documento, no que se refere à análise econômica, reconhecia-se o desenvolvimento capitalista do país, o incremento das forças produtivas e a expansão de novas relações de produção, consideradas mais avançadas. Em outras palavras, são apontadas algumas modificações econômicas e sociais como a construção de um parque industrial, a ampliação do mercado interno, o crescimento dos efetivos do proletariado industrial e o fortalecimento de uma burguesia nacional interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país. Estes aspectos, por apontarem um avanço na economia nacional, são assinalados como "progressistas". O documento, por mais que tenha elementos progressistas, avaliava as relações sociais atrasadas no Brasil, ou seja, mesmo diante do quadro capitalista não haviam sido eliminadas as diferenças e atrasos sociais, que caracterizavam o país como subdesenvolvido, dependente do imperialismo Estadunidense, refletidas também na agricultura.

⁷ A Frente Acción Popular (FRAP) foi uma união política dos partidos de esquerda chileno, criada tendo por objetivo combinar alianças com os "partidos de massa". Em sua composição estava a Frente Nacional do Povo, constituído pelo Partido Socialista do Chile e o então ilegal Partido Comunista, com o Bloco Democrático Socialista, composto pelo Partido Socialista Popular e outros partidos menores. Segundo Camilo Carrozza e Pablo González (2016), a "FRAP aparece como a primeira instancia de união da esquerda chilena depois de um período de divisões internas, perseguições e distanciamentos entre os Partidos Comunista e Socialista Popular" (CARROZZA & GONZÁLEZ, 2016, p.76) (Tradução própria).

Cuba, servindo de exemplo a ser seguido por diversos grupos de esquerda na AL. Podemos dizer que a Revolução Cubana foi um marco no continente, inspirando diversos movimentos de resistência contra as forças ditatoriais espalhados pelos países do continente.

Em janeiro de 1959, quando Fidel Castro e seus companheiros derrubaram o governo de Fulgencio Batista e firmaram um regime revolucionário em Cuba, uma nova perspectiva se abriu nos horizontes estratégicos das esquerdas latino-americanas. Suas propostas radicais nas áreas sociais e econômicas, a estratégia de tomada do poder através de ações guerrilheiras, a posterior adesão geopolítica ao regime marxista-leninista da URSS, e a intenção de alastrar as chamas do espírito revolucionário por todo continente latino-americano, serviram de base para tamanha difusão (MISSIATO, 2013, pp. 2-3).

A revolução Cubana constituiu-se como um momento importante para as esquerdas, pois o seu sucesso na adequação da teoria marxista junto às estratégias de guerra, fizeram com que se tornasse uma referência, tomando espaços nos debates. Segundo Castañeda (1994), esse referencial teórico e ideológico exercido por Cuba, nos países latino-americanos, formou uma característica que abrangeu as esquerdas como um todo, semeando uma visão revolucionária que perduraria durante décadas:

A importância da Revolução Cubana para a esquerda latinoamericana pode ser apreciada a partir de dois fatos que hoje costumam ser ignorados. Primeiro, como indicou o acadêmico e diplomata francês Alain Rouquié, desde que em 1956 a expedição do Granma partir de Tuxpan, em Veracruz, foi incessante a luta armada revolucionária na América Latina. Em segundo lugar, ao longo dos anos 60 e princípio dos 70 e praticamente em todo o continente foram surgindo grupos que comungavam com a Revolução Cubana, com suas táticas, estratégias, teoria, e que se converteram em importantes atores no cenário político de cada país. Em nenhum país latino-americano a esquerda local deixou de ser influenciada por Cuba. A esquerda como

um todo – partidos comunistas, intelectuais, dirigentes sindicais e ex-caudilhos populistas – converteu-se à linha cubana ou dividiu-se entre pró-cubanos e o resto: ortodoxos, comunistas pró-soviéticos, defensores dos governos locais e partidários da noção de uma aliança com a “burguesia nacional (CASTAÑEDA, 1994, p.69)

Dentro desse cenário, averiguamos o contexto pelo qual se situa essa conjuntura de crise, visto que as esquerdas são renovadas dentro desse embate de ideias produzidas por cada país. Vemos, portanto, dois polos de esquerda se constituindo na América Latina, na década de 1950 e 1960, antagonistas, todavia exercendo papéis fundamentais de consolidação das oposições políticas de esquerda em luta pela democracia. Em Cuba, a estratégia de guerrilha se consolidou e saiu vitoriosa no combate, enquanto no Chile e no Brasil, especificamente, a estratégia da oposição pautou-se pela inserção no sistema eleitoral político, estimulando a participação e o debate dos partidos comunistas dentro destes espaços.

As frentes de resistência dos movimentos revolucionários carregavam consigo um forte viés nacionalista e anti-imperialista, reforçando a visão de uma reforma necessária para o continente, no que tange a política e o conceito de nação. Na visão das esquerdas, segundo Missiato (2013), a formação das nações latino-americanas não foi completa, isso deve-se a forma como foi desenvolvida nos séculos XIX e XX, dificultando o estabelecimento de uma ordem democrática.

Pode-se dizer que houve uma crise no projeto de poder da burguesia, onde a estratégia de permanência do poder pelos grupos dominantes se viu ameaçada, e os problemas que afligiam a sociedade ganhavam espaço nos debates estimulados pelos grupos de esquerda. Segundo Florestan Fernandes (1976), o projeto de dominação burguesa, ou a Revolução Burguesa, "denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial" (p.203) . Esse projeto perpassa toda a história do Brasil, onde a burguesia traçava seu objetivo de dominação e ascensão social, através do acúmulo de poder e da dependência social dos oprimidos. Havia vários tipos de burguesia, ou seja, um poder fragmentado entre os

grupos que disputavam a dominação do capital. Essas burguesias tinham como ponto de convergência a atividade comercial, e se encontravam tanto nas cidades como no campo, abrangendo o território brasileiro. Os interesses comuns se sobressaíram e construíram uma aliança que permitiu que o projeto de ascensão da burguesia no Brasil ganhasse força, infiltrando-se no Estado para consolidar sua dominação de classe.

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio econômica no que Weber entendia como “poder político indireto”. (FERNANDES, 1976, p.204)

Segundo a leitura de Fernandes (1976), entende-se a burguesia como uma classe social que se adapta às diversas conjunturas que a sociedade vive, seguindo uma lógica gradual de mudança ao invés da modernização brusca, avassaladora. Espera-se impor a dominação burguesa à classe operária, porém a metodologia varia de acordo com o cenário vigente, e diante das diversas possibilidades de atuação opta-se por construir uma hegemonia de pensamento dentro das diversas correntes burguesas. Aos poucos, consolida-se a opção conservadora de dominação burguesa no Brasil, que tem por objetivo unificar interesses de ambas burguesias, rural e urbana, para que não haja uma dispersão, prejudicial para qualquer consolidação de forças que pretende um domínio. Por ser o fator que consolidou a ideologia hegemônica dentro da classe burguesa, o discurso conservador obteve uma certa primazia no que diz respeito à influência de ideias dentro dos ambientes de discussão.

Foi graças a ela (consolidação conservadora) que a oligarquia — como e enquanto oligarquia tradicional” (ou agrária) e como oligarquia “moderna” (ou dos altos negócios, comerciais-financeiros mas também industriais) — logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa. Cedendo terreno ao radicalismo dos setores intermediários e à insatisfação dos círculos industriais, ela

praticamente ditou a solução dos conflitos a longo prazo, pois não só resguardou seus interesses materiais “tradicionais” ou “modernos”, apesar de todas as mudanças, como transferiu para os demais parceiros o seu modo de ver e de praticar tanto as regras quanto o estilo do jogo. (FERNANDES, 1976, p.209)

Todavia, com a crise do projeto da burguesia a estratégia de permanência do poder pelos grupos dominantes, e os problemas que afligiam a sociedade ganhavam espaço nos debates estimulados pelos grupos de esquerda. Nesses debates novas concepções de democracia são desenvolvidas, em especial uma democracia participativa, onde a própria esquerda pudesse se fazer voz ativa. Para Prado *et al.* (2007), esse período marcou o rompimento com o laço político de dominância da burguesia, que dificultava uma análise total de questões de ordem democrática na América Latina.

(...) As críticas à ineficácia do regime democrático burguês, anteriormente preconizadas por Marx e seus seguidores, foram constantemente levantadas. A análise e o diagnóstico das sociedades latino-americanas impunham a realização da revolução. A democracia era considerada como algo secundário, como uma máscara que falseava a realidade e que só se coadunava com os interesses da burguesia. No campo da esquerda, a única tentativa de pensar o problema de outra forma aconteceu no governo de Salvador Allende (1970-1973), que acreditava ser possível a existência do socialismo dentro das regras e práticas democráticas (PRADO *et al.*, 2007, p.74).

Vemos que a década de 1950 a 1960 proporcionou, diante de um cenário social alarmante no governo burguês e na disparidade social do povo, uma nova forma de se pensar política e democracia. A partir da leitura de José Paulo Netto (2007), vemos que uma das causas dos diversos problemas e dilemas do país no início dos anos 60, antes do Golpe Militar, pode ser definida como uma crise da forma de dominação burguesa no Brasil, entrelaçada às dinâmicas desenvolvimentistas fincadas na industrialização e

nos setores de articulação, intervenção e representação de classe e camadas sociais no sistema de poder político.

O padrão de acumulação suposto pelas primeiras⁸ entrava progressivamente em contradição com as requisições democráticas, nacionais e populares que a segunda⁹ permitia emergir. O alargamento e o aprofundamento desta contradição, precipitados pelas lutas e tensões sociais no período, erodiam consistentemente o lastro hegemônico da dominação burguesa. (NETTO, 2007, p.26)

Para manter o *status quo* de dominância na sociedade, a dinâmica da burguesia se mantinha através da postura de manutenção daquele estilo desenvolvimentista, assegurado pela comunhão com os ideais imperialistas, assim como um novo acordo com o capital monopolista, como afirma Netto (2007, p. 26), "cujas exigências chocavam-se com posições tornadas possíveis exatamente pelo jogo democrático". O que acontece é o oposto: os caminhos traçados pela burguesia com a finalidade de reafirmar sua hegemonia, seja pela concorrência com outras bases de direção da sociedade, seja pelo aumento do aparelhamento coercitivo de domínio na sociedade, conduzem seus atos para o campo antidemocrático.

Segundo Aggio (2002), para os comunistas, a "classe operária e suas vanguardas" deveriam procurar liderar uma revolução de libertação nacional, e não mais participarem apenas como subalternos à liderança da burguesia nacional, representada pelos radicais (AGGIO, 2002, p. 79). Entretanto, vemos no pensamento socialista uma redefinição de suas estratégias, tendo por objetivo a reunificação de seu partido, que buscava uma maior unificação de forças. Em suma, foi através dessa postura que as esquerdas redefiniram seus objetivos dentro do cenário social e político, permitindo o surgimento de novas correntes que fariam oposição.

A comparação entre os instrumentos utilizados pela esquerda para lutar contra a hegemonia ditatorial na América Latina, visa trazer para o âmbito da discussão as

⁸ As "primeiras" se referem à dominação burguesa no Brasil.

⁹ A "segunda" se refere às camadas sociais.

possibilidades e influências, que os enfrentamentos geraram posteriormente. Tanto a Revolução Cubana, com sua revolta armada e seu "modelo revolucionário" adotado por muitas frentes de resistência na América Latina, quanto a estratégia de participação no jogo político-eleitoral dos partidos comunistas no Brasil e no Chile, por exemplo, serviram de inspiração para os movimentos formados no seio das bases sociais, assim como, para os grupos religiosos que tiveram por base uma influência marxista na sua concepção teológica. Toda essa postura incorporada pelas esquerdas guardava uma reorientação política que iria frutificar nos anos seguintes, independentemente do êxito ou não de seus resultados. Segundo Missiati (2013), era clara a influência da revolução cubana como modelo de estratégia de conquista pelos grupos de esquerda, a partir de 1959. Ou seja, para entendermos os avanços estratégicos e as tomadas de território por parte dos grupos de esquerda (ainda não especificamos aqui aqueles que tinham algum tipo de relação com a Igreja), é necessário entender que a maior parte de sua influência partiu das táticas de guerrilha cubanas, no que diz respeito às ações de oposição que se faziam.

O estado pelo qual passava o continente latino-americano, seus percalços e desafios, explica o surgimento das primeiras ideias de combate ao regime totalitário burguês, que era consonante aos projetos de tomada do poder pelos militares. Pela leitura de Otávio Ianni (1981), vemos que a ditadura militar opta por um fortalecimento do aparelho estatal (especialmente o Poder Executivo), favorecendo o acúmulo privado de capital, onde a economia nacional opera em favor do mercado financeiro internacional. Em que consistia o núcleo do planejamento estatal? Nas palavras de Ianni (1981), "o Estado foi posto a serviço de uma política de favorecimento do capital imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariado, na indústria e na agricultura" (p.8). O lema reafirmado pelo governo era "segurança e desenvolvimento", que em suas entrelinhas significava o compromisso com a superexploração e o discurso anticomunista que, econômica e politicamente, tinha ideais inversos aos pregados pelo governo.

A palavra-chave em toda prática e retórica dos governantes militares era: planejamento. Todo o planejamento retórico e das ações dos militares botava em prática a ditadura, à revelia dos interesses dos assalariados, tendo por objetivo a dominação

total dos aparelhos estatais e das massas. Para que nenhum tipo de represália pudesse ganhar força e organicidade, era preciso uma postura que reforçasse o próprio poder, e que legitimasse escolhas e ações, que na prática significou a supressão legal de todas as vozes opositoras.

Numa sociedade em que o debate político estava proibido e a expropriação do proletariado e campesinato alcançava índices excepcionais, era importante "legitimar" a ditadura por meio da ideologização da sistemática, coerência, operatividade, pragmatismo, racionalidade, modernização, etc. da política econômica (IANNI, 1981, p.6)

Dentro desse cenário político e social, grupos e movimentos não concordantes com essas práticas vão se formando, sendo que alguns surgem do debate advindo de grupos ligados à Igreja Católica. Entender a discussão e postura geradas por esses novos grupos, bem como os caminhos que permitiram esse debate, é crucial para se compreender tanto a formação de novos movimentos, como a metodologia utilizada para formar uma oposição ao pensamento ultraconservador que assolava o continente. No próximo ponto deste capítulo, conheceremos os primeiros passos dos movimentos leigos, ligados à Igreja, sua contribuição para a América Latina e para o pensamento social, de uma forma geral. Na busca pela compreensão desta nova sociedade, a Igreja lança sua base para constituir uma doutrina social, até então algo novo em seu magistério, e legitima um pensamento e uma prática social até então já consolidada, porém ainda não posta na prática.

2.2 Ação Católica e primeiros passos da Igreja no debate social.

Neste ponto buscamos analisar o percurso histórico traçado e suas nuances, dos diversos movimentos católicos leigos, agindo em consonância com o clero católico e sua autoridade magistral. Nos movimentos, vemos a participação de diversos atores que contribuíram, direta e indiretamente, para a formação da "Ação Católica" dentre os

primeiros para modernização da Igreja Católica, em consonância com a tendência mundial, sobretudo entre a primeira e segunda guerra mundial. Pode-se dizer que o processo de modernização da Igreja Católica também ocorre quando surge em seus meios de debate uma opção de esquerda, tanto no aspecto social quanto teológico. Segundo Pedro A. Ribeiro de Oliveira (1992), "a esquerda católica não pode ser entendida fora do contexto político e religioso do final dos anos 50, e dos anos 60" (p.42). Entretanto, mudanças internas na Igreja partindo de seus superiores, devido à urgência de adequação às novas demandas da modernidade, bem como a procura por manter certa influência na sociedade, permitiram que esses católicos pudessem assumir a esquerda como opção política.

Segundo Agenor Brighenti (2012) a principal proposta trazida pelo movimento instituído pelo Papa Pio XI, era evangelizar de forma mais ampla, ou “recristianizar” o mundo, tendo na figura do leigo o papel fundamental de representação da hierarquia eclesial onde ela não conseguia fazer-se presente. A visão era de que os padres e bispos, por serem poucos, não tinham como estar em todos os espaços, passando a contar com a ajuda dos leigos cristãos que atuariam como colaboradores dos membros da hierarquia.

Dessa forma, o leigo passa a ser concebido como agente, ganhando importância no processo de evangelização, mas ainda não possuindo autonomia de ação. Esta, é praticamente inexistente, estando sua função restrita a levar uma mensagem “pronta”, apenas reproduzindo e transmitindo aquilo que foi elaborado pela hierarquia católica. A subordinação à hierarquia e a reprodução dos dogmas católicos de forma ortodoxa era a perspectiva dominante para a atuação dos leigos. De qualquer forma, segundo os autores, este é um importante momento de inserção dos leigos na estrutura institucional católica como agentes, embora ainda estritamente subordinados (MAIA e SALES, 2018, p.163)

De início, dois pontos são destacados como importantes para essa tomada de decisão por parte da Igreja: O Concílio Vaticano I e a Encíclica *Rerum Novarum*. Pode-

se dizer, que elas marcam o início de uma postura menos conservadora da Igreja, visto que o Concílio deixou uma base para se pensar uma doutrina social da Igreja.

O Concílio Vaticano foi aberto em 8 de dezembro de 1869, festa da Imaculada Conceição, tendo por objetivo dois assuntos: a reafirmação da fé Católica em contraposição ao Racionalismo, ao Materialismo e ao Ateísmo (Constituição Dogmática *Dei Filius*); e o combate ao Galicanismo, proclamando o dogma da infalibilidade papal, em assuntos relacionados à moral e a fé (Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*).

Na primeira constituição procura-se reafirmar o poder dogmático da fé católica, em contraposição ao racionalismo, que afirmava ser a razão o único caminho para se chegar a verdade; ao materialismo, uma reafirmação da matéria como única substância, ou em outras palavras, como única coisa afirmável, fenômeno resultante das interações materiais; ao ateísmo, que afirmava a ausência de crença na existência de Deus. A Igreja via nessas ideias uma ameaça direta à sua doutrina, pois atacavam diretamente suas crenças na imortalidade da alma, e conseqüentemente numa vida imaterial (oposto do materialismo), na fé como princípio indispensável na vivência espiritual (oposto do racionalismo), e na própria confirmação da existência de Deus, princípio elementar básico para a construção da crença (oposto do ateísmo).

Na constituição *Pastor Aeternus* afirma-se o caráter indelével das posições do papa em relação a moral e a fé, constituindo poder e crédito pleno aos seus discursos e posições. Posteriormente, essa posição abrangerá a colegialidade dos bispos, que teriam autonomia nas decisões sobre tais questões. As duas constituições reafirmam o poder decisório da Igreja em relação a sociedade, que está em processo de mudança em sua estrutura social. As respostas que a instituição gerava através de suas bulas, concílios, já não respondiam concretamente a realidade dos fatos daquela sociedade, tornando-se cada vez mais indiferente aos fatos.

Segundo Pinheiro (2010), a doutrina social se deu como uma via intermediária ao liberalismo e ao socialismo. Enquanto uns negavam a ordem econômica e social, outros residiam sobre a preferência da reforma. Temas como o capitalismo e o direito a propriedade dividem conservadores e liberais, inflexíveis e moderados, fazendo com que esse pensamento católico social entrasse em conflito. O ideal solidário e uma busca de uma democracia social, bem como as mesmas reformas, são as causas em comum.

Nenhuma das partes apoiava a secularização da sociedade, muito menos a descentralização e perda de influência por parte da Igreja.

Para adentrar no terreno de debate sobre a sociedade, o primeiro passo que a Igreja propõe irá se dar através da encíclica *Rerum Novarum* (Das coisas novas, traduzida do latim), uma nova postura de participação dos indivíduos nas relações sociais. Naquele contexto histórico, da segunda metade do século XIX, caracterizado pela revolução industrial e a extrema exploração dos trabalhadores, o discurso da encíclica é dirigido com mais afinco àqueles que detém o poder socioeconômico. Como características expressas, de acordo com Pinheiro (2010), vemos: seu pedido reconciliador entre as classes, onde os patrões e possuidores de riquezas são impelidos ao respeito a dignidade da vida humana, pagando salários justos a classe trabalhadora e operária; o seu discurso enfático na observação do Estado em relação as leis e justiça; na intervenção estatal no liberalismo econômico, evitando assim um conflito de classes. O discurso da encíclica também se dirige aos trabalhadores, sugerindo que a saúde seja observada pelos sindicatos, e que neles não haja intervenção do Estado, no que diz respeito as horas de trabalho, salvaguardando o sindicato e defendendo sua autonomia. Mesmo não havendo uma obrigatoriedade de sindicalização, propõe-se uma tendência social-democrata cristã, postura de reaproximação da Igreja às massa, porém ainda fundamentada na prática pela filosofia de São Tomas de Aquino (MAYEUR *apud* PINHEIRO, 2010). A fundamentação doutrinal nos grupos católicos que aderiram a essa prática social está na filosofia tomista, sendo que esta postura influenciou na imparcialidade ideológica do pensamento da Igreja, que não toma partido entre o liberalismo e o socialismo, focando apenas em questões ligadas ao direito natural, a propriedade e ao bem comum¹⁰.

O debate nos ambientes intelectuais católicos vai crescendo com o passar dos anos, onde diversos movimentos surgem e se destacam. Em especial, um ganhou protagonismo na consolidação e aparelhagem de novos movimentos leigos cristãos. A Ação Católica percorreu longo processo para chegar a se consolidar como movimento da Igreja Católica e sua expressão universal foi assumida dentro do pontificado de Pio

¹⁰ Cf. PINHEIRO, 2010, p.20

XI. Como movimento de abrangência internacional, ela atuava na perspectiva de imersão no trabalho religioso por parte dos leigos, costume que não era habitual naquele contexto histórico. No entanto, segundo Maia e Sales (2018), uma característica marcante na constituição da Ação Católica como movimento foi a presença e atuação do leigo apoiada institucionalmente, incentivada e incitada. Se antes, como conhecemos, a figura central do catolicismo era representada pelo sacerdote, bispo ou papa, esse movimento de "laicização" eclesial será algo totalmente novo para a Igreja, ao ponto de também absorver os desafios e problemas da realidade dos leigos em seu dia-a-dia. O leigo passa a ser protagonista das ações com o aval e incentivo dos religiosos, mesmo que ainda sob o viés evangélico, pelo qual a Igreja ainda tinha por objetivo intrínseco, dando à Ação Católica a característica de um movimento mais centralizado nas ações do leigo.

Um dos seus principais objetivos era tornar esta ação uma extensão da ação do clero, transformando leigos em verdadeiros apóstolos transmissores da mensagem da Igreja, braço estendido da hierarquia e parte do corpo eclesial. Nesse aspecto, na Ação Católica o leigo passa a ocupar um novo papel na instituição, devendo tornar-se um agente motivador do processo de evangelização, deixando a postura de exclusivo receptor (MAIA e SALES, 2018, p.161)

A Igreja, aos poucos, abrangia seu olhar pela entrada desses novos "membros" em sua estrutura, começando a entender mais de perto o que acontecia no cotidiano das relações sociais. As transformações sociais daquele contexto permitiram o reconhecimento da "Ação Católica" como uma das alternativas da Igreja para responder aos desafios demandados na época. A imersão dos leigos, de forma geral, somado ao interesse na participação e dos assuntos que envolviam as causas sociais, em comunhão com a hierarquia clerical, foi o motor que proporcionou o início do movimento, que teve como característica a sua intersetorialidade.

A colaboração dos fiéis leigos no apostolado hierárquico designado como Ação Católica tomou uma tal dimensão a partir do pontificado

do Papa Pio XI que se tornou à designação própria de um grande movimento ramificado em diversos setores e atividades sob a efígie de uma só bandeira: AÇÃO CATÓLICA. (SOUZA, 2006, p.39)

Sua ação junto dos grupos de juventude, em especial a Pastoral da Juventude, ocorre devido a preocupação com os desafios e as grandes mudanças na realidade mundial (processo de urbanização e industrialização), que foram decisivos para estimular um espaço de participação dos leigos católicos no apostolado hierárquico da Igreja, para a difusão e a atuação dos princípios católicos na vida pessoal, familiar e social.

A Ação Católica, portanto, seria a forma concreta de Pio XI responder a construção desse apostolado amplo. Este movimento operaria fora dos limites do clero, mas deveria ter sempre presente a natureza de sua posição particular na cena do esforço evangelizador que é de auxiliar e assistente na missão da hierarquia eclesiástica (RUFINO, 2002, p. 68).

A Ação Católica francesa nasceu em 1931, a partir do Congresso dos Cardeais e Arcebispos franceses, para concretizar o desejo de Pio XI de agregar diversos movimentos de leigos que pudessem andar em comunhão com a Igreja, e a ela subordinada. Mas qual seria o objetivo principal dessas organizações e com quem disputaria espaço? Segundo Pinheiro (2010), o objetivo principal dessas diversas organizações, agora reunidas e em comunhão, foi assegurar aos jovens estudantes e aos trabalhadores uma formação cristã em consonância à vida em sociedade, em face ao liberalismo, socialismo e o individualismo. A conscientização dos trabalhadores no que se refere a sua condição de trabalho, sua justa remuneração e a postura da Igreja sobre a questão social, desenvolvem a necessidade de expandir os olhares para a classe trabalhadora, por parte da Igreja. Sem dúvida, essa conscientização *extra ecclesiae*¹¹ viria representar uma ameaça do movimento socialista para a hegemonia da Igreja, todavia, em sua gênese os intelectuais católicos não consideravam tão importante fazer

¹¹ Expressão que significa "fora da Igreja".

frente à esse grupo. A visão sobre a questão social por parte da Igreja sofre mudança de acordo com os acontecimentos históricos, porém em seu início a Igreja ignorava os problemas que o crescimento industrial provocava na sociedade francesa desde 1830. "A sensibilidade da Igreja será tocada no momento que ela assiste o crescimento da ameaça do movimento socialista sobre a organização e conscientização dos trabalhadores" (PINHEIRO, 2010, p.21).

Em vista do que foi dito, percebe-se que a Igreja só toma postura diante da questão social que rebete sobre os trabalhadores, quando um movimento ameaça sua hegemonia, nesse caso o movimento socialista. Pode-se dizer que em sua raiz, os primeiros movimentos leigos que deram origem a Ação Católica tinham um viés ainda conservador, pois seus objetivos não eram propriamente progressistas ou reacionários, nem visavam aderir a alguma posição marxista sobre a política ou economia. Mas, tais movimentos estavam alicerçados no desejo de manter um vínculo institucional com a Igreja Católica e seus princípios éticos e morais. No entanto, a crise social que o mundo vive devido as mudanças provocadas pela Revolução Industrial, impele a análise e o debate sobre a distribuição da riqueza. Duroselle (apud PINHEIRO, 2010),

considera que até a metade do século XIX a intelectualidade católica não compreendia a importância para a Igreja de uma reconquista da classe trabalhadora. Sua atenção se voltava mais para as divisões internas entre liberais e intransigentes. Somente a partir de 1848 começa uma lenta e progressiva preocupação social (PINHEIRO, 2010, p.21).

Em um primeiro momento, um movimento denominado "catolicismo social", uma espécie de projeto de concretização da Encíclica *Rerum Novarum*, acreditava que a disparidade social em que se encontravam os operários, não tinha ligação com o desenvolvimento da Revolução Industrial. Pelas palavras de Duroselle, vemos que as propostas desse movimento foram frustradas frente às dos socialistas e às organizações dos trabalhadores, pois o catolicismo social acreditava que "a caridade é suficiente. Sua consciência é facilmente resolvida pela fórmula evangélica: 'sempre haverá pobres entre nós'" (DUROSELLE apud PINHEIRO, 2010, p.21).

No Brasil, por exemplo, a demora no entendimento necessário à instituição religiosa para adentrar nas dinâmicas que envolvem a classe trabalhadora, e conseqüentemente seu viés conservador, deve-se à tardia separação entre Igreja e Estado. Subordinada ao Estado em algumas questões práticas, políticas, a Igreja no Brasil e em Portugal se valeu do chamado "Padroado"¹² para garantir privilégios e se respaldar politicamente. A extinção do regime do padroado, devidamente apoiado pelo movimento ultramontano¹³ e consolidado pelo regime republicano, em 1890 (DORNAS FILHO e AZEVEDO, 1938, p. 15), contribuiu beneficentemente à Santa Sé em relação à liberdade de ação, sem a limitação burocrática dos poderes civis. Segundo Oliveira (2017), após a separação entre a Igreja e o Estado, a Santa Sé combateu, dentro de seus limites, a apropriação de significados religiosos nas novas instituições públicas e nos símbolos que representavam a nação. O país seria oficialmente laico, mas, a participação da Igreja e de seus agentes na política, jamais deixaria de ser efetiva.

¹² A relação entre o Estado nacional brasileiro e a Igreja Católica foi marcada pela herança política e religiosa deixada pela colonização portuguesa ao Império do Brasil. Nessa perspectiva, uma das principais características restritas à monarquia constitucional que se desenvolvia no Brasil foi o padroado régio, que outorgava poderes eclesiásticos aos representantes da monarquia, pelas palavras de Sérgio Buarque de Holanda (1995), capacitando-os de "um poder praticamente discricionário sobre os assuntos eclesiásticos", fazendo com que a Igreja se tornasse "(...) simples braço do poder secular" (DE HOLANDA, 1995, p. 118). Essa aliança foi estreitada e fortalecida ao passar do tempo entre a Santa Sé e o Estado português. Na Carta Magna 1824 do Império, no seu artigo 102, segundo "fortalecia o alcance do imperador sobre as questões eclesiásticas, deixando a cargo deste, dentre outras atribuições, a de nomear bispo e prover os benefícios eclesiásticos" (OLIVEIRA, 2017, p.91).

¹³ O Ultramontanismo, refere-se ao movimento católico de cunho político conservador que defende Roma como sua principal referência, em matéria de fé e disciplina. Nascido na primeira metade do século XIX, na França, o movimento reforça a obediência e centralidade nas prerrogativas do papa, reiterando o poder eclesial.

As diversas mudanças que marcaram os séculos XVIII e XIX, em âmbito mundial, formaram o cenário de entrada na modernidade política, que configurou um *Novus Ordus* no que diz respeito a organização e ordenação política, visto o Estado moderno democrata e constitucional. Esse contexto histórico traz a secularização das sociedades ocidentais como marca, explicando o progresso da autonomia dos órgãos públicos em relação à instituição religiosa. Segundo alguns pesquisadores, como Souza (2011) e Hervieu-Léger (2004), esse processo significou para alguns um "desmoronamento da religião", ou "enfraquecimento das relações com a transcendência", visões eclesiocêntricas que reforçam a necessidade de dependência da sociedade e do Estado à Igreja. A bibliografia mais recente mostra o inverso: segundo Souza (2011), "a secularização não configura fenômeno marcado por disputas meramente políticas, nem por uma defesa da liberdade de consciência ou mesmo da busca pela laicidade do Estado em oposição à religião. Tratam-se de transformações que, ao mesmo tempo, respondem e demandam a adaptação e reformulação da religião em novos termos, fruto de condições históricas específicas, que informaram as combinações complexas entre a perda do domínio dos grandes sistemas religiosos e as reconfigurações da religião por sociedades que continuaram reivindicando-a como condição para pensarem a si mesmas como autônomas" (SOUZA, 2011, p.43-57).

Por fim, se o Estado imperial lutava para engendrar a estrutura material e o aparato simbólico da Igreja romana, esta, por sua vez, não se furtava ao combate político, pois, tal qual afirma Frei Betto em prefácio ao livro de Márcio Moreira Alves, é uma instituição: “Como qualquer outra, ela reflete, em seu interior, as contradições existentes na sociedade” (OLIVEIRA, 2017, p.93).

A Ação Católica no Brasil, estabelecida oficialmente em 1935, de acordo com o *nihil obstat*¹⁴ dos seus estatutos gerais pela cúria romana, que autoriza oficialmente sua organização e estruturação como movimento, teve como principal mentor o então Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, o segundo cardeal brasileiro eleito (MARTINS, 2000)¹⁵. Na perspectiva de Suely Aparecida Martins, o objetivo da Igreja com a Ação Católica não se limitaria apenas à uma mera resposta ao processo de secularização. Assim, a “Ação Católica representou uma das iniciativas da Igreja, sob o mandato papal de Pio XI, para a recristianização da sociedade” (p. 16). Ou seja, a principal preocupação estaria na ampliação do número de fiéis e na retomada de espaços que a Igreja havia perdido. É nesse sentido que o leigo assumiria um importante papel de auxiliar a hierarquia em sua “retomada” religiosa (MAIA e SALES, 2018, p. 164).

Por essa ótica, percebe-se que a Ação Católica nasce como uma proposta “conservadora” diante da realidade social daquele contexto histórico. Caracterizava-se como uma resposta da Igreja em oposição às transformações que aconteciam naquela sociedade, tendo por objetivo sua adaptação ao novo contexto em busca da manutenção e até mesmo, extensões de sua influência sobre a sociedade. Todavia, com o passar das décadas, o laicato vai ganhando autonomia em relação ao controle institucional eclesiástico. A diminuição desse controle se deve à diversos fatores, como alguns

¹⁴ *Nihil Obstat* é uma expressão latina utilizada pelos meios oficiais da Igreja Católica de que uma publicação ou movimento “nada consta” de contrário à fé e a moral, após uma rígida averiguação, e que tem sua aprovação para ser publicada, no caso de algum documento ou livro, ou para atuar como organização vinculada à Igreja.

¹⁵ Segundo Maia e Sales (2018), todavia, desde a década de 1920 vários processos de articulações, envolvendo o movimento em solo brasileiro, já vinham acontecendo. O livro intitulado “Ação Católica”, por exemplo, de autoria do próprio Cardeal Dom Sebastião Leme, foi lançado em 1923, bem antes da aprovação jurídica do movimento pela Rota Romana.

processos que acontecem no interior do movimento, que contribuem significativamente para o ganho de autonomia por parte dos leigos. A Ação Católica, segundo Sofiati (2012), teve dois momentos históricos que caracterizaram o movimento, mas somente à partir da segunda etapa (falaremos abaixo), os laços institucionais começam a ser rompidos.

Em suas origens a AC atuava a partir da separação por gênero em grupos de homens e de mulheres, sendo chamada de Ação Católica Geral (ACG). Na segunda etapa, a partir de 1950, passa a ser denominada Ação Católica Especializada (ACE)¹⁶ e, metodologicamente, começa a atuar em ambientes onde os jovens estavam inseridos, formando assim a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC) (MAIA e SALES, 2018, p.165)

De acordo com o historiador João Batista Libânio, a proposta inicial da ACE (Ação Católica Especializada), era de “insuflar” na sociedade o “espírito” do cristianismo, ou seja, um "espírito" de justiça que pudesse permear todas as pessoas. Noções de justiça religiosamente elaboradas deveriam ser infiltradas nos diferentes domínios da vida social (LIBÂNIO, 1978), em cada instituição e organização, por exemplo, escolas, universidades e espaços de trabalho, todos deveriam ser influenciados pelos preceitos cristãos de constituição da sociedade. Entretanto, o autor considera que o processo de aproximação dos jovens com o movimento gerou resultados que ultrapassaram as possibilidades de controle da Igreja Católica. A partir do contato entre os sujeitos, provindos de distintas realidades, tanto religiosa como secular, deu-se

¹⁶ Segundo Maia e Sales (2018), entre junho de 1960 e junho de 1962 o secretariado geral da Ação Católica Brasileira produziu cinco boletins de circulação nacional, sob o título de “Boletim da Ação Católica Brasileira”. O objetivo desta publicação era dar mais solidez e organicidade ao movimento, para que não se dispersasse ou ficasse sem alguma direção. Como antes mencionado, foram instituídos os movimentos especializados de Ação Católica (ACE), cada um subdividido por sua especialização, estruturada e possuindo seu próprio material informativo: a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), sendo essa última bastante influente e participativa na política brasileira, como veremos a importância ao objeto deste trabalho.

origem à uma práxis que permitiu a troca de experiências e ideias. Essa segunda fase da Ação Católica foi marcada por uma maior atuação social do leigo, e que paradoxalmente transformaria o sujeito militante do movimento quando em contato com a sociedade, conhece as demandas sociais, não restritas ao método catequético que a instituição impusera como objetivo inicial da hierarquia. Amplia-se, portanto, a visão dos militantes, e as trocas recebidas com a sociedade começam a formar o protótipo da atuação do movimento no meio social e político.

Segundo um dos documentos oficiais da Ação Católica, O boletim número 2, ao tratar se da Ação Católica Especializada ela enfatiza a ação que os leigos praticavam dentro da instituição, e que esse trabalho deveria ser mais valorizado pela hierarquia, e completa que a Ação Católica Especializada (ACE) se desenvolve “concedendo-se um crédito de confiança à eficácia apostólica dos leigos” (ACB, 1960, p. 15). Pode-se dizer, assim, que um dos parâmetros essenciais da atuação e vínculo desse laicato com a Igreja Católica, era a confiança. Compreende-se essa "confiança" não de forma literal ou autêntica, mas como um modo de reconhecimento pelo clero de sua atuação legítima, mesmo que ainda sob os fortes laços hierárquicos. O clero acompanhava o avanço obtido pelos leigos, usando sempre sua autoridade para realizar intervenções, de forma a evitar a dispersão dos integrantes e garantir a função inicial: serem missionários e propagadores da fé católica.

Pode-se dizer que a ampla participação social e política dos membros da ACE, desagradava alguns setores do catolicismo que queriam uma Igreja mais “missionária”, no sentido de ser propagadora da fé Católica e angariadora de novos fiéis. Para estes, a ação dos jovens deveria ocorrer sem inserção em assuntos ligados à política e problemáticas sociais que pudessem gerar contradições entre os diferentes grupos que compunham, naquele momento, o diversificado “corpo” eclesial (MAIA e SALES, 2018, p.169)

O conservadorismo que o movimento herdara da Igreja Católica, aos poucos se esvai, pois ela não permitia sua abertura ideológica e ampliação das possibilidades de atuação do leigo na sociedade. Essa abertura, inclusive, era bastante combatida pelos

setores conservadores da Igreja. Uma das causas que culminaram na extinção da Ação Católica Especializada deve-se à perseguição da mesma pela ala tradicional católica que ofereceu apoio ao golpe militar de 1964. A extinção, pontuamos, ocorre no início da ditadura, decorrente de dois processos simultâneos: político e religioso.

Além da perseguição por parte dos setores conservadores, tanto da Igreja como do Estado, através dos militares no poder, o aumento da autonomia dos membros da Ação Católica Especializada desenhou o contexto de sua extinção. Isso deve-se, principalmente, pelas suas participações fora do âmbito tradicional da Igreja Católica, de sua regulação e controle, fazendo-se presente nos bairros periféricos e no debate político. O que antes era visto com bons olhos, ou seja a motivação por se inserir em questões sociais e políticas, por parte da instituição religiosa, começa a gerar indignação por parte da ala conservadora da Igreja em relação ao caminho que a autonomia do leigo começava a trilhar na sociedade. Sem as rédeas que a Igreja colocara, a Ação Católica tomaria um rumo diferente daquilo que fora proposto, além de se tornar um instrumento político desvinculado da hierarquia.

A Ação Católica, pode-se dizer, foi um primeiro modelo de inserção da Igreja no mundo moderno, em que as contradições sociais da sociedade de classes são realidades concretas, e ao debruçar-se sobre as mesmas, se encaminha um processo de mudança de pensamento político dos leigos. A necessidade de mudança parte da análise dessas contradições sociais, em especial na realidade periférica da América Latina, onde a Igreja tinha uma realidade diferente daquela da Europa. Além da forma de pensar a sociedade, o próprio Magistério, embasado na Teologia católica, deveria ter alguns avanços. Assim, nesse próximo ponto, veremos o surgimento de uma Teologia com uma roupagem mais adequada à realidade da América Latina, inspiradora de movimentos engajados na sociedade, não só continental mas mundialmente, e que trabalha de forma diferente e inversa ao modelo institucional, junto aos setores populares.

2.3 Surgimento e contextualização da Teologia da Libertação na América Latina.

Durante a metade do século XX fatos e transformações significativas marcaram o panorama do continente latino-americano. Crises econômicas, ascensão de ditaduras militares, opressão e pobreza caracterizavam o ambiente geopolítico, não deixando dúvidas da necessidade de resistência política, para reivindicar direitos e melhor atender às necessidades da população. A reflexão sobre a realidade social na América Latina provoca uma crítica sobre o modo como vivia o povo mais pobre, o trabalhador, diante da desigualdade causada pela lógica exploração do capitalismo. A exploração do trabalho fazia parte historicamente, da vida cotidiana de milhares de homens e mulheres, não havendo perspectiva de mudança.

As camadas populares encontram nas lutas dos movimentos sociais de esquerda uma saída, pois suas propostas representavam uma grande mudança para a sociedade (SANTOS, 2006). Nesses movimentos havia militantes ligados à Igreja Católica, que no final da década de 1950 passava por uma mudança significativa em sua postura interna e externa, já contendo setores progressistas que denunciavam e lutavam a favor dos excluídos, derivando na década seguinte, adesões à luta de guerrilha contra a repressão. Os movimentos sociais surgem a partir da iniciativa popular, salienta Sandra Molina (2011), como resposta aos problemas causados no interior da sociedade civil pelas ditaduras; seja pela imposição de um regime autoritário anti-democrático, seja pela relação do regime capitalista em detrimento ao trabalho, seja também pela subalternização de certos grupos sociais, dentre outros fatores (MOLINA, 2011). Estes movimentos tornam-se atores importantes na luta por conquistas sociais, resistindo ao autoritarismo imposto pelo regime militar, caracterizado também pelo declínio dos Direitos Fundamentais, resistindo à violência e aos diversos meios de tortura, como à supressão da liberdade de manifestação e censura aos meios de comunicação.

Nasce, a partir dessas novas experiências, a *Teologia da Libertação*, fundamentando a compreensão teológica à luz das lutas políticas, comprometendo-se com a luta contra a pobreza, fornecendo instrumentos para analisar a realidade social (SANTOS, 2006). O surgimento de uma práxis da esquerda católica latino-americana,

conceitualmente foi denominada teologia da libertação, a partir especificamente da edição, em 1970, da obra *Teología de la Liberación*, do peruano Gustavo Gutiérrez. Essa teologia é resultante da ação histórica que se desenvolve dentro da Igreja a partir dos movimentos leigos, criados pela Ação Católica, o que explica os conflitos com a hierarquia e posterior exclusão, como mencionamos anteriormente (PINHEIRO, 2010). Essa teologia significa uma mudança de paradigma no pensamento religioso católico, até então de maioria conservadora, e uma resposta à hegemonia (hermenêutica tradicionalista) de leitura da Sagrada Escritura, que tinha como característica a visão europeia, traduzida nos moldes Patriarcais Judaicos, hierárquicos, centralizada na figura masculina. Devido à crescente influência e leitura desta nova forma de conceber a Teologia, a Igreja Católica nos anos 1960, precursora em nosso país de um movimento em defesa dos direitos do homem, tocando a consciência político-religiosa dos cristãos, da sociedade laica e também daqueles que não participavam do mesmo credo religioso (*idem*). A emergência de uma teologia de inspiração socialista permitiu às novas gerações adotarem uma dimensão religiosa utópica mesclada de historicidade, em seu engajamento. Esse fato é importante não somente para o combate das injustiças sociais visíveis próprias do capitalismo, como também no incentivo ao desenvolvimento de uma consciência coletiva.

A reflexão desenvolvida pela Teologia da Libertação-TdL inclui setores da Igreja Católica, como pastorais populares e Comunidades Eclesiais de Base-CEB (JUSTINO, 2017). Por mais que esteja vinculada a alguns pensadores religiosos de dentro da instituição católica, essa nova concepção teológica não é reduzida à sistematização dogmática ou canônica, tendo como diferencial sua contextualização continental através da análise social. A teologia dogmática, sistemática, tradicional, que tinha como modelo as representações religiosas da sociedade europeia (expressas nas representações iconoclastas, imagens, leituras bíblicas, etc.) não obtinha êxito em responder as demandas e a realidade em que viviam as massas populares latino-americanas. Quando a TdL enfim foi pensada, viu-se a necessidade de uma transformação na hermenêutica bíblica diante da realidade social destes povos, visto que o domínio da leitura era dado pela classe dominante, de forma hierárquica em relação as bases da sociedade, a classe mais pobre e marginalizada.

As mudanças sociais que ocorreram durante determinado período da história, entre os anos 50 e 70, em todo o continente, motivaram a população a se mobilizar e de tal forma organizada, que as lutas sociais através de movimentos populares foram se expandindo e ganhando força. A essa reação popular, os setores mais conservadores respondiam de forma bruta, através de sucessivos golpes militares em todo o continente latino-americano (JUSTINO, 2017). Com a justificativa de evitar uma revolução comunista, os governos militares apoiados pelos Estados Unidos instauraram ditaduras ao redor do continente, como na Guatemala e Paraguai (1954), na Argentina (1962), no Brasil (1964), na República Dominicana (1965), na Nicarágua (1967), no Peru (1968) no Uruguai e Chile (1973). Segundo Maria José de Rezende (2016), "os regimes militares e ditatoriais tendem, de modo geral, a impor formas específicas e controladas de atuação das Nações Unidas em seus territórios" (p.4), característica também observada noutros continentes.

A aliança com o imperialismo norte-americano nutre então, a motivação ditatorial, para impor a ordem do capital, num contexto histórico marcado pela guerra fria entre os dois blocos econômicos em disputa, pelo capitalismo e o socialismo. Imersa numa realidade contraditória de desigualdade, desde a colonização europeia, a América Latina é colocada à serviço da lógica do capital, que gradativamente se alimenta das injustiças sociais, e através delas estabelecem seus alicerces. Por isso, quando se pensa uma Teologia de inspiração marxista cristã, que discute a desumanidade que o sistema capitalista desenvolve nos países latino-americanos, concebe-se a importância de sua atuação como força opositora aos interesses militares, e consequentemente, também do imperialismo norte-americano. A análise sociológica aponta o grande acúmulo do capital por um restrito grupo social, enquanto a gigante parcela da população sofre as consequências da pobreza, a exclusão de direitos fundamentais, como o direito de cidadania, por exemplo. Além disso, há um crescimento da divisão social, imposta pelos setores conservadores, aliados aos governos autoritários que estavam à serviço do capital financeiro. Para os favorecidos, as políticas sociais são benesses e não direitos.

O Estado, por entendimento, é uma organização racional, centralizada na figura humana, não tendo outra natureza. Isso quer dizer que o Estado não tem raiz na

propriedade privada, em corporações, nas classes sociais ou instituições religiosas; mas sim, no ser humano (RODRIGUES e WOLFF, 2018). Em outras palavras, o Estado não nasce de uma iniciativa privada ou movido por interesses particulares, mas como resultado dos conflitos sociais, segundo o pensamento liberal. Pela visão marxista da concepção do Estado, desde o seu surgimento já são observados sinais da reprodução dos ideais da classe dominante, que na prática gera uma condição eterna de escravidão dos meios de produção. Segundo Karl Marx (2010), o “Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade” (p. 59).

Para conseguir se manter permanente e forte, o Estado necessita dessa opressão e submissão de uma classe a outra. Nas palavras de Islânia da Rocha (2011),

"(...) é impossível para o Estado, nascido das relações de produção, voltar-se contra elas e alterá-las significativamente, pois ele necessita do antagonismo imposto pela propriedade privada para sobreviver. O Estado é, assim como “a ideologia, a religião, a ciência”, um meio utilizado pelo capital para reproduzir a sua ordem, mas ele por si só não consegue modificar a sua essência, somente a revolução proletária alcançará este feito." (p.6)

Entretanto, com o domínio das forças militares brasileiras sobre o Estado e o governo, o dever de garantir a soberania popular e os direitos fundamentais, era negado, ameaçado e excluído. Vemos, segundo Rodrigues e Wolff (2018), que "os direitos fundamentais sociais caracterizam-se como o conteúdo de ordem social e pela necessidade da prestação positiva do Estado que se dá através da implementação real das políticas públicas" (p.3). Nos governos militares, as políticas públicas sofreram grave repressão, pois não serviam aos interesses do poder na lógica do capital, constituindo ameaça aos projetos de hegemonia da classe burguesa. E por qual motivo a retirada dos direitos fundamentais é prejudicial à classe trabalhadora e benéfica ao imperialismo defendido pelos militares? Encontramos a resposta através da definição de direitos fundamentais, por Bulos (2015):

(...) direitos fundamentais são o conjunto de normas, princípios, prerrogativas, deveres, e institutos, inerentes à soberania popular, que garantem a convivência pacífica, digna, livre e igualitária, independentemente de credo, raça, origem, cor, condição econômica ou status social. (BULOS, 2015, p.256)

Nessa sociedade fragmentada surgem respostas contra os níveis de conflito que aumentam a desigualdade social, tendo apoio da ala progressista da Igreja Católica e de diversos intelectuais da área, pela democracia. Os encontros episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979) e, também, o Concílio Vaticano II (1968-1972)¹⁷, adentram em um terreno até então esquecido: o entendimento do pobre, do marginalizado como protagonista do discurso que expressa a consciência do direito social. Em uma sociedade politizada, o indivíduo carrega em si lutas diárias e conflitos sociais, traduzidos no dia-a-dia na sua relação com o trabalho. Através dos percalços e injustiças do seu dia-a-dia, algo novo germina: a consciência de um povo que se expressa de forma orgânica a vivência de uma fé libertadora (GUTIERREZ, 2000), que busca instrumentos para uma melhoria de sua condição social, e por isso há um apelo para que a Igreja esteja pareada com as lutas dos pobres. Através dessa consciência do sujeito enquanto pertencente à uma classe, que luta por seus direitos, surgem os debates essenciais para subsistência da comunidade, a preocupação com os problemas sociais e a representatividade da voz do povo no mundo político.

Essa Igreja que se preocupa com as condições sociais e suas contradições que impedem o alcance dos direitos sociais, como foi pensada pelo Concílio Vaticano II e os posteriores encontros episcopais, obteve influência do humanismo francês, como pontua Löwy (1991). O chamado *crístianismo radical* "ganha corpo nas pastorais operárias, organizações políticas, movimento juvenil e universitário, bairros periféricos e comunidades de base" (JUSTINO, 2017, p.28). Esse movimento é semelhante ao que aconteceu no Brasil com a difusão da Teologia da Libertação, em que através dos movimentos de base e pastorais da juventude e operária, foi possível a formação e a expansão da mesma.

¹⁷ Cf. MITIDIERO JR., Marco Antonio, 2008, p. 77.

O humanismo francês, como mostra Löwy (1991), deriva das posições mais radicais da cultura cristã, que se desenvolveram na França, durante o século XX. O surgimento de uma esquerda cristã também se deve a inserção de clérigos católicos nos movimentos operários, frentes antifascistas e demais movimentos, como os Padres de Lubac, Lebret, entre outros. Houve ainda, o desenvolvimento de um chamado socialismo religioso, dentre as quais uma importante participação foi a de Emmanuel Mounier, assim como, de Charles Péguy. Nota-se um movimento de expansão da esquerda cristã, o que se deve ao ativismo dos leigos católicos, que já estavam inseridos nas bases dos movimentos, como também da aproximação dos demais grupos de leigos com a hierarquia católica, por meio do assessoramento, preparação de encontros ou pela contribuição em elaborar documentos de cunho pastoral. A formação diversificada dos leigos também é uma das características do corpo formado pelos leigos, influenciando, segundo Löwy, também na formação da própria Teologia da Libertação, e na difusão das ideias marxistas.

[...] economistas, sociólogos, urbanistas, [...] teólogos ou advogados, constituem uma espécie de aparelho intelectual leigo da Igreja, que levam para o seio da instituição os últimos desenvolvimentos das ciências sociais – o que significa, na América Latina a partir dos anos 1960, a sociologia e economia marxista (a teoria da dependência). A influência dessas equipes foi determinante [...] na própria gênese da teologia da libertação no início dos anos 1970. (LÖWY, 1991, p. 36).

A inserção de membros não pertencentes à hierarquia eclesial, de modo que não houvesse ligação com as correntes teológicas mais tradicionalistas, favoreceu a proposta recomendada pelo Concílio Vaticano II e pelas conferências episcopais: uma Igreja em saída, diante da realidade mais pobre, que necessita urgentemente de um *aggiornamento*¹⁸. Não havia nesse período uma produção escrita formal, oficial do que seria a TdL¹⁹.

¹⁸ *Aggiornamento* é uma palavra italiana que significa "atualização", renovação. Ela foi usada por João XXIII, Papa que abriu o Concílio Vaticano II, para definir um dos objetivos cruciais do Concílio: a adequação da Igreja aos novos tempos atuais, uma abertura ao mundo moderno. O *aggiornamento* da

Segundo o filósofo e teólogo Leonardo Boff (2013), "a TdL se inscreve frente às várias formas de opressão (social, étnica, de gênero e outras), pleiteia a libertação concreta como consequência da teologia do Êxodo, da prática dos profetas, de Jesus e dos Apóstolos" (BOFF, 2013, p.1324). Uma Teologia que visa, segundo o autor, uma libertação efetiva, não apenas retórica (através dos discursos proferidos pela hierarquia católica), sendo necessário analisar as causas que geram esse dualismo entre opressores e oprimidos. Através desse movimento de análise e identificação das causas da opressão social, e de todas as outras opressões, traduz de forma correta os propósitos contidos no Evangelho, havendo comprometimento com a proposta libertadora (idem). O ideal político da Teologia da Libertação paira no protagonismo que deverá ser exercido pelas comunidades de base, pelos oprimidos, num movimento contrário ao que é pré-estabelecido pelas forças dominantes, originando de baixo para cima, começando pela base e fazendo pressão até o topo. O protagonismo dos oprimidos, unido a um conjunto de fatores (valores e forças), "apontam na direção de uma democracia social participativa, diuturna, vivida em todas as instâncias e potencialmente sem fim" (BOFF, 2013, p.1325).

Esse novo modo de fazer teologia, onde os leigos e militantes ultrapassam as barreiras institucionais religiosas e teóricas através de uma prática concreta, traduzida na luta por direitos, em sua totalidade, paralelamente vai ao encontro do que Löwy (2000, p.57) chama de *crístianismo da libertação*, um movimento não oficial anterior que desemboca na Teologia da Libertação. Esse movimento social e religioso surge antes de qualquer elaboração oficial, traduzindo-se em um protagonismo de vivência da prática concreta da fé, em sua totalidade, e seus militantes e teólogos indo além dos muros da Igreja como instituição hierárquica.

Igreja, que era o objetivo do Concílio, se deu através da atualização de novos conceitos diante dos pré-estabelecidos, favorecendo um ambiente de análise dos tempos contemporâneos e permitindo o surgimento de novos pensamentos, teologias, leituras hermenêuticas sobre a relação entre Deus e o povo. A partir dessa abertura proporcionada pela Igreja, ela enquanto instituição inserida na realidade social é interpelada a ir contra todas as formas de opressão e supressão de direitos, ou tudo que vai contra a dignidade humana.

¹⁹ Em 1971, o Pe. Gustavo Gutiérrez, da Ordem dos Pregadores (Dominicanos), posteriormente sendo considerado o "precursor" dessa nova forma de conceber a Teologia, elabora sua "*Teología de la Liberación - Perspectivas*", sendo essa a primeira escrita formal sobre o tema ou, se assim pode dizer, o "nascimento oficial" desta nova Teologia

Destacamos a análise de Dussel (1999) sobre os primeiros movimentos de libertação dentro da América Latina, datado de 1511, com o religioso Bartolomeu de La Casas. Segundo o autor, La Casas foi o precursor na luta contra a invasão espanhola e portuguesa na AL, mantendo-se diante do povo oprimido daquela região, os índios, lutando contra a escravidão e subserviência dos nativos aos europeus, posição que é contrária à da justificção desses atos elaborada por Juan Guinés. La Casas vai contra o pensamento colonizador de seus confrades e compatriotas, sendo o inverso da ideologia que permeava a realidade de sua época (DUSSEL, 1999, p.26). O símbolo dessa resistência contra o pensamento dominante daquela época, justifica a importância dessa figura histórica para as gerações póstumas, que segundo Justino (2017), teria seu pensamento como base de defesa, em revoluções posteriores na América Latina.

Bartolomeu [de La Casas] é o símbolo que justifica a guerra de libertação dos índios contra os europeus, de sua época até a nossa e que, teologicamente, teria defendido a rebelião de Túpac Amaru no século XVIII ou mesmo Fidel Castro na revolução cubana no século XX. (JUSTINO, 2017, p.30)

Ainda falando sobre os momentos históricos, todavia mais recentes e que possibilitam identificar alguns fatores que concorrem para o surgimento da TdL, destacamos três momentos que se deram a partir da Igreja, devido ao clamor popular.

Após os seguidos papados de "Leões, Bentos, Gregórios e Pios"²⁰, a Igreja aposta num Conclave que elege Giuseppe Roncalli ao papado, assumindo o nome de João XXIII. Através da Bula *Humanae Salutis*, João XXIII convoca clérigos, especialistas e representantes de outras denominações cristãs para refletir o papel da Igreja no novo mundo, visando outra forma de conciliar doutrina e prática. Essa

²⁰ Antes de João XXIII ser eleito ao trono Petrino, desde 1316 não se elegia um Papa com um este nome. Os últimos 11 Papas anteriores à Giuseppe Roncalli tomaram por nomes, em sua maioria, Pio, Leão, Bento e Gregório. Todos esses lutaram veementemente contra o chamado "modernismo", bem como qualquer fenômeno ou ciência que trouxesse a realidade dos fatos, ou exigisse um olhar de menos condenação. A realidade monárquica ainda era forte, o que favorece a tomada de poder vertical da instituição eclesiástica. Após a morte de Pio XII, com a eleição de Roncalli, a Igreja caminha seus primeiros passos rumo ao rompimento com este modelo de Papado, centralizado na figura do Vigário de Cristo, com seu poder centralizado baseado no tradicionalismo tomista e escolástico.

mudança de paradigma proposta pelo Concílio abre a possibilidade de novas concepções e pensamentos sobre a teologia, não mais fincada no tomismo tradicionalista, mas orientada para a reflexão sobre as lutas sociais. Segundo Löwy (1991), a Igreja, sobretudo a da América Latina, não podia deixar de fora os conflitos sociais que assolam o mundo. A abertura ao mundo moderno significou, também, uma abertura filosófica e política, agregando correntes do pensamento social até então condenadas²¹, como o marxismo (p. 40).

Esse momento histórico é de grande importância para que, futuramente, os leigos de diferentes idades pudessem assumir um protagonismo maior como cristãos. Esse protagonismo, como veremos, desencadeará numa postura de luta por direitos e contra qualquer tipo de exploração e opressão, onde o indivíduo vive a experiência da fé dentro da vida social e política. O sangue derramado na luta desses religiosos ganha destaque ao longo do tempo, tornando-se motivo de orgulho e exemplo de resistência para as futuras gerações cristãs. Löwy (1991), ao discorrer sobre o caso de Camilo Torres, membro do ELN (Exército de Libertação Nacional), enfatiza a importância da sua morte através da comoção gerada, "um impacto emocional e político profundo sobre os cristãos latino- americanos" (p.39). Esses acontecimentos fomentaram não apenas o surgimento de novos cristãos, engajados numa causa ou luta social, mas uma mudança de postura da Igreja enquanto instituição hierárquica, refletindo seu papel perante a realidade mais periférica, como a da AL. Pensa-se em um novo tipo de evangelização, não como outrora imposta pela violência, mas surgindo como resposta aos problemas sociais, injustiças, desigualdades e violência presentes no continente. O novo desafio da evangelização agora é enfrentar e dar coragem, não somente aos cristãos, mas à qualquer ser humano que se encontra em algum tipo de exclusão e marginalização.

Ao pensar sobre a realidade própria do continente latino-americano, marcado por uma vivência periférica, onde a pobreza e a marginalização de homens, mulheres e crianças é um fato recorrente estrutural, a Igreja vê a necessidade de refletir a

²¹ É importante lembrar que inicialmente o socialismo/comunismo foi condenado pela Igreja Católica, e isso pode ser visto em pelo menos duas encíclicas: com o Papa Pio IX, que em sua encíclica "*Qui Pluribus*", dizia que o comunismo era contra o direito natural; e com o Papa Leão XIII, que em sua encíclica "*Quod Apostolici Muneris*", acusava o socialismo de querer conduzir a sociedade ao abismo.

importância de reunir os principais líderes religiosos de cada país latino-americano. Segundo Róbson de Oliveira Castro (2016), "necessitava de uma intervenção e da união dos bispos para resolverem os problemas que assolavam o povo" (p.160). Através da CELAM (Conferência Episcopal Latino Americana), os bispos exerceriam sua colegialidade, manifestando preocupações e opiniões sobre a realidade social. Uma característica importante a ser discutida, é que seu primeiro encontro foi em 1955, antes do Concílio Vaticano II, ainda sobre o pontificado de Pio XII, que portava resquícios do tradicionalismo, refletindo nos objetivos pautados pelo encontro, ainda relacionados à evangelização. Havia um baixo número de sacerdotes no continente, restando aos padres estrangeiros e a alguns poucos leigos a missão de propagar os ensinamentos religiosos, como também, o avanço do comunismo, à presença da maçonaria e ao crescimento dos protestantes²².

A partir da segunda Conferência do CELAM, segundo Sávio Carlos Scopinho (2013), devido às transformações sociais, econômicas e políticas que a América Latina passou nos períodos ditatoriais militares (entre as décadas de 1950 à 1980), a Igreja se insere na realidade subalterna da população oprimida latino-americana, mudando sua postura, questionando e militando em favor dos oprimidos, o que vai contribuir para o nascimento de uma Teologia da Libertação.

A Igreja se inseriu na realidade dos pobres, assumindo sua causa, comprometendo-se com sua realidade social e propondo-se a ser uma presença ativa, questionadora e transformadora. Nesse contexto, surgiram novas experiências eclesiais e pastorais que deram origem à Teologia da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base, consideradas como marcos fundamentais para compreender a Igreja no Continente (SCOPINHO, 2013, p. 153).

Concordamos com Justino (2017) quanto à mudança de postura do clero católico devido ao terceiro encontro da Conferência Episcopal Latino-Americana, permitindo que uma parcela da Igreja adotasse as ideias marxistas que, posteriormente, seriam a

²² CF. CASTRO, 2016, p. 162.

base para toda a imersão social. "Seus documentos denunciam as injustiças sociais, a dependência econômica, as ditaduras militares e colocam a necessidade de uma Igreja comprometida com as lutas sociais" (p.31). Percebe-se a influência positiva dos documentos e discussões geradas pelo Concílio Vaticano II, em especial o documento *Lumen Gentium* que exorta o dever universal da Igreja (a Missão) para com os homens, vinculados socialmente, culturalmente e tecnicamente a todos. O caráter da Igreja transcenderia seus dogmas, universalizando seus objetos de discussões, tendo como referência e partida o pensamento do povo. Dessa perspectiva, segundo Boff (2013), nasce a "teologia do povo", que faz da fé uma alavanca de libertação para o povo oprimido, que "ao invés de fazer uma análise de classe, mostrando as origens do empobrecimento e da opressão social, prefere analisar a cultura popular em seu dinamismo, mas também em suas contradições, enfatizando os elementos de participação e de libertação presentes nela" (p. 49). Podemos dizer que a Igreja começa um processo de amadurecimento e personalização na América latina, tendo consciência da identidade cultural do povo e do que a instituição pode transmitir.

Nesse contexto, entender as influências na formação das bases dos movimentos sociais, bem como suas ligações, torna-se fundamental para construir o debate sobre o papel da juventude e seu contato com a TdL, entendendo o que possibilitou sua imersão e como esta influenciou seu interesse político.

3. CAPÍTULO II

CONSOLIDAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, NO CONTEXTO DE ASCENSÃO DA DITADURA MILITAR. PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO E DESAFIOS FRENTE COM A AMEAÇA NEOLIBERAL.

3.1 Juventude e Teologia da Libertação.

Nesse ponto, destaca-se a importância da juventude e sua interação com a Teologia da Libertação, que favoreceu o surgimento de importantes movimentos de cunho social, refletindo sobre os problemas da sociedade. Em particular, os movimentos surgiram num contexto de repressão e censura à liberdade, seja ela a própria liberdade de expressão ou a liberdade política. Em geral, quem discordava das posições ideológicas do governo militar, seja um grupo ou um indivíduo específico, sofria duras perseguições e, conseqüentemente, eram mais facilmente dispersados pelo poder policial. A mobilização popular não era permitida durante o ciclo ditatorial militar, isso é confirmado pelos episódios de violência frequentes nas manifestações populares. Nesse contexto, a juventude foi aos poucos sendo influenciada pelas esquerdas, porém a repressão não favorecia o desenvolvimento das ideias e do pensamento crítico na sociedade, pontos importantes na formação política.

Deste modo, a interação com os setores progressistas da Igreja Católica ajudou na consolidação estrutural dos movimentos sociais, dando um apoio significativo na formação intelectual dos jovens militantes. Como foi dito antes nesse trabalho, diversos intelectuais de esquerda na Igreja foram de suma importância na consolidação dos primeiros passos da juventude no cenário político. Aos poucos, o contato com a Teologia da Libertação desperta no jovem a curiosidade pelo conhecimento, devido a relação daquela com a temática social. Todavia, qual é a importância e contribuição da juventude para as mudanças que são necessárias na sociedade, independente do contexto histórico e dos desafios sociais?

Compreender os estudos sobre a juventude é essencial para definir suas contribuições para a sociedade e, nesse aspecto, entender sua importância na luta social.

Em algumas sociedades o prestígio recai sobre aqueles com mais idade, em outras os jovens são os protagonistas da sociedade, contando também o fato de que as sociedades mais antigas excluíaam os jovens das tomadas de decisões mais importantes. Ficava, portanto, a critério de cada sociedade estabelecer o papel da juventude no seu âmbito, de acordo com o contexto histórico e o pensamento predominante na sociedade. Os estudos sobre a juventude, segundo Denise dos Santos Rodrigues (2013), "começaram a se definir a partir dos anos 1970, quando os cientistas sociais despertaram o interesse pela variável idade" (p. 39). A determinação consensual da etapa etária da juventude é estipulada numa faixa entre 14 e 25 anos, segundo a Organização Internacional da Juventude (OIJ). Em geral, os jovens carregam consigo uma potência transformadora capaz de abalar as estruturas sociais, e isso é evidente no cenário da década de 1960, onde as manifestações se tornaram mais comuns, consolidando-os como sujeitos revolucionários importantes na resistência às ditaduras.

Percebemos a juventude como uma construção social, cultural e relacional, que pode se expressar na sua forma mais ou menos transformadora. Em geral, os jovens são destacados como questionadores, promotores da mudança social na tentativa de construir sua própria identidade, diferenciada daquelas de seus pais, o que a história pode comprovar registrando sua presença em vários movimentos sociais. (...) Assim, os jovens parecem mais livres para romper com o passado, promover mudanças e modas, que são incorporadas por seus pares. (RODRIGUES, 2013, p.40)

Segundo Karl Mannheim (1968), em situações de guerra ou de ameaça a sobrevivência da sociedade, o recurso utilizado é justamente o da mocidade, com fins de gerar uma segurança à sociedade. Todavia, não somente em situações de guerra a sociedade dispõe de mecanismos para lutar contra seus adversários, mas também quando há um agravamento das contradições sociais como a desigualdade, a injustiça, ou situações de opressão (ditaduras). Nesse aspecto, a juventude utiliza de sua força e jovialidade para buscar entender a sociedade e suas particularidades, refletir e buscar soluções, travando uma guerra pela sobrevivência contra a opressão do sistema e suas

contradições. O autor enfatiza a característica revolucionária da juventude. Ela tem um poder revitalizador e uma força latente de uma democracia militante em que o ideal buscado é a mútua cooperação, para além das diferenças estabelecidas socialmente (condições econômicas, sociais e políticas), o que faz dela um importante fundamento de resistência.

José Machado Pais (1990) discorre sobre a juventude sob a ótica de Pierre Bourdieu, interpretando-a como um grupo socialmente propenso à manipulação. Entende-se à partir disso que os jovens formam uma "unidade social", um grupo dotado de "interesses comuns". Pelo fato dos jovens não se restringirem à determinados interesses, como uma característica própria de sua faixa etária, isso em si já constitui uma manipulação, segundo o autor. O aspecto de pertencimento à uma classe é bastante nítido por essa visão, mas ela também revela uma sociologia da juventude por detrás da análise dos costumes e hábitos.

Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil "unitária". No entanto, a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também - e principalmente - as diferenças sociais que entre eles existem (PAIS, 1990, p.140)

Segundo Gilberto Tomasi (2018), na Revolução Francesa a juventude começou a ser vista como um potencial de transformação da sociedade, dos paradigmas pré-existentes no Ocidente. *Pari passu* ao processo de laicização naquele contexto histórico, nos âmbitos jurídico, político, educacional, a juventude ganha reconhecimento e se separa do homem generalizado, emancipando suas potencialidades e seu espaço na sociedade. A subordinação da juventude às instituições e valores da família, da Igreja, das forças militares, diminuía seus espaços de atuação, pois não era vista como adulta ou pronta para enfrentar a vida, entendendo seu estado como de dependência. Nota-se que há uma diferença essencial na juventude francesa daquele contexto histórico, e que

não deixa de ser uma realidade também na contemporaneidade: nas famílias aristocráticas, havia facilidade à emancipação social por parte dos jovens, possibilitando seu acesso nos espaços restritos aos adultos devido ao seu capital (acesso à vida noturna, aos relacionamentos, às viagens, ou qualquer outro privilégio). Nos extratos inferiores economicamente a juventude era privada desses recursos, já que desde cedo estavam inseridos na realidade laboral, enfrentando a dura realidade das exaustivas jornadas de trabalho. Todavia, o pertencimento à um grupo é o elo de ligação entre os jovens, independente da sua condição social, e é o que define o espaço necessário para que emoções, sentimentos, discussões, partilhas de vivências, privilegiando o todo em relação aos sujeitos, tornando-os ali iguais e universais²³.

De acordo com essa análise, nota-se que a condição de jovem transcende as condições materiais quando há um objetivo ou uma causa em comum. É a partir desses ideais que surgem os diversos movimentos jovens, em especial aqueles que tiveram influência da esquerda católica, objeto de nosso estudo, com o objetivo de construir e consolidar um movimento em resposta às injustiças sociais e a repressão exercida pelo governo.

Tomamos por referência o contexto da Revolução Francesa, colocado por Tomasi (2018), para situar algumas características da juventude, suas potencialidades e diferenças comportamentais que possibilitaram a formação dos primeiros movimentos de juventude. A Ação Católica, por exemplo, nasce em 1931 na França, fruto da Assembleia dos Cardeais e Arcebispos Franceses, organizando os diversos movimentos leigos em unidade com o clero. Essa organização se propunha assegurar aos trabalhadores e aos jovens estudantes uma formação cristã que desse uma base para a vida social, frente aos princípios liberais, ao socialismo e ao individualismo. Nasce daí diversos movimentos de juventude, dentre os quais a JOC (Juventude Católica

²³ Salienta Gilberto Tomasi (2018), que nas sociedades em que a juventude é impedida de integrar um movimento ou qualquer outra forma orgânica, ou sofre algum tipo de desprezo ou negligência, a sociedade tende à não evoluir e perde suas potencialidades no âmbito do dinamismo e da criatividade. Ou seja, as mudanças na sociedade, em sua maioria, ocorrerão de mais forma mais lentas, dificultando qualquer processo de atualização.

Operária) mais do que a JEC (Juventude Universitária Católica) se tornou os mais combativos da Ação Católica Francesa, num período de crise econômica mundial²⁴.

Não podemos em princípio separar a Ação Católica-AC do surgimento dos primeiros movimentos de juventude, pois suas histórias estão imbricadas. Isso é importante para analisarmos a AC na sociedade brasileira, os fatores que favorecem sua expansão como movimento, consolidação como estrutura orgânica, assim como, suas pautas. No Brasil, os primeiros anos da AC foram caracterizados por uma intensiva capacitação formativa, marcando profundamente seu trabalho a inserção política e social da juventude. Com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, na metade da década de 40, a ACB se consolida como um importante sujeito na participação democrática da vida dos leigos, em geral, defendendo um ativismo mais sólido no exercício da cidadania²⁵.

A Ação Católica Brasileira é marcada por duas fases, claramente distintas: a primeira fase, com a chamada Ação Católica Geral, de 1932 até 1950, e a segunda fase entre 1950 e 1960, chamada Ação Católica Especializada. Essa última, em comunhão aos grupos de juventude, JAC (Juventude Agrária Católica), JUC (Juventude

²⁴ Durante a Segunda Guerra, esses movimentos sofrem dura perseguição, o que resulta em deportações e mortes de militantes, pois a França está sob o domínio das tropas de Hitler. Nos tempos atuais uma problemática vem sendo exposta e gerando várias discussões: o Nazismo seria de direita ou de esquerda? Diversos grupos neoconservadores, espalhados pelo Brasil e pelo mundo, defendem que o Nazismo é profeta da esquerda pela sua nomenclatura "Nacional-Socialismo". O termo nacional provém da tentativa de redefinir as ideias nacionalistas, e o termo socialista como uma alternativa ao socialismo marxista e ao liberalismo. As ideias nazistas não eram adeptas de conceitos marxistas, como a luta de classes, e eram defensoras da desestatização das empresas, favorecendo os grandes empresários alemães e a propriedade privada. (KOBRAK, 2004, p.16)

As ideias nazistas são provenientes dos movimentos nacionalistas e paramilitares anticomunistas, os chamados Freikorps. Além disso, pelos grupos perseguidos pelo governo Nazista de Adolph Hitler, pressupomos quais eram os reais inimigos e adversários do governo. Ou seja, os movimentos de esquerda eram atacados e condenados, como é visto pelos movimentos de juventude vindos da França.

²⁵ Dentro do ambiente eclesial católico, haviam divergências por parte de alguns intelectuais e clérigos sobre a Ação Católica. Destacamos aqui a linha conservadora de Plínio Corrêa, fundador da TFP, que acusa a Ação Católica de sofrer influências socialistas em seu pensamento, mas precisamente em seu livro "Em Defesa da Ação Católica" (1943). Bispos de linha tradicionalista, em especial Dom Antônio de Castro Mayer, que futuramente seria excomungado por se juntar à Dom Marcel Lefebvre contra o Concílio Vaticano II e desobedecer ordens da Santa Sé, apoiaram a iniciativa de Plínio, porém sofreram descasos por parte da hierarquia da Igreja no Brasil, e em alguns casos sendo rebaixado de posto e discretamente punidos.

Em contrapartida, o famoso bispo Dom Hélder Câmara, acusado por muitos como "o bispo comunista", assume a liderança do movimento e inclina-se às demandas políticas e sociais daquele contexto histórico. É a partir dessa influência que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, ganha estrutura e é fundada, posteriormente (DE SOUZA, 2006, p.49).

Universitária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica) e JOC (Juventude Operária Católica), gera um princípio de modelo de pastoral com os jovens, visto que posteriormente a já então consolidada como Pastoral da Juventude adere a alguns métodos em comum, como o método Ver-Julgar-Agir; a prática transformadora a partir da realidade, o descobrimento da dimensão política da fé; o protagonismo dos jovens e a presença do "Deus Libertador" nas lutas do povo (DE SOUZA, 2006).

A base de apoio dada pela Igreja Católica converge com as discussões trazidas nos encontros organizados com a AC, visto que na V Semana Nacional da Ação Católica Brasileira, acontecida em 1951 no Recife, os jucistas já tinham uma sólida quantidade de militantes, organizados num movimento social com ampla influencia nacional. Nos anos que se sucederam, o I Conselho Nacional da JUC, em Curitiba, no ano de 1952, dentre outros que ocorreram em Porto Alegre, e o II Conselho Nacional da JUC, todos regionais e com apoio do Estado, estabeleceram sua preocupação com as contradições sociais geradas pelo modelo capitalista no país.

Segundo Maria de Fátima A. di Gregório (2011), a partir da iniciativa de cooperação e dessas ações organizadas, a Igreja estava fazendo uma opção clara e decisiva de atuação. Cada movimento estava engajado a um setor: a JAC atuava ligada à agricultura; a JEC com juventude estudantil secundarista; a JIC com os meios ou setores independentes e variados; e a JOC com a juventude operária. Todavia a JUC, que compreendia os universitários católicos, teve maior destaque, protagonizando o movimento estudantil e reunindo um maior número de jovens (DI GREGÓRIO, 2011). A juventude engaja-se de forma ampla nos diversos setores da sociedade, com pautas de apoio: aos operários, no campo e na cidade, junto aos secundaristas e universitários, dentre variados setores. Seu engajamento nas lutas e demandas populares significou uma renovação das esperanças por mudança na sociedade, com base em objetivos mais amplos que os religiosos e não restrito a grupos muito específicos.

Para os operários, estudantes e outros grupos de jovens, os últimos anos da década de 1940 marcaram o momento em que tudo parecia possível e todos os sonhos eram permitidos. A juventude, principalmente, desejava reconstruir o país eliminando a miséria, a

fome e as injustiças, pretendendo alcançar a prosperidade e a dignidade nacional (MURARO, 1985, p 48).

A amplitude de conhecimento adquirido pelos jovens através desse contato com a linha progressista da Igreja favoreceu o protagonismo de suas ações na sociedade, pois a Ação Católica se tornava cada vez mais aceita pelas famílias, o que as estimulavam. Com as especializações ocorridas nas ações dos movimentos de juventude, à partir de 1950, as Ações Católicas se consolidaram como um movimento social. De acordo com Di Gregório (2011), a JUC vive um contexto de otimismo e esperança que é traduzida à juventude brasileira, evoluindo na sua ideologia, defendendo propostas fundamentais para a transformação das camadas populares do país e abraçando as causas sociais. O apoio das famílias ganhava mais intensidade, na medida em que a atuação do movimento ia contra os impasses e contradições que assolavam à todos, como o desemprego, a exploração, etc. Dentro do ambiente universitário os estudos marxistas eram aprofundados, marcando enfaticamente os ideais da JUC, relativamente socialistas, evoluindo consideravelmente diante dos outros grupos de juventude (DI GREGORIO, 2011, p. 1041).

Di Gregório (2011) compreende a JUC, a partir de dados - obtidos através de uma amostragem de trinta pessoas, reconhecidas como jucistas, com formação universitária diversificada - uma organização de apoio semelhante a uma família, ajudando na formação de princípios constitutivos na vida de cada um. Ao se abrir para questões *extra muros* da religiosidade e da devoção, a JUC age nas questões rurais e urbanas, alcançando um público antes não imaginado, adentrando fábricas, sindicatos, bairros e associações. A manutenção dos valores cristãos era assegurada pela influência e presença clerical, como também à subordinação dos grupos à hierarquia católica. Os grupos eram assistidos por padres, em caráter regional, e de forma mais ampla, nacional, pela CNBB, o que não deixava de ter um efeito significativo na formação dos mesmos, através de cursilhos e encontros realizados pela própria JUC, como investimento intelectual. Vemos a JUC evoluir politicamente e como movimento social nesse período, atraindo apoios e engajando-se com mais intensidade nas lutas coletivas, como pela educação de qualidade em diversos segmentos, participando da Reforma

Universitária. Mas tudo era acompanhado pela hierarquia católica (DI GREGORIO, 2011).

A importância da década de 1950 para a consolidação da JUC como movimento social se deve ao compromisso pela ação política como parte de sua responsabilidade com o evangelho, observa Mainwaring (1986). Mas a organização estrutural de atuação dos grupos de juventude sofre uma alteração, já que os jovens aos poucos assumem ações autônomas em relação aos interesses da Igreja, tornando-se independentes, tanto na formação política como intelectual. A necessidade de uma maior inserção nas lutas sociais fez com que surgissem divisões, com novas posturas, grupos abertos às transformações revolucionárias na sociedade. Segundo Sigrist (1982), que caracteriza essa ação como "ideal histórico", devido a vontade e descoberta de princípios de um determinado grupo, a autonomia da metodologia adotada não altera os princípios ideais cristãos. De início, a consciência cristã impulsiona e dá base durante as descobertas e experiências vividas, e sua evolução política se dá também através dos processos revolucionários. O ideal do cristão não é fechado a absorção de novas ideias, criação de novos entendimentos e concepções, convergindo com o ideal marxista (SIGRIST, 1982).

Por mais que em seu início a JUC estava relativamente ligada aos princípios e objetivos da Igreja, que tinham por finalidade a evangelização no ambiente universitário, gradativamente o terreno de atuação é ampliado e a conquista da autonomia, por parte da JUC, vai sendo consolidada. Os princípios do cristianismo continuariam enraizados no agir prático do movimento, porém a sua permanência como figura representativa da instituição Católica não é garantida, considerando os novos ideais e pretensões que vão sendo desenvolvidos. É importante frisar que a ruptura se deu não por questões de fé ou crença, mas por questões objetivas. A liberdade de atuação da JUC no ambiente universitário, e seus interesses nas questões sociais em nível nacional, era limitado pelo seu vínculo institucional hierárquico religioso, mantendo seus ideais consonantes aos interesses dos representantes eclesiais. Porém, como se manteria esse vínculo com a JUC, que vinha expandindo seu ativismo para outras áreas, ao contrário da Igreja que permanecia institucionalmente presa à suas tradições? A JUC, que antes tinha a missão de evangelizar o ambiente secularizado da

universidade, não se limitava mais a uma posição antirrevolucionária, ela rompe com a neutralidade e o conservadorismo da instituição.

O sentimento de ter sido eleito e ter que enfrentar um meio hostil provocou uma tensão entre os militantes cristãos e os revolucionários. Alguns optam mais tarde pela ação revolucionária, outros preservam a posição inicial e um terceiro grupo decide se aliar à revolução, conservando suas convicções cristãs. Este último irá transformar o movimento (PINHEIRO, 2010, p. 43).

A JUC, resultado do projeto de amoldamento da Igreja Católica às mudanças da modernidade na sociedade (PINHEIRO, 2010), ultrapassa largamente os muros institucionais religiosos, e seu pertencimento às causas revolucionárias levava os jucistas para locais mais afastados da realidade urbana, realizando ações pelo interior do Brasil, marcando sua identidade como movimento entre a cidade e o campo. Os membros da JUC "realizavam ações sociais, propostas de aulas e atividades lúdicas, conforme manual de atividades da JUC" (DI GREGORIO, 2011, p.1046). O núcleo mais crítico do movimento põe em xeque o conservadorismo da Igreja Católica.

O combate à autoridade e, sobretudo, à imposição de uma ética social capitalista entra na pauta desse movimento, que, por sua vez, constituirá as forças de esquerda, fundamentais à democratização da sociedade brasileira, a partir dos anos 80. (PINHEIRO, 2010, p. 44).

Ainda sobre a relação da Igreja com a JUC, o movimento já tinha sido influenciado por ideais revolucionários, mas ainda suas raízes eram fincadas na prática cristã em relação ao próximo. Em suma, a JUC era uma força cristã jovem com anseio de luta pela melhoria no país. A parte espiritual não era abandonada por alguns grupos, que continuaram a realizar suas preces individuais, seus clamores pela presença de Cristo, pois sua ética era alicerçada no cristianismo, visando o alcance de um bem comum entre todos. Existiam regras internas e externas que delimitavam as ações e pautas discutidas pelo grupo. Isso não era somente visto como uma ação punitiva com

aqueles que não cumprissem as regras, mas uma questão de estratégia, visto que no início dos anos de 1960, com a subida das forças revolucionárias cubanas ao poder e sua influência nas esquerdas, nasce dessa radicalização novos ideais de luta em prol dos Direitos Humanos. Todavia, um pouco antes do Golpe civil-militar de 1964 no Brasil, as relações sociais já estavam conflituosas, refletindo dentro do próprio grupo em suas reuniões, onde discutiam suas posições frente à realidade. Isso não era uma atitude de covardia, mas de preservação, visto que grupos ligados aos golpistas já começavam a se infiltrar e praticavam espionagem²⁶. Nota-se a capacidade transformadora da JUC diante das mazelas sociais e culturais que assolavam o país naquele contexto histórico. Sua consciência e práxis políticas evoluía *pari passo* aos avanços e destaques conquistados nas lutas pelo país, constituindo o movimento como um dos mais influentes para a formação política. Sua identidade é formada, suas influências teóricas e ideológicas são consolidadas, incomodando os diversos setores que comungavam do conservadorismo.

Havia, sem dúvida, um esgotamento político nacional e a JUC radicalizou-se, passando pelo governo populista com reação progressista, ao tempo em que parcela da Igreja Católica divergia da orientação desses assistentes de equipe em razão dos ideais do Comunismo (DI GREGÓRIO, 2011, p.1053).

Podemos destacar a JUC como um importante movimento que une o contexto social brasileiro, entre os anos de 1950 e 1960, com o surgimento da Teologia da Libertação e sua nova concepção da prática evangélica. Ao passo que a JUC rompe com o monopólio exercido pela Igreja Católica, permanece a influência cristã, agregando ideais comunistas e socialistas, na análise da conjuntura social. Sua luta pelos direitos humanos é claramente vinculada às causas sociais, aos trabalhadores e estudantes, num período onde a burguesia ganhava espaço e mantinha seus interesses, apoiados pelas elites e mediante uso permanente da força. Sua identidade, como vemos, foi construída com base na fé cristã e na vivência estudantil, aos poucos ganhando

²⁶ *Idem*, p. 1047.

forma e se consolidando num ambiente secular, e assim ganhando maturidade e autonomia diante da Igreja.

A importância de analisar a JUC como sujeito objeto para compreensão no processo de influência do pensamento de libertação na juventude, reside em sua contribuição aos processos democráticos no país. Seus ideais se transformaram em práxis, incentivando e agregando pessoas no intuito de transformação da sociedade.

A participação e a organização da ação política foi, inicialmente, caracterizada como rebelde, relacionada à questões de idade, inexperiência, imaturidade. Na sequência deste capítulo, discorreremos sobre a relação do jovem com a Universidade e sua importância para o engajamento da juventude nas questões políticas.

3.2 A "Ágora" da Universidade como resistência à ditadura.

Nesse segundo ponto, o objetivo é desenvolver a temática da juventude e sua consolidação no espaço geográfico das Universidades, mostrando como ela foi de extrema importância para o desenvolvimento intelectual e político dos estudantes cristãos e não-cristãos no país, em um momento histórico determinado. Não obstante, o apoio da ala progressista católica e sua adesão à juventude, em nome de mudanças na estrutura política brasileira, é um fator determinante para a consolidação dos primeiros movimentos universitários.

Para iniciarmos, faz-se necessário explicar o porquê da referência à Ágora para analisar nosso objeto, em relação com o conhecimento que a juventude apreende na universidade e utiliza imediatamente na ação política. O elemento trazido, a "Ágora"²⁷,

²⁷ A palavra "Ágora" vem do grego ἀγορά (transliterado "ágora"), derivado do verbo ἀγείρω (ágeiro). Ágora tem por significado a "assembleia", ou o "lugar onde se reúnem" as pessoas, ou "lugar de reunião". A tradução literal do verbo que origina essa palavra é "reunir", que define justamente o emprego do termo "ágora" para designar um espaço onde as pessoas se reúnem, ou uma reunião geral entre os indivíduos. Algumas correntes da história da filosofia designam a "ágora" grega como um objeto de análise importante para compreender a formação dos primeiros estados da Grécia. Ela tinha por característica ser um espaço livre, não fechado e cercado por edificações, marcada pela presença do comércio local, mercado e feiras livres, além dos edifícios públicos que circundavam o local. A presença livre e contínua dos cidadãos era certamente o que mais significava liberdade e igualdade entre os cidadãos gregos, visto que ainda havia a marca da aristocracia em sua sociedade. A Ágora se constitui como forma mais completa da esfera pública no modelo urbano constituído na Grécia, e o modelo de excelência no que tange a cultura e a vida política de seus cidadãos.

era na antiguidade vista como o espaço de expressão e desenvolvimento cultural e político dos cidadãos gregos, aonde os cidadãos se reuniam para livremente conviver, debater suas ideias, expor seus pontos de vista.

Mas em qual sentido o ambiente universitário tem relação com essa "Ágora"? Sua relação com o ambiente universitário se dá justamente porque esse espaço, sendo livre para as diferentes ideias, proporciona o convívio e o desenvolvimento do ser humano, bem como, suas capacidades intelectuais. É necessário, portanto, um espaço democrático e livre onde ideais possam ser debatidos, havendo um "fluxo contínuo" (parafrazeando a "filosofia do movimento" do pré-socrático Heráclito) na construção e desenvolvimento das ideologias. Nessa relação, o "Politikós" grego, ou seja, o cidadão tem como característica fundamental a liberdade e a igualdade (CHAUÍ, 2000), e a "Ágora" é o espaço onde esses direitos são exercidos de forma ampla, como deveria ser no espaço universitário.

O espaço da "Ágora Universitária" constituiu-se como um espaço democrático onde as ideias transitavam, modificando radicalmente a sua estrutura como formadora intelectual. Segundo os estudos de Poerner (1968), o espaço universitário no Brasil é a maior escola de formação de liderança política, devendo-se também à resistência dos estudantes na luta contra a repressão militar, a partir dos anos de 1960. O protesto era um hábito frequente entre os estudantes, e pode-se dizer que permanente em suas vidas. Segundo o autor, "desde o trote dos calouros até as últimas provas, com uma rápida parada para as férias da metade do ano, os estudantes brasileiros protestavam sempre, sem parar" (p.25), o que os marcava como um opositor nato. A presença do movimento estudantil, protagonista das ações nesse meio universitário, é marcante na História do Brasil, segundo Moretti (1984), destacando a liderança da UNE como exemplo de resistência, à partir da segunda metade dos anos de 1930, quanto aos desafios daquele contexto histórico. Os estudantes aos poucos se destacam ao abraçar as demandas que extrapolam os muros da universidade, à partir de uma leitura consciente dos problemas em que passa a sociedade brasileira²⁸. As transformações impostas pelos regimes

²⁸ Um ponto que destacamos, e posteriormente no capítulo 3 desenvolveremos, é que nem todos estavam comprometidos com uma prática transformadora. Em primeiro lugar, entre os próprios estudantes haviam aqueles que discordavam dos ideais progressistas. Existiam adpetos do conservadorismo, que seriam aliados ao Golpe de 1964, instrumentos de apoio e manipulação por parte da elite burguesa brasileira. Em segundo lugar, não podemos excluir a existência de estudantes que simplesmente ignoravam as transformações que aconteciam na sociedade, e que eram de interesses dos estudantes. Ao optarem por não agir, ajudavam na institucionalização do projeto de ditadura militar, que se infiltrava no ambiente universitário.

repressores ditatoriais atacam toda a intelectualidade (artistas, músicos, estudantes em geral), então consideradas como uma grande ameaça. Segundo Moretti (1984), a união dos estudantes não era uma força restrita aos muros universitários, mas ela impulsionou suas forças em face dos desafios que a população brasileira estava enfrentando.

(...) o movimento estudantil foi se moldado através dos tempos, e não raras vezes se converteu, em muitos momentos da vida nacional, em verdadeiro "ponta de lança" dessa sociedade oprimida e reprimida, atuando no sentido de desencadear movimentos de caráter mais amplo e que desembocam em sérias transformações políticas do país (MORETTI, 1984, p.7).

A imersão da juventude universitária em interesses políticos corresponde à uma resposta às situações do contexto histórico em que eles viviam, particularmente nas décadas de 60 e 70. Esse período é de vigência do regime civil-militar no Brasil, de ascensão de forças repressoras ao poder e as lutas dos jovens universitários. Esse grupo geracional, pertencente às diversas classes sociais, representava em sua maioria a classe média-alta na universidade, ainda predominantemente privada. Numa ótica marxista, vê-se que o jovem é um trabalhador em formação, desenvolvimento, sendo a universidade formadora de mão de obra para o capital. Segundo Sílvia Borelli *et al.* (2008), não existia políticas públicas voltadas à juventude justamente por essa visão redundante, de que todo jovem era estudante, logo todos supostamente possuíam acesso aos meios. Isolados, os estudantes formavam uma juventude que permanecia estática e sem rumo próprio, imersa em uma rotina determinada que não lhes permitia escolhas.

A importância dos movimentos estudantis, formados dentro das universidades, e também no ensino médio, deve-se ao fato do engajamento jovem e sua luta por espaço e voz na cena política, representar liberdade para questionar (ou até mesmo apoiar) o governo que estava no poder. O sucesso na consolidação e organização do movimento estudantil no âmbito universitário, capaz de responder e lutar pelas demandas não apenas suas, mas de um país inteiro, mostra-se como ameaça para o Estado, e este se manifesta como agente repressor (BOSELLI *et al.*, 2008). Ainda sobre o contexto social e político da década de 1960, nota-se que esse é um período de mudança na

constituição organizacional e política da juventude, além de proporcionar uma maior visibilidade no âmbito político e social, além de adquirir a autonomia e protagonismo ativo.

O Brasil dos anos 60 vivia um momento de efervescência e de radicalização política, nesse contexto, os jovens pela via da contestação e da rebeldia buscavam a transformação do mundo e uma renovação cultural que abarcasse as artes, a política, a educação e a sociedade. Foi dessa mistura de cultura, política e comportamento que surgiram manifestações como o Tropicalismo, o Cinema Novo e os CPCs (BOSELLI *et al.*, 2018, p.8).

A análise do ambiente universitário, nesse contexto social e político brasileiro em análise, ultrapassa o entendimento do impacto da repressão militar na sociedade como um todo. As interpretações e construções analíticas do espaço geográfico universitário, proporcionam a compreensão da modernização do saber, do conhecimento, e das transformações que o pensamento sofria através de docentes e discentes. Ao analisar as forças políticas governamentais, do contexto do Golpe Militar de 1964, Rodrigo Sá Motta (2014) se utiliza do termo frequentemente usado pelos agentes do Estado e seus colaboradores, justificando sua ação política como preventiva à propagação dos valores esquerdistas, taxados de comunistas. A juventude universitária aderiu em grande número à esses valores, e dentro da militância tanto professores como alunos lutavam coletivamente. Compreender o ambiente universitário, seus debates e lutas dentro daquele contexto, e a influência das ideias progressistas e revolucionárias, permite vislumbrar o porquê das manifestações, das pautas defendidas, e a importância do espaço universitário para o surgimento de novas lideranças.

As universidades representam espaço privilegiado para observar os entrelaçamentos das diferentes forças que moveram o experimento autoritário brasileiro. Elas eram importantes lócus de modernização do país, bem como campo de batalha entre os valores conservadores e os ideais de esquerda e de vanguarda; eram instituições que o regime militar, simultaneamente, procurou modernizar e reprimir, reformar e

censurar. Sob o influxo da cultura política brasileira, os governos militares estabeleceram políticas ambíguas, conciliatórias, em que os paradoxos beiravam a contradição: demitir professores que depois eram convidados a voltar, para em seguida afastá-los novamente; invadir e ocupar universidades que ao mesmo tempo recebiam mais recursos; apreender livros subversivos, mas também permitir que fossem publicados e que circulassem (MOTTA, 2014, p.16).

Qual era o projeto dos militares para as universidades e, conseqüentemente, para o Brasil? Como isso interferia nas relações de trabalho, dos alunos e professores com a produção de conhecimento? Para compreender os embates existentes, devemos entender quais eram as reais intenções do governo militar quanto à sociedade, que refletia na educação e outros setores.

A "palavra-chave" de todo o planejamento é: modernização²⁹. Palavra essa que normalmente retorna, dependendo do plano de poder da ala política, e que denota as reais intenções por detrás do planejamento. O projeto de modernização das universidades, destacando seus propósitos econômicos, integrava as particularidades de uma influência estrangeira, sobretudo a norte-americana, sob a influência neoliberal, exigindo reformas necessárias justamente para adequar a economia e extinguir a democratização do conhecimento, visando resultados financeiros. O ensino, desde a formação básica até o nível universitário, aos poucos ganhava características tecnicistas e elitizadas. O ensino médio teria uma parcela voltada diretamente à escolha da profissão e o desenvolvimento de um ensino técnico; o ensino superior seria responsável pela formação das "elites" e de uma força de trabalho qualificada capaz de absorver tecnologias de ponta³⁰. Assim, vemos um projeto que restringe o acesso ao ambiente acadêmico universitário, no intuito de atender à classe dominante da sociedade. Nota-se que o conhecimento, que na Antiguidade Clássica Grega era fruto do

²⁹ Essa modernização estava a serviço dos setores conservadores, no domínio do projeto de capital de acordo com o modelo periférico e dependente.: a transferência de tecnologia, a tecnificação da produção agrícola para exportação de matéria-prima e expulsão dos camponeses na transição para o modelo monocultor. Na esfera da educação, segundo Motta (2014), essa modernização estaria mais relacionada ao que convinha aos interesses dos militares, não propriamente às necessidades dos estudantes ou da classe docente, que gradativamente eram sofriam com as perseguições e cortes de investimentos.

³⁰ Cf. SOUZA Maria Inês Salgado de, 1981, Cap.2.

debate e da liberdade de fala, opinião e expressão de cada "polítikos", se transforma em algo restrito até mesmo aos docentes e alunos, objeto destinado à alguns poucos, àqueles que detém o poder e são pertencentes à elite. Enquanto isso, o ensino tecnocrata abrange uma maior parcela da população e oferece de imediato uma capacitação, o que historicamente acaba influenciando na modificação de diversas profissões, tendo em vista uma maior mão de obra à serviço da exploração capitalista.

O sujeito, nos documentos, passa a ser entendido como uma empresa de si mesmo, e a educação e o ensino superior como um investimento rentável voltado a produzir massivamente capital humano de maneira a servir de insumo à produção capitalista. Trata-se com isso de refinar historicamente o padrão elitista da escola superior isolada que marca a formação inicial da universidade brasileira e que passa a sofrer pressões com o processo de urbanização/industrialização, no qual as classes dominantes formulam como saída um modelo que adapta historicamente esses traços às novas condições, sem que isso signifique qualquer perspectiva de universalização ou de democratização do ensino superior (ADUFF-SSIND, 2018, pp. 32-33).

Diminuir e afunilar o acesso ao conhecimento, a democratização do ensino superior e a liberdade de expressão, de ideias e opiniões, dentro do ambiente acadêmico, mostra o caráter autoritário e excludente da ditadura brasileira. Segundo João Elias Nery (2015), a ditadura brasileira usou a violência necessária para obter seus resultados esperados, entre os quais se destacam a vitória sobre a cultura política do período anterior, identificada como comunista e que culminou à exacerbação do discurso anticomunista, capaz de unificar a frente liderada pelos militares, desde antes do golpe de 1964 (NERY, 2015). Essa violência, de acordo com nossa pesquisa do período, foi para além da violência física, separando ainda mais as classes sociais brasileiras e privilegiando àquela que está no topo. Continua o autor dizendo que o projeto neoliberal defendido e posto em prática pelo governo militar tinha por objetivo destacar que o papel da universidade seria apenas formar profissionais e desenvolver tecnologias. O grande desafio consistia em manter a comunidade acadêmica focada nesses objetivos,

longe dos demais grupos sociais, das discussões sobre os valores e projetos para o país. Assim, foram retirados ou controlados os conteúdos e as práticas democráticas, seja por meio da substituição de disciplinas de graduação, seja no cerceamento à atividade política (NERY, 2015).

Mesmo que houvesse a ampliação do número de vagas dentro da universidade, isso não significaria um rompimento com a prática elitista que havia se estruturado. Priorizam-se cursos e áreas que direcionavam o foco para a produção de mão de obra, como matemática, física, engenharias, tecnologias, em detrimento das áreas humanas e demais ciências sociais. O espaço das universidades seria destinado apenas ao conhecimento técnico, das ciências exatas, da especialização voltada ao mercado de trabalho, reservada apenas aos considerados merecedores devido ao seu *status* social.

Por um lado, conserva-se a compreensão do ensino e da universidade como espaço seletivo de formação de elites [...]. Por outro, abre-se parcialmente a universidade com o objetivo de formar mão de obra voltada aos interesses estratégicos do mercado, com a elitização passando a encontrar novas formas de reprodução interna, comportadas na implantação da pós-graduação e na implementação da ideologia do mérito escolar em seu interior (ADUFF-SSIND, 2018, p.33).

Voltamos ao debate do espaço universitário como agente que possibilita o trânsito e o avanço de ideais e opiniões, independente de divisões econômicas, raciais, étnicas, ou seja, um agente democrático. Segundo Marilena Chauí (2003), a legitimidade da universidade moderna se estruturou na conquista do conceito de autonomia do conhecimento, em face da religião (Igreja Católica) e do Estado, ou seja, na concepção de um conhecimento norteado por sua própria regra, por necessidades imanentes a si, tanto do ponto de vista de seu fator criativo, como de sua capacidade de transmissão. Em outras palavras, à partir da Revolução Francesa, a universidade entende-se como instituição professamente republicana e, conseqüentemente, pública e laica. Contudo, depois das revoluções sociais ocorridas no século XX (em especial aquelas que reivindicavam por direitos à todos, seja ao voto, inserção na sociedade,

igualdade de direitos e oportunidades), com as lutas sociais e políticas que foram geradas a partir delas, a educação e a cultura passam a ser entendidas como constitutivas da cidadania. Portanto, como direitos dos cidadãos, impulsionando o fator universitário para além de sua vocação republicana, durante e após a ditadura militar. A universidade se transforma também em uma instituição social que não pode se desvencilhar da concepção de democracia, e também de democratização do saber e do conhecimento: seja para refutar essa ideia, seja para defendê-la, no transcurso do século XX a instituição universitária deve sempre ter diante de si o ideal de democracia. "Por outro lado, a contradição entre o ideal democrático de igualdade e a realidade social da divisão e luta de classes obrigou a universidade a tomar posição diante do ideal socialista" (CHAUÍ, 2003, p.5), e isso explica a razão pela qual o ideário socialista foi aceito naquele contexto dos anos de 1960.

A partir da ideia apresentada por Chauí (2003), vê-se o motivo pelo qual as instituições no contexto da ditadura militar, na década de 1960, viram como ameaça o conhecimento produzido pelos estudantes e professores. A autonomia do conhecimento, característica da universidade moderna, que não tem regulação em seus princípios e na sua produção do saber, seja pela Igreja ou, principalmente nesse caso, pelo Estado. O conhecimento e reflexão sobre a sociedade e a humanidade, é substituído pelo viés tecnocrático, voltado para produção de resultados.

O projeto de hegemonia nas universidades, planejado pelo governo militar é de que ali é uma grande fábrica produtora de mão de obra especializada, com pouco custo, que deve se adequar às transformações sociotécnicas da divisão do trabalho, tendo por objetivo primordial o acompanhamento da valorização do capital, e o conhecimento se torna um potencializador do lucro, na medida em que está imerso na produtividade do trabalho. A educação não é vista como um caminho de libertação, de capacitação cognitiva, intelectual e cultural, mas como um instrumento necessário para produção - força de trabalho nos diversos níveis e as diferentes qualificações técnicas. Descarta-se, nesse sentido, a perspectiva da realização do ser humano em suas potencialidades e capacidades intelectuais, em prol do desenvolvimento da economia, a serviço do capital.

A educação foi enquadrada na terminologia das ciências econômicas, sob o aspecto singular de figurar ora como bem de consumo - a que o indivíduo aspira por si mesmo, independente de suas aplicações práticas posteriores, e ao qual é inerente a noção de custo - ora como um bem imaterial de produção, propiciando a formação de aptidões e capacitações dos mais variados graus e teores que enriquecem as populações com o que já se convencionou denominar de capital humano, indissolúvelmente ligado ao capital físico no exercício das atividades produtivas, e ao qual está vinculada a ideia de investimento, pressupondo, portando, uma rentabilidade (IPES ³¹, 1964, p.5).

A educação sob moldes estritamente utilitários demonstrava que o projeto de poder da ditadura seguia as diretrizes de dominação e sobreposição de uma classe à outra. A prioridade do discurso proferido pelas autoridades militares era, em geral, voltada à educação como valorização da produtividade e do aumento dos "recursos humanos", discurso claramente desenvolvimentista. O discurso antagônico, que tinha posições claramente humanistas, era defendido pelo grupo progressista católico, bem como, organizações de esquerda que defendiam a formação integral do indivíduo.

A ameaça do projeto da ditadura fez adversários políticos, reforçando-se a dialética da relação da juventude com a revolução. O jovem não está organicamente associado à rebeldia, como produto da uma natureza revolucionária, mas a especificidade histórica molda-o segundo um projeto de governo, de economia. A juventude e sua potencialidade revolucionária se adequou a cada momento histórico, e sua prática política não se identifica necessariamente às ideias progressistas, dependendo das condições sócio-históricas de cada período. Esse fator deve ser considerado para entender a importância da sua participação política na sociedade.

³¹ O IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) foi uma instituição voltada à tentativa de organizar os interesses das classes dominantes consonantes ao projeto de poder, que planejava ser executado em conjunto com os diversos setores (militares, tecnoburocratas, representantes de multinacionais). o IPES congregava setores influentes da burguesia (ADUFF, 2018). O instituto criou uma rede cujo objetivo era a desestabilização construir uma atmosfera propícia à derrubada do governo de João Goulart.

O jovem não é visto abstratamente, desvinculado do universo econômico e sócio-cultural em que se produz, mas exatamente em conexão com esse universo, conforme ele afeta a consciência da situação da própria pessoa, da classe social e da sociedade global (IANNI, 1968, p.240).

Vê-se que a própria estruturação do pensamento ditatorial repousa na ideia de fragmentação do conhecimento, visto que o enfraquecimento do conteúdo, a desvalorização do acadêmico e a perseguição aos universitários, demonstra sua repulsa pelo trânsito de ideias. A universidade como espaço de convivência favorecia o compartilhamento de ideias e experiências, características fundamentais para o surgimento de novos conceitos, de debates e do livre trânsito de ideias. A instrumentalização do conhecimento em prol do mercado financeiro não só foi um projeto de limitação das capacidades intelectuais e da liberdade dos jovens universitários, mas servia como imposição de uma política educacional e cultural, própria da ditadura. O modo pelo qual o Estado age para limitar a produção e a propagação cultural, no sentido de desenvolver e implementar seu projeto autocrático burguês, impondo um novo padrão de desenvolvimento cultural, onde a lógica do capital pauta as produções e difusão cultural. Nas palavras de José Paulo Netto, "o 'modelo econômico da autocracia burguesa, (...), capturou o 'mundo da cultura', incorporando as suas ilegalidades e sobredeterminando a sua dinâmica" (NETTO, 2007, p.69).

Conseqüentemente, o acesso aos produtos culturais seria restrito e limitado às universidades, um espaço não mais democrático, mas elitizado. Haveria, portanto, lugares destinados para os mais ricos e não aos trabalhadores mais pobres. A luta política da juventude constitui-se em resposta, por si e para a sociedade, à preservação dos espaços de debate e defesa aos aspectos democráticos imanentes. A inconformidade com o autoritarismo e à repressão do Estado, deu coragem aos estudantes, massacrados em seus direitos e ideais, para o enfrentamento das forças ditatoriais. A acusação de subversão à ordem, nos seus discursos, impulsiona-os na defesa macro dos direitos

humanos e da liberdade, de forma integral, estendendo sua oposição política ao regime, para além da "Ágora" universitária.

No próximo ponto destacaremos duas ideias: a juventude católica, com sua organicidade própria e metodologias utilizadas, e os movimentos estudantis que ganham abrangência nacional, como a UNE. A identificação ideológica, bem como a inserção da juventude universitária católica nas lutas e pautas da União Nacional dos Estudantes, impulsionam vários personagens, sujeitos e indivíduos para a luta pela democracia, *pari passo* a construção do protagonismo e o surgimento de líderes políticos.

3.3 A participação da JUC na organicidade da UNE. Uma resposta intelectual e prática.

A década de 1960, marcada por diversos acontecimentos no cenário político e social brasileiro, influenciou no crescimento do interesse dos jovens universitários pelos assuntos nacionais, bem como, a política e toda a realidade do Brasil. Inserida na universidade, a juventude católica se faz presente e abarca nessa nova "aventura" pela defesa dos direitos da população. Pensadores como o padre Henrique de Lima Vaz, SJ, filósofo e humanista brasileiro, paralelamente de uma rica referência europeia, como Padre Lebreton, Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, foi fundamental aos jovens intelectuais, influenciando-os com sua formação marxista. Antes de prosseguir, uma breve análise é necessária sobre a evolução do pensamento daqueles jovens, a partir do contato com tais influências.

O ideal utópico, característica da juventude ao pensar uma sociedade mais justa e democrática, representando um marco na compreensão histórica, que dinamiza as necessidades sociais em cada período social, de acordo com o seu engajamento político sob condições determinadas. As projeções utópicas "devem ser classificadas como forma de expressão sistemáticas das novas culturas e dos movimentos sociais ascendentes" (LEVY, 2012, p.50). O caráter transcendental das idealizações utópicas,

tendo como suporte o presente vivido, nos translada a tudo que aparentemente é impossível de se realizar, devido ao fato de "estarem em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorreram" (MANNHEIM, 1982, pp.216-220). Todavia, "todo projeto utópico deve ser interpretado como expressão dos interesses das classes engajadas num movimento de transcendência histórica (LEVY, 2012, p.53), admitindo a dependência de acordo com o presente, em vista de um futuro possível.

Em Michel Löwy (2011), analisamos o conceito de utopia dentro dos movimentos cristãos, e como eles se desenvolveram. A concepção utópica está enraizada na cultura messiânica judaica europeia, do início do século XX, trabalhada por alguns teóricos e podem ser consideradas como protótipos daquela que a religião cristã assume. Para Löwy, "no judaísmo da Europa Central há uma espécie de corrente messiânico-romântica de tendência socialista, na qual se podem distinguir dois polos" (p.40). Nesses polos, os grupos são divididos em uma tendência que relaciona uma visão utópica universal da sociedade com sua religiosidade messiânica, e outra, formada pelos nascidos judeus com tendências libertária e ateia, no campo prático. Qual o ponto convergente? Nas palavras de Löwy,

(...) Eles têm em comum uma postura estranha e contraditória, que associa a rejeição às crenças religiosas propriamente ditas a um interesse apaixonado pelas correntes místicas e milenaristas judias e cristãs. Trata-se de uma espiritualidade messiânica revolucionária que tece, entrelaça, entrecruza de modo inextricável o fio da tradição religiosa com o da utopia social. Próximos ao ideal libertário dos anos 1914-1923, a maioria aproximou-se progressivamente do marxismo nos anos seguintes (LÖWY, 2011, p.41)

A crença messiânica existente na religião judaica reside na esperança material do fim da opressão, da fome, da desigualdade, da miséria. Nesse aspecto, pode-se ver que a Teologia da Libertação assume um compromisso de acordo com os ideais utópicos messiânicos, embasados no ideário socialista, pois a leitura do antigo testamento funda-se em bases similares, inclusive no profetismo que posteriormente à TdL assume em seu discurso libertador no continente latino-americano. Na visão de

Landauer (1907), há possibilidade de definir o socialismo como uma religião, mesmo que sua visão teísta não seja fundada na crença metafísica transcendental. “O socialismo é a tentativa de conduzir a vida comum dos homens em direção da associação livre num espírito comum, quer dizer em direção à religião...” (LANDAUER, 1907, p.30). Em Benjamin, a ótica do messianismo é centralizada na concepção romântica do tempo e da história, onde o socialismo estabelece "uma mediação entre as lutas liberadoras, históricas, “profanas” dos homens e a realização da promessa messiânica" (BENJAMIN, 1971, p. 150 apud ROSENZWEIG, 1982, p. 339).

Assim, vemos em Löwy (2011), que o comunismo e o socialismo apresentam convergências com os fatos bíblicos e com as esperanças e utopias que se desenvolviam através da hermenêutica bíblica.

Se o comunismo primitivo corresponde ao paraíso perdido, a utopia da sociedade sem classes corresponde ao reino messiânico da história. Não se trata de voltar ao passado. A nostalgia do mundo comunitário desaparecido e a melancolia diante das destruições trazidas pela modernidade tornam-se, para Benjamin, uma energia crítica e subversiva, investida na esperança utópica e messiânica e no combate revolucionário para o futuro emancipado. (LÖWY, 2011, p.45)

E quando há o reconhecimento dessas utopias como válidas e apropriadas a um determinado contexto histórico? É no caráter dinâmico das realidades sócio-históricas, em constante processo de mudança, que criam-se as condições e possibilidades de um projeto utópico como suporte. É a partir dessa concepção e compreensão das possibilidades, que as ideias podem ser concretizadas na realidade, e que jovens estudantes colocariam teorias, ideais e opiniões na prática. A realidade, suas contradições sociais e a necessidade daquele contexto, foi necessário para que aqueles sujeitos sociais pudessem vislumbrar uma possibilidade futura e lutar pela sua concretização.

Retornando a história da Juventude Universitária Católica, observa-se seu compromisso de transformação da sociedade, tendo como tarefa básica sua inserção no mundo moderno. A ação política constituiu-se como um dos meios mais eficazes para a

execução dos objetivos estipulados. Porém, como já fora dito, isso não agradou os membros da hierarquia eclesiástica católica, que viam nessa postura da JUC uma espécie de "corrupção formativa"³², deixando que ideias progressistas se instalem e rejam o movimento. Contudo, foi através desse engajamento da JUC com as questões sociais que se definiu sua entrada na organização política estudantil de fato.

A relação entre a Juventude Universitária Católica e a participação política se estreitou à partir dos anos de 1960, quando um militante da JUC foi sugerido como possível candidato para à presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE) para o período 1960 até 1961. Estabeleceu-se um acordo entre jovens comunistas e cristãos, e à partir dele foi então lançado um candidato de consenso nas esquerdas. Assim, rompe-se o elo da Juventude Universitária Católica com a ala conservadora, visto que essa ala não mais contava com a JUC para seu objeto primeiro: o combate ao marxismo. Com isso, vemos que gradativamente acontecia uma transformação na identidade da JUC como movimento, diante do confronto social que a sociedade brasileira travava e das contradições sociais que aprofundariam com o golpe civil- militar.

Considera-se que um dos motivos que levou a resignificação do processo identitário da JUC, no início da década de 1960, foi o avanço no seu ideário no movimento e o contato com pessoas de outros movimentos trabalhistas e comunistas, isso porque na medida em que avançavam ideologicamente, já não podiam se manter nas ações católicas, pois viam na luta a possibilidade de frutificar ações políticas e culturais inovadoras e diversificadas, aproximando a política da cultura e da vida cotidiana, buscando colocar a imaginação na luta contra o poder de grupos totalitários. As crescentes reivindicações de trabalhadores como camponeses, operários, estudantes e militares de baixa patente levaram ao movimento de politização que ameaçava a ordem estabelecida (DI GREGÓRIO, 2011, p.1048).

Um pouco antes do surgimento do Estado Novo, em 1937, a UNE traçava seus primeiros passos como movimento dos estudantes, que segundo Maria Paula Araújo

³² Grifos nossos.

(2007) era o contexto histórico em que “o Brasil estava começando a viver um processo de crescimento do ensino universitário” (ARAÚJO, 2007, p.56). A defesa por ideais em comum, como em 1943 na tomada de posição sobre os aliados da Segunda Guerra Mundial, fez com que o PCB, reorganizado como partido, estreitasse os laços com a UNE.

A partir da leitura de Bertolino (2010), vê-se que até o início de 1945 havia uma harmonia na relação entre o governo e os estudantes, todavia com a ascensão conservadora de um representante udenista para a presidência da UNE, essa relação foi fragmentada e desfeita. Era um representante da União Democrática Nacional-UDN, partido político de extrema direita com ideologia conservadora e liberal. O governo do General Dutra (1946-1951) deu continuidade nesse processo de afastamento com a UNE, e esta ação levou os estudantes à mobilizarem e engatarem uma forte oposição ao governo, inclusive durante a gestão da UNE, presidida por Roberto Gusmão numa claramente socialista, divergente portanto, da ideologia do governo.

A burguesia, aos poucos, vê nesse estreitamento de laços entre o Partido Comunista Brasileiro e a UNE uma grande ameaça, uma vez que a visão conservadora econômica e política recaia no esforço de organizar setores que apoiassem os interesses do capital. Enquanto isso, a força política da esquerda jovem gradativamente cresce, constituindo como fator de risco para os interesses dos poderosos e da burguesia, dando protagonismo e referência para os movimentos de esquerda, procurando alternativas estruturais aos graves problemas sociais do Brasil (BENTO, 1999) .

A força política da esquerda jovem, em especial a universitária, através da UNE, aos poucos se insere nos assuntos mais relevantes do cenário nacional, não resumida aos percalços estudantis e educacionais, mas antes assumia para si os problemas macros da política nacional. Exemplo disso é sua participação na campanha "O Petróleo é Nosso", até que em 1953 se criasse a Petrobrás; sua imersão em questões públicas, como em 1956 quando participa do protesto contra o aumento das passagens dos bondes, na cidade do Rio de Janeiro, estruturando assim, um ambiente propício às alianças e troca de experiências, que foram traduzidas na sua aproximação com os sindicatos operários.

"Nos anos 60, os fatos políticos se avolumaram e a UNE foi, de alguma maneira, alçada a um papel bastante ativo em nível nacional" (SANFELICE, 2015, p.128), e sob

sua regência os estudantes universitários envolveram-se em questões de transporte público, de economia nacional, de posicionamento político, novidades até então, no movimento estudantil. Essa postura faz a UNE tomar um posicionamento alinhado aos seus ideais e posicionamento político, de esquerda, onde só há transformação real do sentido de sua existência por meio da participação nas bases da sociedade, ao contrário do posicionamento dos militares brasileiros.

Ideologicamente a UNE estava se posicionando junto a um bloco nacionalista reformista do qual faziam parte a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), com a participação de parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Socialista Brasileiro (PSP), dissidentes do PSD e UDN. Contavam com o apoio da Confederação Geral dos Trabalhadores e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), atuante, mas ilegal. Na oposição conservadora destacavam-se a Ação Democrática Parlamentar (ADP) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), financiado pela embaixada dos Estados Unidos (SANFELICE, 2015, p.131).

A ala conservadora brasileira tinha em sua composição os grandes empresários e o apoio imperialista. Além disso, o tradicionalismo católico brasileiro, personificado nos movimentos de defesa da família, apresenta uma postura julgadora de condenação dos jovens universitários católicos, justamente pela sua aproximação com as causas sociais. A UNE compreendia que os trabalhadores estavam sendo punidos como classe, de uma forma geral e os estudantes viam a possibilidade de aproximarem-se dos trabalhadores, assim formando uma aliança comum, estreitando os laços e assumindo um compromisso com o povo. Via também a necessidade de uma Reforma Universitária, que fosse capaz de promover uma consciência da necessidade de uma luta popular, de gerar compromissos concretos da universidade com a própria realidade estudantil. Enfim, deve ter início na própria Universidade, a consciência da missão que cabe ao universitário frente ao povo.

A partir do final da década de 1950, a participação estudantil esteve sob a orientação da militância politizada da JUC, cuja importância

refletir-se-ia diretamente nas entidades estudantis (UNE, UEE's, DCE's, DA's e CA's). Foi nesses espaços que a militância católica da JUC se aproximou dos militantes comunistas para vencer os estudantes da direita nas suas respectivas eleições (BERTOLINO, 2010, p.61)

Segundo José Luis Sanfelice (2015), "o desejo dos estudantes não era outro senão constituírem-se em trabalhadores das escolas, voltando a universidade para o trabalho, para a vida e para as necessidades de toda a população laboriosa" (p.133). A condição aparentemente privilegiada dos estudantes do curso superior não limitou a participação somente às aulas ou estudos teóricos: eles estavam impulsionados pelo compromisso de defesa dos direitos de cada trabalhador, participando ativamente da construção de uma nova sociedade e colocando-se em nome da justiça e da liberdade. "Os estudantes pretendiam fazer da universidade a expressão das necessidades sociais do povo e que era preciso ligar a reforma universitária às outras reivindicações populares pelas reformas de base" (GUIMARÃES, 1962, pp. 20-22). Concomitantemente, a UNE reconhece que a pauta da luta pela Reforma Universitária, havia consolidado a ligação entre as reivindicações estudantis e a luta política. Devido ao caráter político assumido pelo movimento estudantil, as administrações universitárias fazem resistência contra a participação do movimento nos colegiados das universidades, acusando os estudantes de "comunistas". Os resquícios do conservadorismo administrativo eram dados ao seu alinhamento com os interesses burgueses. Esse dado será um facilitador da ascensão dos militares e de seu projeto tecnocrático-burguês nas universidades públicas e particulares.

Não se tratava mais de estabelecer vínculos aéreos e ideais entre o estudante e o povo. Não se tratava mais de uma vanguarda que, desligada da realidade estudantil, ligava-se à realidade popular em nome dos estudantes. Tratava-se de incorporar todo um movimento, cem mil universitários, à consciência da luta popular, ligado a ela por compromissos concretos da própria situação estudantil. Tratava-se de perceber que a missão do universitário frente ao povo está de início na própria Universidade (UNE, 1963, p. 9).

Os militantes da JUC, imersos nos desafios sociais e políticos que enfrentava a UNE, sofrem repressão também por parte da Igreja Católica. Como já explicamos, seus ideais não coadunavam com o que a hierarquia esperava do movimento. Mesmo assim, a ala cristã dos estudantes encontra sentido e finalidade em suas ações ao correlacionarem a consciência de classe³³ e sua luta nos movimentos sociais, em especial a UNE, com mensagem da revelação cristã. Eles tomam consciência de que suas reflexões não terão sentido sem uma ação na sociedade, e descobrem a importância e o compromisso com a pesquisa e o estudo universitário.

Além de referenciais humanistas como Jacques Maritain, que aos poucos foi sendo superado, segundo Michel Löwy (1989) duas referências do catolicismo francês progressista influenciaram diretamente a JUC nos anos de 1960: o Padre Lebret e, sobretudo, Emmanuel Mounier. Mesmo relutante às questões marxistas, Lebret usava categorias de Marx nos seus estudos, além de reconhecer no marxismo a emergência de um pensamento estruturado sobre e contra a desumanidade do sistema capitalista; Mounier, considerado o grande expoente da JUC dos anos 60, rejeita totalmente o capitalismo, considerando a ideia de que os cristãos podem agregar conhecimento no contato com o marxismo. Nas palavras do filósofo, "o personalismo considera que as estruturas do capitalismo são um obstáculo que se levanta no caminho da libertação do homem e que elas devem ser destruídas em proveito de uma organização socialista da produção e do consumo" (MOUNIER, 1963, p.244).

Podemos dizer que Emmanuel Mounier fez a ligação entre o anticapitalismo cristão e o anticapitalismo marxista, e junto o movimento e ideias de Padre Lebret, formam a base de interpretações que orientavam o processo de radicalização política da JUC, no contexto dos anos 60 (LÖWY, 1989). Com isso, os militantes vivenciam

³³ A explicação do conceito de "consciência de classe" se encontra no filósofo e sociólogo Karl Marx. Para Elias Regina Viegas (2013) "Marx teve perfeita consciência de que a compreensão é a defesa atuante dos interesses comuns de toda uma classe podem muitas vezes entrar em conflito com os interesses particulares de certos trabalhadores ou de grupos de trabalhadores" (p. 20900). Os interesses da mesma classe, como um todo, favorecem a troca da solidariedade entre si, em contrapartida das diferenciações ocasionadas pela estruturação salarial e o acúmulo de capital por parte da burguesia. "gerando um enfraquecimento da solidariedade de classe e, portanto, o enfraquecimento da consciência de classe nas sociedades altamente industrializadas" (idem).

mudanças significativas em seus principais conceitos, como uma nova visão sobre a evangelização, em que suas ações objetivam mudanças estruturais na sociedade, sob um ponto de vista mais humanista.

Ao invés da doutrina social da Igreja, a inspiração era a realidade e caberia à seus próprios membros a responsabilidade da mudança. Com base em Maritain, o assistente criticava a orientação essencialmente especulativa e discutia diretrizes centradas na ação (BERTOLINO, 2010, p.62)

Através do Manifesto do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, exposto por Luiz Gonzaga de Souza Lima (1979), vemos um compromisso carregado de significado, pleno de conteúdo e conciso de suas convicções religiosas e sociais dos mesmos, com a sociedade e com a luta estudantil. Os jovens tomam consciência de sua condição na sociedade, e do dever de buscar a transformação social.

Neste sentido consideramos que a mensagem cristã é a revelação do próprio homem, sua história e seu fim. Somente através dela poderemos compreender a significação da aventura humana. Assumimos o compromisso cristão e, deste modo, não poderemos faltar, de forma alguma, com seus pressupostos e suas consequências. A primeira delas é a de participjbnhar da vanguarda do mundo, entendendo por vanguarda os que se colocam com a história em nome da libertação do homem.

Conhecemos nossa situação privilegiada na sociedade, como estudantes do curso superior. Conhecemos a injustiça de sermos uns tantos poucos num Brasil de mais de 50 por cento de analfabetos. É, em parte, por sabermos injusta essa condição que nos encontramos no dever de transformá-la (SOUZA LIMA, 1979, p.98).

Após o Golpe Militar de 1964, inaugurado pelas forças reacionárias militares, a perseguição contra a UNE teve início com o incêndio da sua sede no Rio de Janeiro, na

madrugada do dia 31 de Março. A exemplo da Universidade de Brasília, sob o feito da intervenção militar na administração das Universidades, estas foram invadidas e vasculhadas, nomes de docentes foram registrados para futuras prisões, perseguições e demissões. A partir disso, a opinião pública acreditava que o movimento estudantil estaria unido às organizações sociais opositoras ao regime, na luta contra a repressão. A represália se dava ainda, devido algumas reivindicações específicas do Plano de Ação da UNE, como se observa abaixo:

Luta pela Reforma Universitária, pela revogação do acordo MEC-USAID, contra a transformação das universidades federais em fundações particulares, pela escola pública gratuita, pela alfabetização de todo o povo, por um ensino secundário voltado para a formação profissional e pela revogação da Lei Suplicy³⁴. Luta contra a política econômica financeira do atual governo que se orienta por integrá-la no complexo industrial imperialista; pela revogação da Lei de Greve; pela revogação dos Atos Institucionais; contra a Lei do Arrocho; pela anistia geral dos presos políticos; pela reforma agrária, pela mais ampla liberdade de organização política e filiação partidária; contra a farsa eleitoral; por eleições livres e diretas; pela formação de uma constituinte popular; contra a invasão do Vietnã pelo imperialismo norte-americano; pela igualdade internacional (SANFELICE, 2015, pp. 136-137).

Legalmente extinta pelo governo militar, a UNE reiterava seu compromisso pela compreensão histórica em sua totalidade, dos processos de luta de classe em âmbito internacional, no intuito de compreender as causas que levaram ao golpe de 1964, e sua

³⁴ Depois de percorrer alguns percalços provocados pelo golpe civil-militar de 1964, os estudantes universitários de todo o território brasileiro foram surpreendidos com a Lei 4.464/1964, a chamada Lei Suplicy. Essa lei carregava em si um aparato jurídico formulado em razão de não existir até então uma regulamentação intervencionista que pudesse ser aplicada às instituições estudantis. Esta lei possibilitou ao governo tornar sem efeito o dispositivo do Decreto nº 37.613, de 19 de julho de 1956, que não permitia qualquer tipo de intervenção nos estabelecimentos de ensino superior nos diretórios acadêmicos, dando início a uma política de controle quanto ao regimento e funcionamento dessas instituições. Para os estudantes coube a difícil tarefa de aceitar à nova lei, ou travar uma resistência a sua implantação, sofrer uma proposta de intervenção ou fechar as suas entidades de representação política (CRUZ, 2011, pp. 976-977)

relação histórica com o capitalismo brasileiro. Segundo Sanfelice (2015), a característica da universidade brasileira era formar profissionais que estivessem alienados aos interesses da burguesia, mantendo um *status quo* e personificando um caráter elitista. Por isso, a Reforma Universitária como defendia a UNE era indicada e de acordo com a realidade nacional, atendendo os interesses populares, servindo como instrumento de inclusão para todo o povo. A politização dos movimentos estudantis, atrairia em consequência, a atenção extrema dos círculos militares, visto que "os estudantes representavam uma voz de denúncia frequente ao desempenho dos governos militares" (SANFELICE, 2015, p. 138).

O Brasil daquele período era marcado pelo seu subdesenvolvimento cultural, justificando o papel do universitário e seu desempenho de crítica ao sistema alienante, que só atendia aos interesses da classe burguesa, indiferente às necessidades de toda a massa de trabalhadores. Ao assumir a crítica de sua própria condição social, privilegiada, o universitário é chamado a desempenhar um papel coerente com as massas, exercendo a tarefa de despertar uma consciência nacional e fortemente social, desvinculada das perspectivas culturais e interesses da classe privilegiada. E os universitários cristãos? Seus objetivos coadunam com os dos demais grupos universitários? Como observa Souza Lima (1979), o universitário cristão:

"tem a certeza de que a tarefa proposta à nação na hora em que ela se decide a participar ativamente da história, só pode ser realizada com a conscientização das massas brasileiras no sentido de assumirem sua situação e as alternativas do seu caminho. Esta tomada de consciência só poderá ser realizada pela promoção e difusão de uma cultura de conteúdo autenticamente popular. Assim, a missão real do universitário cristão não se prende só à dedicação a seus estudos ou à boa escolha de sua profissão. Ela está na razão direta das necessidades da sociedade em que se vive, e só através da consciência destas necessidades (conjugada às inspirações e à vocação pessoais) sua ação será construtiva.

(...) O universitário cristão deve reconhecer, antes de tudo, seus objetivos: 1) seus colegas - através dos diversos movimentos estudantis e as justas reivindicações que têm em mira; 2) a sociedade,

particularmente o operariado e o campesinato". (SOUZA LIMA, 1979, p. 105)

A juventude é composta por diversos grupos, culturas, pensamentos, preferências, crenças. Nesse contexto, estar inserida num grupo em defesa de ideais consonantes representava a união e a exclusão dos aspectos divergentes de cada um. A UNE, como órgão máximo de representatividade dessa parcela da sociedade, abraçava o ideal participante da política, dando voz à organicidade jovem, trabalhando aspectos fundamentais de interação com o meio político, debatendo e reivindicando posturas, ações essenciais para a formação de novos líderes. Essa postura, entretanto, é ameaçadora para quem está no poder, articulando por sua vez meios para permanecer e calar os opositores.

Segundo Sanfelice (2015), "para quem estava no poder, as críticas da UNE e a irreverência estudantil eram, sem dúvida nenhuma, demasiadas" (p. 137), visto que elas bradavam interesses contrários aos defendidos pelo governo, como maior valorização do trabalhador brasileiro, maior apoio às universidades e, principalmente, à liberdade de expressão e a democracia, até então realidades longínquas de todo cidadão brasileiro à época. Em um mundo onde se vivia a Guerra Fria, uma polarização entre o bloco capitalista e o bloco socialista, além de outras lutas pela libertação que surgiam em outros continentes, existia um apelo popular por um governo disposto a fazer o Brasil crescer e obter um desenvolvimento igual. Pedia basta à desigualdade trazida pelo capitalismo, e é nesse contexto que a UNE se situava.

A importância dessa postura revolucionária da juventude universitária (pensando nela como um todo) está, sobretudo, na coragem em nadar contra a maré, lutar contra o sistema, sem nenhuma garantia de sucesso nas reivindicações defendidas. O compromisso dos grupos de juventude cristã, ligados às ações revolucionárias e com a história social do país, num percurso dialético entre passado e futuro, personifica um novo projeto democrático, onde a participação popular é fator importante para haver mudança estrutural. Essa postura, foi sem dúvidas, o gatilho que proporcionou um elo entre estudantes, trabalhadores e o povo no Brasil, ou seja, todos aqueles que sofriam e precisavam de apoio na luta por seus direitos. Sobre a UNE, Sanfelice afirma:

A entidade denunciou os militares no poder como representantes dos interesses imperialistas e dos monopolistas nacionais, contra os direitos das classes produtoras camponesas e contra a participação dos trabalhadores no resultado da produção nacional. Conclamava-se o povo a uma união para destruir aquelas forças e conduzir o processo de libertação nacional. (SANFELICE, p.137)

A dominação por parte do Estado brasileiro sob domínio dos militares, após um golpe à democracia, deveria se espalhar através nas esferas econômica, política e ideológica, tendo como base a política neoliberal americana. Essas bases, econômica, política e ideológica, sustentariam politicamente e financeiramente a base do governo. Com a intervenção aberta na vida social, cultural e política do povo, haveria o controle necessário da "ameaça comunista" que justificava o regime para acusar os jovens estudantes, organizações sociais, movimentos, artistas, políticos, etc. Afirma Lima: "O universitário cristão, pois, não pode fugir à sua responsabilidade e ao seu compromisso no meio e na sociedade em que vive" (SOUZA LIMA, 1979, p.106).

Buscamos, portanto, evidenciar a importância da juventude e sua inserção no ambiente político pela ótica histórica e social, que esclarece pontos sobre a sociedade brasileira, determinantes para se entender as ações e atitudes tomadas por ela. Vimos que a juventude, desde o seu contato com o pensamento revolucionário, tanto por leigos como por religiosos, sendo que os últimos tiveram acesso à uma nova forma de pensar a Teologia, sua missão na sociedade se torna importante motor de transformação da estrutura social. Enfrentando diversos antagonistas, os estudantes resistiram aos impactos em suas organizações, mesmo numa perspectiva de mudança concreta, permanecendo firmes em favor de diversas outras extratos da classe trabalhadora, subalternizados pelos governos ditatoriais, sob o regime autocrático-burguês.

4. CAPÍTULO III

A POTENCIALIDADE DA JUVENTUDE NA LUTA PELA DEMOCRACIA: DESAFIOS E PERCALÇOS.

4.1 O conservadorismo da juventude em consonância com os interesses ditatoriais.

Neste ponto do capítulo, em que o foco se debruça na parcela da juventude que é adepta do conservadorismo, fazendo forte oposição aos avanços e as lutas dos movimentos de juventude de esquerda. Atenta-se assim, para heterogeneidade da sociedade brasileira, em questões políticas e de interesse econômico, inclusive na juventude universitária. Não seria espantoso que houvesse apoio popular aos projetos ditatoriais, de cunho neoliberal e conservador e recebessem adesão de uma parte da juventude. Com isso, os movimentos em defesa dos estudantes e dos direitos dos trabalhadores sofreram ataques e foram marginalizados, representando apoio aos governos militares.

Concordamos com Sanfelice (2008) ao defender que durante o transcurso da história, não podemos apenas focar em um grupo específico, ou seja, tendo em vista somente o recorte da União Nacional dos Estudantes (UNE). Segundo o autor, isso é como “contar uma parte da história”, mesmo que seja uma parte fundamental dela. O autor esclarece que não era unânime a participação do movimento estudantil pelos universitários dos anos 1960, e que muitos não reconheciam a UNE como sua representante.

Uma questão que sempre retorna aos debates é a validade e importância da participação da juventude em questões políticas e sociais de determinado país, e se a sua contribuição para a história é de fato significativa. A participação política da juventude não se faz no vazio cultural e histórico, mas em sociedades reais que carregam características únicas e marcas singulares de sua historicidade e as dificuldades específicas de seu atual momento. Inserido no contexto das desigualdades sociais da sociedade brasileira. Entender como e porquê os jovens brasileiros se propuseram a participar da construção e das decisões da sociedade, pondo em cheque a forma como cada um se entende como partícipe desse conjunto tão desigual e como se vê implicado

nos seus destinos. Por isso, a participação política não pode ser dissociada das condições subjetivas que dão forma ao sentimento de pertencimento à coletividade por jovens e crianças, assim como, à representatividade que eles constituem (CASTRO, 2008).

O jovem estudante universitário, que por natureza era constantemente criticado por se encontrar "abaixo" de uma hierarquia de idade, visto que os valores e posições dos mais velhos dentro de qualquer âmbito institucional, político e social sobressaiam, é interpelado pelas circunstâncias para fazer frente às esses pré-julgamentos e aos ataques recebidos. Em primeiro lugar, o discurso principal que servia para menosprezar e atacar a mobilização estudantil concentrou-se na falácia da inexperiência participativa na política, justificada pela falta de formação política nos bancos escolares. Mas, em que se solidificaria essa preparação política? Segundo Braghini (2010), a ideia de boa preparação política estava vinculada ao tempo de permanência do estudante nos bancos escolares e, mais ainda, ao tipo de ensino que ele recebia em sua trajetória, que deveria estar centrado, preferencialmente, no ensino secundário e depois, no ensino universitário. Fazer política era uma prática social de sujeitos adultos que tinham passado pelo processo de escolarização que não estava aberta a todos. No entanto, parte dos estudantes nos anos 1960 opinava sobre os critérios que demarcavam a posição dos sujeitos de autoridade e transformavam tribunas improvisadas em postos de comando político, o que aguçou a raiva dos discursos da imprensa. (BRAGHINI, 2010, pp. 108-109)

Para a juventude, segundo Braghini e Camesky (2015) era possível se destacar como sujeito político sem a necessidade de permanência nos bancos acadêmicos e sem ajuda dos mais experientes. Em outras palavras, isso quer dizer que esses jovens estudantes gozavam do senso comum reproduzido, restrito à qualificação adequada ou uma titulação de nível superior como condição para se discutir e conduzir assuntos políticos. Assim, a contrariedade dos jovens e a sua suposta precocidade política parecia designar um distúrbio no sistema escolar do tipo tradicional, que tinha exato objetivo de produzir a elite política brasileira. O potencial estudantil para agremiação feita a partir de incursões extraescolares era odiado, porque eram vistos como pouco aprofundados (BRAGHINI e CAMESKY, 2015). Existia, portanto, um certo preconceito com os

jovens estudantes de uma forma generalizada, sem distinções sociais no tangente à opção política. Se o indivíduo fosse adepto de ideais considerados subversivos, alinhados politicamente aos partidos comunistas, ele não somente seria renegado por sua opção e gosto político, como também, excluído pela grande elite. Aos poucos, a exclusão avançava para perseguição política. Era necessário, assim, uma resposta antônima para que a juventude estudantil pudesse estabelecer-se como sujeito político, excluindo a ideia de que somente com uma formação (diploma) e em dada faixa etária sua contribuição seria válida.

Os estudantes renegavam a juventude como sendo um período de espera para a vida adulta. A vontade de ser guerrilheiro e lutar pela revolução socialista no Brasil apareciam como alternativas de trajetória de vida e, nos artigos, eram configurações esdrúxulas ou atos desviantes de vida. (BRAGHINI, 2010, p. 259-260)

O objetivo era claro: dispersar e diluir aos poucos o sistema crítico do movimento estudantil, taxado de rebelde e insubordinado, para que não houvesse uma oposição que fizesse voz contra o governo. Em alternativa a esse movimento estudantil, optou-se por apresentar um grupo com as mesmas características etárias, mas que ideologicamente fosse antagonista à práxis e pensamentos progressistas que ganhavam mais adeptos entre os jovens estudantes. E quais as características deveriam ser adotadas por esse grupo? A partir da leitura de Braghini e Comesky (2015), denotam-se aspectos de subserviência e parceria com os neoliberais conservadores, principalmente em suas práticas. Assim como Nietzsche, que em sua obra "A Genealogia da moral" traz a problemática de como os conceitos de "bem" e "mal", "bom" e "mau" foram tomando significados de acordo com o que a aristocracia social tomava como "bom", "moral" e "belo", o neoconservadorismo se apropria desse *modus operandi* para validar seu discurso.

Aqueles que não aderiam às manifestações, às causas estudantis e eram oposição à qualquer tipo de repressão política, eram taxados de maus, de vagabundos, baderneiros, não comprometidos com trabalho e nem com os estudos. Ou seja,

correlaciona-se a inércia política, reflexiva e crítica da sociedade ao entendimento de "bom cidadão", ou nesse caso "bom jovem", comprometido com os estudos e o trabalho, medida de avaliação dos valores éticos. Nada mais do que uma forma de controle que os setores conservadores dispunham para domar uma parcela da juventude estudantil. Como forma de também sucatear e findar com a própria UNE, estes setores escolheram jovens que se incomodavam com as manifestações estudantis de rua, que é um dos aspectos marcantes das frentes estudantis; "eram compreendidos como uma boa juventude que se comprometia com o trabalho e com os estudos. Eles também atuavam politicamente, mas não seguiam os mesmos caminhos dos seus semelhantes "revoltados". Os jovens conservadores organizados foram intitulados: "estudantes democráticos"" (BRAGHINI e CAMESKY, 2015, p. 951).

Esse grupo que foi então denominado "estudantes democráticos" era a representação de sensatez, intelectuais, que em sua trajetória política apoiaram a Lei Suplicy (Lei nº 4.464), além de contribuírem com ideias para extinguir a UNE e a todas as entidades que tinham com ela algum vínculo ideológico. Os estudantes em questão se propuseram a "analisar e apresentar ideias visando solucionar alguns casos no âmbito das entidades que os representam" (EBSA, 1964, p. 28-29).

A disputa pela hegemonia estudantil não se resumia apenas aos grupos de estudantes, indo além dos muros das universidades, onde formavam-se palanques de reprodução política de ideologias conservadoras, tendo por objetivo acabar com qualquer tipo de influência das esquerdas no âmbito acadêmico.

Outros exemplos de estudantes democráticos foram surgindo em agremiações universitárias, manifestando-se contrários aos movimentos revolucionários de esquerda que se multiplicavam na América Latina. Esses grupos eram favoráveis às intervenções militares estadunidenses em ambientes considerados perturbadores, fazendo coro com grande parte da imprensa brasileira que criticava as agitações sociais, revolucionárias, vindas, por exemplo, da ilha de Cuba. (BRAGHINI e CAMESKY, 2015, p.951)

Pari passo ao surgimento e consolidação de uma classe estudantil adepta aos ideais neoliberais, americanistas e intervencionistas militares, uma parcela desses jovens formalmente não aderiu a nenhuma das duas correntes, nem progressista revolucionária, nem conservadora neoliberal. Esses jovens não assumiram nenhuma das causas, isentando-se de qualquer responsabilidade em tomar partido de alguma frente estudantil. Entretanto, essa postura estava em consonância com os interesses da "juventude democrática", visto que suas reivindicações não destoavam do discurso conservador e estimulavam ainda mais a divisão dos grupos. Os isentos de responsabilidade, ou "em cima do muro", indiretamente estavam ligados aos interesses neoliberais e conservadores, visto que a proibição e extinção da UNE era um dos objetivos em comum, que reforçavam o apelo pelo fim do senso crítico e da liberdade de expressão e de opinião. Tudo isso proporcionava maior amplitude de atuação para os "golpistas", que tinham seus interesses e ideais defendidos agora no ambiente acadêmico universitário, onde o senso crítico se estabelecia como sua maior oposição.

No início dos anos 1960, alguns jovens se diziam nem a favor e nem contra aos movimentos estudantis sediados nas Universidades. Era o grupo dos neutros. No entanto, a existência de neutralidade já era reportada como ato democrático. A discordância entre jovens era motivo de análise e o conteúdo apelava sempre à desmobilização estudantil, na busca da estabilidade social. Os escritos se apegavam aos pontos de discordância de forma a sobressaltar os maus atos juvenis e deixando claro que os jovens não se entendiam entre eles mesmos. (BRAGHINI e CAMESKY, 2015, p. 952).

Aos poucos o que parecia improvável acabava se tornando realidade concreta no cenário político universitário: a consolidação orgânica de um grupo que tinha ideais consonantes aos grupos de extrema direita, apoiadores do golpe militar e defensores da perseguição aos grupos revolucionários, que em sua maioria nutria simpatia pelo socialismo cubano, servindo-lhes como fonte de inspiração. A postura da militância conservadora nesse contexto torna o ambiente universitário propício para a intervenção militar, em vista do apoio de uma determinada parcela dos estudantes que fazia eco ao

seu discurso político. A hegemonia política e ideológica serviria como um importante instrumento opositor à ditadura, e por essa condição foi combatida de forma minuciosa para que houvesse apoio e respaldo por parte dos militares.

Não raro havia parcelas da juventude estudantil que se manifestavam entusiasmadas com o golpe militar, em 1964. Os atos da União Metropolitana dos Estudantes (UME) são exemplos dessa militância em torno da intervenção militar armada. Apresentada como órgão máximo de representação dos universitários cariocas, enviou um comunicado à imprensa em abril de 1964, expressando sua confiança nas Forças Armadas, estando certos de que eles reconduziriam a Nação “à legalidade constitucional”. (BRAGHINI e CAMESKY, 2015, p. 954)

É importante mencionar que os militares viram nos conservadores e tradicionalistas da Igreja Católica, ainda vinculados ao dogmatismo característico dos movimentos contra o Concílio Vaticano II e a Teologia da Libertação, um aliado no combate as ideias progressistas, no âmbito universitário e no eclesial. O alto clero católico condenava o caminho pelo qual a JUC percorreu e veio a se tornar, numa militância em defesa dos direitos sociais, humanos e democráticos, não restrita à obediência hierárquica católica e sem vínculos institucionais. O discurso de condenação ao comunismo, até então superado pelos encontros episcopais latino-americanos e pelo próprio Vaticano II, retorna contrário à militância política dos movimentos de esquerda, associando sua luta aos pontos condenados outrora pela instituição. Segundo Ailton dos Reis, "é importante frisar que não houve um compromisso assumido entre Igreja e Estado Militar. O combate ao comunismo era um ponto comum de ambos" (REIS, 2017, p.46).

No intuito de ganhar prestígio frente ao governo militar, e conseqüentemente ter alguns privilégios mantidos, a parcela conservadora do alto clero Católico permanece estática em alguns momentos, não opinando politicamente em alguns momentos e, noutros, se preocupando com discussões meramente teóricas, pouco relacionadas à política. A Igreja assumirá uma postura diferente do que outrora se propusera, à partir

dos documentos das conferências episcopais latino-americanas, que frisavam a importância de caminhar junto aos pobres e na defesa pelas suas demandas, por um mundo justo e solidário, com menos injustiças sociais. A postura revolucionária assumida pelos estudantes universitários católicos, consistia num cristianismo que foi um propedêutico para elaboração de uma pedagogia conseqüente.

Até meados da década de 1960, eles recusavam a ideia de que a defesa da revolução conduziria, necessariamente, ao marxismo. Essa compreensão não significava que os marxistas não pudessem ser interlocutores relevantes. O marxismo estaria correto em suas asserções sobre as causas das misérias e da exploração humana (SILVA e ROCHA, 2018, p.630)

Mesmo não estando formalmente ligada à Igreja, a JUC tinha seus ideais de solidariedade cristã e luta contra a desigualdade social, como temas centrais de sua atuação política.

(...) A necessidade de preservar interesses institucionais foi o determinante para esta mudança, bem como a bandeira de defesa dos seus componentes e de sua doutrina foi o elemento que conduziu as ações da Hierarquia Católica no momento em que a mesma via seus membros e sua autoridade ameaçada pelo governo civil militar (REIS, 2017, p.38)

Logo após a consolidação do regime militar, a Igreja apoia oficialmente novo bloco histórico formado pelos militares, demonstrando a hegemonia do bloco conservador no interior da instituição católica. Nesses primeiros anos, tem lugar uma cooperação entre as hierarquias militar e eclesiástica. Pode-se falar, portanto, em uma proximidade de objetivos - manutenção da ordem e da disciplina e defesa da autoridade e do capitalismo - e de ideologia - rejeição de qualquer experiência socialista ou comunista e colaboração entre as classes (ESTEVEZ, 2015).

Também não eram poucos os grupos estudantis que atuavam de maneira reservada, em espaços privados, clubes, escritórios e festas beneficentes, principalmente

ao lado de senhoras que defendiam a família e o lar contra a ameaça comunista, antes e depois do golpe militar. (SIMÕES, 1985, p. 82-83) O Congresso da União Paulista de Estudantes Secundários, em Santos; o Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundários, em Pelotas e a I Convenção Cristã e Democrática dos Estudantes Secundários, em São Paulo, foram reuniões apoiadas pela União Cívica Feminina (UCF), "no início dos anos 1960, na tentativa de dar apoio aos estudantes que buscavam desestabilizar o governo de João Goulart" (BRAGHINI e CAMESKY, 2015, p.955).

Caminhando ao lado dos movimentos sociais imersos no ativismo político e nas manifestações, os estudantes católicos de esquerda não eram vistos com bons olhos pela parcela elitizada da sociedade e da Igreja, visto que ainda representavam uma ameaça por continuarem se identificando católicos. A militância, aspecto ímpar da forma de reivindicar direitos seus e do próximo, foi condenada e encontrou nesses sujeitos e grupos conservadores um discurso que respaldava o seu "anti-esquerdismo" e por estarem consonantes aos interesses dos golpistas, a aliança era inevitável. Os estudantes intitulados de "democráticos" (uma grande contradição, visto que apoiavam atos inconstitucionais a favor da ditadura) eram patrocinados por grupos que apoiavam o autoritarismo e adeptos do conservadorismo³⁵. O sentido de democracia para esse grupo está associado à supressão dos pensamentos e das opções que sejam diferentes das suas visões, interligando equivocadamente democracia e opressão. A liberdade de expressão e escolha, bem como o direito de livremente se manifestar e militar contra ou a favor de algo, é suprimido e condenado. Compreende-se que o jovem estudante só é trabalhador, bom estudante e moralmente confiável quando não tem ligação com qualquer tipo de movimento social de esquerda, e claro, que seja simpatizante dos ideais conservadores e patrióticos. Patriotismo é uma das bandeiras que o discurso dos militares se apropria, no intuito de condenar os movimentos sociais e qualquer tipo de oposição que denuncie seus projetos abusivos e subversivos.

³⁵ Na "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" os estudantes democráticos registrados foram: Grupo de Ação Patriótica (GAP), patrocinado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes); a Vanguarda Universitária Católica; Associação dos Estudantes Democratas; Movimento de Arregimentação dos Estudantes Democráticos (Maed); Frente Estudantil de São Paulo; Movimento Estudantil Democrático; Movimento Estudantil de São Paulo; Frente da Juventude Democrática; Associação de Estudantes Democratas; Associação Cristã de Moços (São Paulo e Rio de Janeiro); Frente da Juventude Democrática (Rio de Janeiro). (SIMÕES, 1985, p. 158-161)

É nesse sentido que se faz necessário um maior controle dos movimentos sociais e terá lugar a tomada da estrutura do Estado para combater as esquerdas e eliminar os ditos "inimigos internos". Ao longo de uma década consecutiva ao Golpe militar, serão editados atos institucionais e leis repressivas, com o intuito de dar legitimidade ao regime, e serão criados órgãos de informação para vigiar, identificar e eliminar o "inimigo" interno. Em pouco tempo, diferentes setores da sociedade serão enquadrados no conceito de "inimigo" do regime (ESTEVEZ, 2015).

A investigação sobre as entidades nacionais e internacionais, realizada pela Polícia Federal, como apontam Braghini e Camesky (2015), chegou a dois grupos estudantis que se declaravam anticomunistas, e atuavam no Brasil: a “Frente da Juventude Democrática” e a “Cruzada Estudantil Anticomunista”. Segundo a investigação, os dois movimentos “não estavam filiados a nenhum outro órgão estudantil”, suas ações eram isoladas e não concordavam com as diretrizes das demais entidades de estudantes que combatiam "atos bolcheviques" fora do meio estudantil. A “Frente da Juventude Democrática” tinha um veículo de informação denominado "Democracia em Marcha" e, segundo o relato, tinha influência nos congressos e em outras atividades estudantis.

Quando o periódico apresentava atos violentos vindos da parte de estudantes, optava em falar de “terroristas”, assinalando-os como grupos que oprimiam o cidadão por meio de tocaias urbanas. Esse foi o caso do assassinato do diretor-geral da Fiat argentina, Oberdan Salustro, noticiado no OESP e transcrito no periódico educacional. De acordo com o jornal, esse ato de jovens extremistas buscava transformar a ação de “assassinatos comuns inconfundíveis” em movimento político. Segundo a reportagem, esse evento era tática de “gente sinistra”. (EBSA,1972, p. 37-38)

Entretanto, quando algum ato violento era cometido por estudantes de posição “anticomunista”, defensores do governo militar, aquele mesmo periódico, Democracia em Massa, ficava em silêncio. Um grupo em especial, denominado "Comando de Caça aos Comunistas" (CCC), formado por estudantes de uma faculdade particular de São

Paulo, a Universidade Mackenzie, teve dois casos de violências reportados pela Folha de São Paulo: no primeiro caso, envolvendo os estudantes de Filosofia da USP para que fosse evitada a eleição da União Estadual dos Estudantes (UEE); no segundo caso, os mesmos estudantes invadiram o Teatro Galpão durante a realização de uma peça teatral, atacando com socos-ingleses e cassetetes sobretudo as atrizes, quebrando o teatro materialmente. O jornalista Pedro Medeiros, da Revista "O Cruzeiro", chamou os participantes desse grupo de "neonazistas", e no artigo publicado por ele parte dos participantes se pronunciavam como sujeitos "armados" e lutadores de artes-marciais (MEDEIROS, 1968, p. 19-23). A atuação dos estudantes que "caçavam comunistas" era conjunta com dois grandes outros movimentos, que detinham força política de apoio à frente militar: a Frente Anticomunista (FAC) e Movimento Anticomunista (MAC). Juntos, ganharam fama e foram conhecidos como a "pirâmide do terror" (BRAGHINI e CAMESKY, 2015, p.957). A violência e as atitudes antidemocráticas eram justificadas pelo discurso do "anticomunismo", *pari passo* suas atuações eram legitimadas e apoiadas pela grande elite conservadora brasileira.

Neste ponto do presente capítulo, procura-se esclarecer o fato de que não era unânime a defesa pelos direitos sociais e pelas causas populares e que nem todos estudantes defendiam ideais revolucionários socialistas, nem faziam alianças com estudantes que tinha como referência os líderes revolucionários cubanos, como Fidel Castro e Che Guevara. Um pequeno grupo de estudantes não adeptos do socialismo, se tornapositor e ganha respaldo das elites econômicas do país, em prol de um projeto ditatorial e hegemônico³⁶. Concordamos com Ana Lole e Inez Stampa (2018) no que diz respeito à compreensão do conceito de hegemonia, colocado na linha anterior desse parágrafo, que traduz o projeto pensado por essa parcela conservadora: "a hegemonia não traduz somente a submissão de uma classe em relação à outra, contudo revela o potencial das classes na construção de uma visão de mundo, ou seja, de efetivamente estabelecer uma "reforma intelectual e moral"" (LOLE e STAMPA, 2018, p.3).

³⁶ Para explicar o conceito de hegemonia, recorre-se a Gruppi (1978). "Hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe sobre outras, estabelecendo um complexo sistema de relações e de mediações, ou seja, uma completa "capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário" (GRUPPI apud LOLE e STAMPA, 2018, p. 3)

O apoio ultrapassa a esfera governamental e política, abarcando setores como a direita da Igreja Católica, em sua grande parte tradicionalista, que eram opositores às reformas pastorais e doutrinárias dos últimos anos da década de 1960, influenciadas pelo Concílio Vaticano II e as Conferências de Bispos Latino-americanos. Os grupos estudantis religiosos, em especial os inspirados pela JUC e os demais movimentos de esquerda, se viram acucados. Perseguições e proibições fizeram parte da rotina do movimento estudantil de esquerda, das suas entidades máximas como a UNE. Os grupos estudantis conservadores foram utilizados como instrumentos disseminadores do medo e do discurso de ódio, aliando palavras e violência. Os movimentos de representatividade das universidades públicas viveriam nesses anos a dura realidade da clandestinidade, justamente devido à essa oposição interna, aliada dos interesses ditatoriais.

Fica claro nesse ponto que: o conservadorismo não é algo restrito aos grupos mais experientes na política, os estudantes e jovens podem atuar como aliados importantes da política tradicional, assumindo tarefas sórdidas como parte da formação política inicial dos novos e futuros quadros. Nesse contexto, a narrativa conservadora serviu como base para a construção dos alicerces necessários para que se estabelecessem as perseguições contra os movimentos sociais e estudantis. A partir disso, vemos quais efeitos são causados e as possibilidades que os atores políticos encontraram para permanecerem firmes em seus objetivos e causas. E dentro desse cenário, marcado por inconstância, quais possibilidades surgiram para manter a liberdade e a ordem democrática nas mãos dos brasileiros, questão que será analisada.

4.2 Ação Popular

Nesse segundo ponto do capítulo iremos destacar o grupo que se formou pelo resultado da militância e inserção política da JUC e de outros movimentos da Ação Católica Brasileira. Segundo Carlos Roberto Silveira (2010), "a Ação Popular tornou-se um movimento político com diretrizes do pensamento cristão revolucionário e com matrizes de personalismo socialista" (SILVEIRA, 2010, p.177).

O motivo pelo qual justifica compreender o início, a trajetória e a consolidação do movimento é justificado por Mendes (1966), que classifica a Ação Popular como o "primeiro movimento de participação concreta, no processo nacional por uma nova geração católica (MENDES, 1966, p.50). O destaque que a AP conquista, além de seu protagonismo na esfera pública, ocorre devido ao seu novo método de atuação e militância, que "cobrava de seus militantes a luta sem tréguas contra a desordem estabelecida embasada na consciência do engajamento radical" (SILVEIRA, 2010, p.177)

O surgimento da Ação Popular se deu em decorrência do processo de politização da Juventude Universitária Católica, a partir do final dos anos 50, enraizada pelo caráter religioso e evangelizador, quando o interesse pelas questões políticas do país se tornam pautas preferenciais de suas discussões e engajamento. Essa atitude, considerada de rebeldia pela alta cúpula eclesial, permite a entrada dos jovens no movimento estudantil, em especial a UNE, construindo aos poucos alianças com as forças políticas de esquerda, onde destaca-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB), base necessária para obtenção de hegemonia ideológica. A organicidade da Ação Popular era fortalecida pela integração de dissidentes da JUC e da JEC, abrindo caminho a um movimento de organização emergência da esquerda católica brasileira.

Ao definir a gênese da Ação Popular, Karolina de Sá (2015) enfatiza que "desde o princípio a Ação Popular é algo como uma associação de interferência no meio político-social brasileiro, forjada e delineada no fogo das lutas sociais e políticas no Brasil, particularmente nos embates travados pelo movimento estudantil" (p. 83). Em seu *modus operandi* a ação política direta é um fundamento, tendo por objetivo a transformação política e o envolvimento participativo das massas populares, sem a intermediação partidária. A AC pode ser classificada como uma organização extraparlamentar, caracterizada pelo seu radicalismo e princípio revolucionário. Segundo Marcelo Ridenti (1998), o percurso histórico da Ação Popular ficou marcado pelo seu romantismo revolucionário, que destacava a importância das ações práticas, sua coragem e disposição para buscar a transformação na sociedade, limitadas muitas vezes pelas concepções teóricas e limites que o próprio contexto social impunha.

Segundo Karolina de Sá (2015), "a crescente politização e esquerdização dos setores leigos da Ação Católica, sobretudo os jovens inseridos nas Juventudes, fez com que esses agentes criassem uma organização não partidária e não confessional para a antiga esquerda cristã" (p.82). Condenada pelos setores mais conservadores eclesiais, unidos às correntes ideológicas anticomunistas, a esquerda católica impulsionou a "necessidade de uma atuação especificamente política, permanente, prioritária e disciplinada que fez alguns dos principais quadros políticos da JUC pensar na criação de uma organização própria" (LIMA e ARANTES, 1984, p. 35). Enquanto a alta cúpula da Igreja Católica brasileira ainda carregava a inércia política no que tange o engajamento prático, "a Ação Popular sentia que chegara a hora de uma revolução popular no Brasil" (CASTRO, 1985, pp.30-31). A atuação política da Ação Popular constitui-se em um projeto que comunga dos ideais da corrente de esquerda, mas ainda carrega a influência católica progressista; ela se torna protagonista de uma organização sem interferência religiosa ou partidária, além de se inserir totalmente nas causas e demandas sociais do país, acreditando na luta revolucionária popular como método. Segundo Cavalcanti e Ramos (1976), a vinculação religiosa levou os jovens até os movimentos estudantis, e esse mesmo movimento os elevou ao cenário político nacional. Com isso, a participação política ganha sentido em detrimento da vinculação religiosa, porém os ideais cristãos progressistas permaneciam no *modus operandi* de cada militante.

Assim como a vinculação religiosa nos jogou no movimento estudantil, o movimento estudantil nos jogou na política nacional. Ao crescer no movimento de participação, a religião já não dizia mais nada. Passamos, então, de uma revisão religiosa a uma perspectiva política. Só que passamos à política com a mesma mística que havíamos vivido a religião, a mesma perspectiva de compromisso, a mesma pureza, responsabilidade, autorrenúncia. (CAVALCANTI e RAMOS, 1976, p.71)

Caracteriza-se o início do percurso da AP ainda entranhada, a formação cristã católica, seja por formação própria ou derivado de uma influência familiar. A particularidade na formação inicial da militância, afirma Betinho, um dos grandes

nomes do movimento, se dá pela sua composição: quase 90% dos integrantes eram católicos declarados. Segundo esse líder da JUC e AP, é necessário que se entenda essa correlação entre a religiosidade e o poder da militância que foi gerada, essa ligação, tendo em vista uma radicalização do movimento que aconteceu devido a ruptura formal com a hierarquia eclesiástica e a tradição cristã (SOUZA, 1996).

Os integrantes da JUC viam a necessidade de discussão sobre questões do cotidiano popular, que fez com que seus membros estivessem em constante debate de ideias através de reuniões. O desenvolvimento dos métodos de atuação e o próprio entendimento da noção de consciência histórica esquematizaram o que seria um protótipo de compromisso dos cristãos, ali engajados, com a realidade brasileira e de seu conjunto de setores estruturais (referentes às áreas políticas, econômicas e sociais), ideológicos (múltiplas e diversas noções de mundo) e movimentos (entram partidos, sindicatos, numa intensa relação entre as partes. A missão dos sujeitos partícipes é de dar testemunho de sua crença, imersos na realidade (SILVEIRA, 2010, p.178), ou seja, vivenciar na prática aquilo que acreditam em teoria

Podemos ver que a ideologia cristã ainda era hegemônica dentro do movimento, pelos seus militantes serem da JUC e outros vinculados à Igreja. A presença de cristãos oriundos de organizações leigas da Igreja Católica não era exclusiva, mas foi predominante nessa fase experimental da AP (DIAS, 2007). Ou seja, vê-se que no início de trajetória da AP, a ideologia cristã exercia influência sobre suas ações, permeando também seu campo teórico. Entretanto, mesmo sendo nítida a influência católica sobre o *modus vivendi*, como também possuir uma grande massa de jucistas em seu corpo militante, o movimento não professava oficialmente um credo específico, muito menos era adepta de uma ideologia homogênea. Nas palavras de Luiz Gomez de Souza (1984), "o movimento não se apresentava como confessional, nem de ideologia cristã ou restrito aos cristãos. Superava-se a ideia de uma 'esquerda cristã', ao mesmo tempo em que explicitava uma opção socialista" (p.199). O fator que congregava, nota-se, não era o religioso, mas sim o ideológico/político, que por sua vez unia diversas confissões religiosas dentro da constituição militante do movimento. A pluralidade religiosa, indiretamente, possibilita que diversas noções de mundo, religião e política pudessem dialogar e constituir organicidade, inclusive de jovens que não eram ligados a nenhuma

confissão religiosa. Este aspecto diversificador resulta à AP uma forte carga cristã e marxista que serão expressos em todos seus Documentos e leituras que serão feitas pela maioria dos militantes “apistas” (SÁ, 2015).

Justifica-se a importância de entender a formação plural da AP, a composição social de seus adeptos (constituídos por membros da juventude universitária católica e por evangélicos, unidos aos estudantes que não tinham confessionalidade religiosa), o que possibilita compreender a militância em seus primeiros anos sem o estigma religioso incauto, que pode transformar-se em um discurso puramente místico e transcendente, sem relação com os fatos sociais e as lutas que uniam diferentes tipos de estudantes. Outro fator que merece destaque é a influência ideológica que personalidades como o Padre Henrique de Lima Vaz e o Frei Matheus Rocha exercem sobre o grupo e, conseqüentemente, em seu Documento Base, devido às frequentes submissões textuais que faziam. A importância dessas duas personalidades religiosas, enquanto formadoras ideológicas, filosóficas e de opinião, é confirmado por Betinho. A leitura de pensadores como Marx, Hegel, Engels, Heidegger, entre outros, feita pelo Padre Henrique de Lima Vaz³⁷ marca diretamente o pensamento teórico, filosófico e ideológico da AP; enquanto a inspiração de movimento partiu do Frei Matheus, fundador da JEC (SOUZA, 1982).

Nas palavras de Franklin Oliveira Júnior, a organização se desenvolve embasada por seu caráter abrangente, sem vínculos partidários, pois não fazia parte do planejamento fazer concorrência política com os demais partidos. Segundo ele, o movimento "era uma “ação popular” mesmo, voltada para as camadas populares e em nome de seus interesses, que o grupo objetivava" (OLIVEIRA JR., 2000, p. 165), derivando dessa atuação o surgimento do nome "Ação Popular". Além das posições que normalmente todo movimento confesso de esquerda abraçava (crítica ao capitalismo e

³⁷ Segundo Karolina de Sá Dias (2015), em sua nota de rodapé, ao comentar a atuação do Padre Vaz junto aos apistas, sua "consultoria" proporcionou aos cristãos de esquerda uma maior afinidade com os ideais da Ação Popular. O Padre Vaz afirma "que sua influência na AP foi apenas filosófica, devido a não-compatibilidade da AP com as suas missões sacerdotais. A influência foi nos I e II capítulo do DB (Documento Base), onde há nítida afirmação personalista e uma crítica à versão marxista-leninista do socialismo. É importante também observar que muitos militantes ainda teriam dupla militância (apista e jucista) até meados de 1964, quando do golpe civil-militar e radicalização das posições apistas" (SÁ, 2015, p. 91). Através dessa postura, eram reunidos mais adeptos para a AP e conseqüentemente esvaziavam-se as outras organizações de juventude.

aos setores burgueses da sociedade, os protestos contra quaisquer tipo de exploração, etc.), a AP tecia também uma crítica interna, onde colocava em cheque problemas internos dos movimentos de esquerda, permeando desde concepções teórico-ideológicas, até questões referentes aos hábitos e práticas de alguns grupos.

A nova organização de esquerda, apartidária, nascia assim como uma representação contra o capitalismo desumano e contra o "conformismo e dogmatismo" dos outros setores esquerdistas. (...) As críticas eram muitas: aos conceitos marxistas-leninistas, rejeição ao econominismo vulgar, condenação dos regimes socialistas autoritários e burocráticos, superação das deformações da esquerda tradicional, ao socialismo como projeto do futuro e não da realidade concreta, entre outros. (SÁ, 2015, p.91)

Constitui-se uma postura crítica em favor das realidades efetivas, ou seja, das leituras e análises aplicadas na prática pelos movimentos sociais e seus militantes. Essa postura da AP denota seu total comprometimento e imersão nas causas sociais de seu tempo, estando lado a lado com os setores da sociedade, desde os trabalhadores rurais e operários, até os estudantes. A causa, portanto, se torna maior que qualquer diferença imposta pelas circunstâncias, unindo e estabelecendo alianças em prol de um bem comum, confirmado por Karolina de Sá (2015), onde "a luta intentada pela AP se realizava no âmbito da organização de setores operários, camponeses e estudantis na política, através do despertar das consciências" (p.92). A tomada de consciência provocada pela oposição à realidade capitalista e oligárquica que vivia a sociedade brasileira e conseqüentemente pelo processo de conscientização de novos sujeitos, busca formar uma base revolucionária opositora ao regime autoritário que assolava o país. O despertar da consciência, segundo Hugo Villaça Duarte (2010), é o processo onde "o homem compreende a natureza e, por conseguinte, a transforma através do trabalho, num processo dinâmico e dialético caracterizado de 'humanização do mundo'" (p.35), mostrando portanto, o sentido e valor das ações de cada um e a importância delas dentro da sociedade.

Dentro do Documento Base-DB de formação da Ação Popular, publicado em 1963, no qual registra-se um Estatuto com os pilares identitários do movimento³⁸, optava-se pelo socialismo como humanismo em contraposição do regime capitalista burguês. Haveriam críticas ao próprio socialismo soviético, relacionadas ao dogmatismo da ditadura do proletariado, visto que a AP tendia por uma leitura menos ortodoxa, porém sem descartar os instrumentos revolucionários daquele regime.

(...) O DB previa a perspectiva de consciência histórica e realista, que descobriria para os homens o sentido de suas tarefas concretas, contra a "coisificação" da consciência e a consciência abstrata que foge à realidade concreta. Ainda podemos encontrar, junto à crítica ao capitalismo, a repulsa ao dogmatismo da ditadura do proletariado e do sistema soviético stalinista marxista-leninista, apesar do reconhecimento da vanguarda soviética (a AP é mais propensa a uma coalizão das diversas forças políticas na construção de uma ordem democrática e pluralista); bem como da importância extrema e decisiva do marxismo na incipiente AP, como instrumento de observação teórica e de prática revolucionária (...) (SÁ, 2015, p.92)

Com o esforço focado na construção de uma luta revolucionária, haveriam contradições apresentadas por alguns teóricos quanto à inexistência de uma proposta concreta para a realização da prática revolucionária. A crítica tecida por alguns teóricos residia no que pode-se chamar de "humanismo idealista", considerada por eles como uma espécie de "romantismo" e "ingenuidade", que denota uma certa inexperiência prática dos embates e discussões sobre as lutas sociais. Com isso, a reflexão sobre o contexto social como um todo, era suprimido pelo discurso que colocava a realização do homem no plano das ideias e, por vezes, inatingíveis à concretização das propostas estabelecidas. Reside, então, um perigo no discurso puramente idealista do humanismo por uma parte ideológica do movimento, havendo necessidade de abrangência e

³⁸ "Perspectiva histórica mundial e latino-americana; perspectiva filosófica sobre o homem e sua consciência histórica; socialismo e evolução da realidade brasileira. Cf. SÁ, Karolina de. 2015, pp-91-92.

perspectiva de futuro, para não se fixar apenas na teoria, mas buscar na prática efetivar os discursos.

O "humanismo" debate-se na problemática de "realizar o homem", "todos os homens", esquecendo-se que no contexto social concreto esses homens estão em lutas implacáveis, divididos em minorias exploradoras e maiorias exploradas, sendo de todo impossível abstrair os termos concretos em que a situação está posta a título de realizar o homem em geral, abstrato, inexistente; (LIMA e ARANTES, 1984, p.38)

Destaca-se a necessidade de que se estabeleça, aos poucos, debates e alianças para que a Ação Popular, ainda em processo de construção e evolução, possa consolidar-se como um importante grupo social, fortalecido e estabilizado. Seu campo de atuação é abrangente, e por conta disso buscar a hegemonia seria uma tarefa que requeria tempo, com muita discussão e reflexão, tendo como norte o Documento Base, nas reuniões do movimento. Que estratégias e meios seriam possíveis para fortalecer e consolidar o movimento? Certamente, a análise apontou para os setores em que já havia certa familiaridade, como o meio estudantil, porém para que sua militância fosse reconhecida em território nacional era necessário debruçar esforços no interior sociedade civil. Desde o recrutamento de novos adeptos e militantes, na consolidação da organização nos ambientes estudantis e universitários (fazendo-se presentes nas lutas e reivindicações, focando na conquista dos órgãos de representação estudantil, como Diretórios Acadêmicos, Uniões Estaduais de estudantes e na própria UNE); assim como também nos setores camponeses e operários (SÁ, 2015).

Todos esses esforços, inclusive as alianças³⁹ com partidos políticos (lembrando que a AP tem por base a não filiação partidária), de fato visavam o crescimento do movimento em território nacional, porém não havia unanimidade entre os militantes.

³⁹ "O projeto de luta apista nesses primeiros tempos necessitou sempre de alianças com os diversos setores, particularmente, com o PCB. Essa união, apesar de ser vista como "um mal necessário" nas lutas das mais variadas esferas da sociedade brasileira, sempre foi questão de discussão por parte da militância apista (...). Cf. Sá (2015).

Ideologicamente, o projeto de luta construído pela AP em sua formação se valeu de alianças com os mais variados setores, em particular, com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). As divergências se davam, principalmente, porque a Ação Popular não demonstrava um desvinculo total com a política do PC. A principal ruptura não se deu em questões ideológicas, mas de organização política e planejamento de ações, com base nas revoluções cubanas e chinesa, e também nas estratégias utilizadas por guerrilheiros (DIAS, 2005).

Estratégia era uma palavra crucial para o esboço de atuação do movimento, que à partir das contradições internas e limitações que se desenrolavam, deveria ser alinhada e especificada. O caminho de detalhamento das ações, das táticas que seriam estabelecidas para sua atuação no cenário político, surge como estratégia para orientar claramente os militantes, além de traçar os paralelos entre apistas e pecebistas. Entretanto, não podemos subestimar a influência ideológica que os partidos comunistas exerceram sobre os militantes, nem mesmo antes da formação da AP e na própria esquerda católica, permitindo que os cristãos se inserissem nos grupos e movimentos populares (UNE, sindicatos) e entrassem na militância política. O elo de ligação entre apistas (ainda com adeptos católicos) se consolidou durante os percalços do cenário político brasileiro, marco histórico de união das esquerdas, correntes filosóficas/teológicas progressistas, movimentos sociais e sindicatos. A causa, em poucas palavras, uniu religiosos e marxistas por objetivos comuns que serviram como base para formação de alianças para lutar contra os setores conservadores, antagônicos à democracia, à liberdade e à cidadania, que viriam consolidar o Golpe civil-militar de 1964.

Assim, podemos destacar que o que unia a maioria das esquerdas não era um projeto comum, mas uma recusa comum ao "estado das coisas", evidenciada, sobretudo, após o primeiro de abril de 1964, quando o elemento de união é a recusa legítima ao regime imposto. Neste sentido, as propostas apistas também se inseriam no discurso da Igreja católica pós João XXIII, que no caso brasileiro, estimulou a consciência histórica que aproximava os jovens cristãos de uma concepção de práxis semelhante ao marxismo... (SÁ, 2015, p.95)

Através da análise epistemológica dos acontecimentos sociais e dos atores que ali protagonizavam a história, por vias diretas ou indiretas, destacam-se os objetivos em comuns e similaridades dos católicos de esquerda, em especial a juventude inserida nas lutas e movimentos sociais com os filiados e militantes do Partido Comunista. Havia uma intensa ligação e contribuição entre ambas partes, e o contato prático da atuação política dos comunistas marca a personalidade da esquerda católica e de sua militância, construindo uma relação importante para lançar bases de uma formação e agregação de novos adeptos. Recordar-se que não existia um projeto *a priori* para formar um bloco agregador das esquerdas, mas surgiu de forma natural *a posteriori*, como recusa ao regime que havia sido instaurado à partir do primeiro de abril de 1964. As diferenças entre os grupos de esquerda residiam em crenças, preferências e gostos subjetivos, todavia a luta em comum superava as divergências. Em suma, o que agregava era mais forte do que aquilo que os separava.

Os contatos com os militantes católicos com as esquerdas políticas brasileiras foram frequentes, principalmente nas atividades da UNE, nos movimentos de cultura e educação popular e de sindicalização rural. [...] muitas vezes, os católicos engajados colaboraram, lado a lado, com os marxistas em lutas por objetivos sociais comuns. Nas alianças com as esquerdas houve, sem dúvida, influências não apenas de trabalho e amizade, mas também de linguagem e ideologia. No entanto, não obstante, a proximidade e a comunicação, é preciso reconhecer que os cristãos de esquerda mantinham características, atitudes e um estilo de vida que os diferenciavam facilmente do universo das esquerdas do país. As práticas de ação, as investigações políticas e a metodologia utilizada revelam o esforço de busca de um caminho próprio e inédito no terreno sociopolítico. (SEMERARO, 1994, p.98)

A organicidade substancial propriamente dita da Ação Popular, mesmo heterogênea, tinha por característica a maioria da militância formada por jovens, fator que contribuía para que o movimento não se desviasse dos ideais e da coragem

necessária à ação. Isso também influencia no primeiro contato que muitos sujeitos tiveram com a política, reforçando a grande importância do movimento para a formação e agregação de novos militantes. Como expressa Karolina de Sá, o movimento da AP tinha por identidade ser uma associação com superioridade de jovens em sua composição, e por conta disso, o início da militância de muitos se deu à partir dos eventos e das lutas das organizações que tinham ligação com a UNE, "reduto principal de discussão para caminhos de ação por parte dos apistas" (SÁ, 2015, p.95). Nota-se que a juventude, e sua potencialidade utópica transformadora, associada ao contexto social e político brasileiro dos anos de 1960, permitiu que o desenvolvimento político da AP acontecesse, sem que as raízes culturais e religiosas de uma boa parcela de seus militantes fossem perdidas. Por essas características a AP mostrou sua importância como organização da esquerda católica, protagonista de um cenário onde a opção política deixou um legado.

O início das atividades da Ação Popular coincide com os anos mais incríveis que a história brasileira pôde vivenciar: anos em que as utopias pareciam cada vez mais reais, a partir da realização do homem como um todo, na tarefa de elaborar juntos, como humanidade, a base da nova sociedade concatenada com o "éden paradisíaco" do futuro (SÁ, 2015, p.97)

Concordamos com Cândido Mendes (1966), ao dizer que a AP era a expressão dos "católicos de esquerda", que praticaram em sua militância um humanismo concreto através da preocupação com os valores culturais, do intenso engajamento, nas tarefas de conscientização, trazendo a marca de um catolicismo mais progressista e mais próximo da realidade popular. A visão cristã sobre a realidade firmou um compromisso prático traduzido em ações, carregadas de sentido amplo e profundo para aqueles militantes que a realizavam.

Através dos movimentos estudantis viviam-se a juventude, lutaram por melhores condições de ensino, trouxeram o debate sobre a democratização do ensino e apoiaram as massas populares no confronto contra a exploração burguesa no país. Segundo

Semeraro (1994), esse é um momento ímpar na história do país, onde as estruturas da classe dominante se veem ameaçadas pelo ganho de força das classes populares.

Pela primeira vez, na história brasileira, as massas populares, apoiada pelos intelectuais e partidos de esquerda, aparecem no cenário político e ameaçam seriamente as classes dominantes que viam fracassar as diversas tentativas de contemporizar pela via das reformas populistas. Não era mais possível conter o crescente volume das forças populares que, desenganadas pelo esquema de aliança policlassista, insistiam por mudanças na própria estrutura da sociedade. (SEMERARO, 1994, p.32)

Tecendo sua crítica ao movimento e comentando o desmanche que o Golpe Militar preparou para seus projetos, Souza Lima (1979) afirma que a AP constituía-se como "um canal privilegiado de participação política e de militância orientada ao humanismo cristão e visando a construção de um socialismo", além de estar "destinado a ter papel importante na política brasileira" (SOUZA LIMA, 1979, p.46). Assim, conclui-se que a missão da AP já era inteiramente autônoma no campo das ações, sem influências dogmáticas, mas com princípios que permitiram sua aproximação com os ideais socialistas. A missão, que outrora foi outorgada aos jovens estudantes e que tinha por objetivo a evangelização dos espaços públicos, ganha tons seculares e adentram o ambiente social e político sem "cabrestos". A "evangelização" se torna "compromisso social", sem distinção alguma, sem interesses, influenciando outros grupos de cristãos, e até clérigos em seus comportamentos sobre a realidade e a vivência daquilo que acreditam.

4.3. Juventude e resistência religiosa: a formação de uma frente com os trabalhadores.

Iniciamos essa última parte do terceiro capítulo trazendo todo o aporte teórico trabalhado durante os demais pontos, tendo por objetivo concatenar e sintetizar de forma clara e coerente o tema abordado. Procuramos identificar quais foram as causas

que permitiram a formação de uma intelectualidade progressista católica; como ela se desenvolveu no contexto histórico da metade do século XX; qual o cenário social e político em que se encontrava; quais foram os atores, grupos e classes sociais que foram inspirados por tal fenômeno; quais foram seus percalços e lutas durante sua trajetória. Para finalizar, vamos traçar o percurso feito pelos grupos de juventude católica, já imersos na vida política, para se estruturarem como um grupo político e como protagonizou uma frente de resistência aos governos militares, lutando pela consolidação da democracia no território brasileiro.

Um dos fatores que favoreceram a aproximação do movimento estudantil (onde a juventude católica se fazia presente) com a realidade dos trabalhadores e operários foram os sindicatos. Especialmente a partir dos anos de 1960, o movimento estudantil constrói uma via de aproximação com os sindicatos dos trabalhadores, que eram a representação das demandas e da voz do proletariado brasileiro. Não é por acaso que diversas instituições estudantis buscavam na estrutura organizacional do movimento sindical, uma inspiração na sua própria composição, se autodenominando inclusive “sindicatos estudantis” (GRISSET e KRAVETZ, 1968). Essa se tornou uma tendência que espalhou entre a classe média dos estudantes, os quais desempenhavam por sua vez, "dupla militância nos grêmios estudantis e nos sindicatos (despertando, aliás, certa desconfiança dos dirigentes sindicais)” (SANTOS, 2008, p.49).

Concordamos com Agnaldo dos Santos (2008, p. 48), quando discorre que "compreender os dilemas do associativismo sindical e as transformações no mundo do trabalho pode levar-nos a refletir sobre a relevância das lutas orquestradas pelos trabalhadores na sociedade contemporânea". Ou seja, o autor além de dar o devido valor ao estudo sobre a classe operária, expõe a importância de refleti-la como ponto crucial no entendimento da sua relação com a sociedade atual, bem como, entender a inserção da juventude estudantil no seio das demandas dos trabalhadores.

No contexto dos primeiros anos da ditadura militar houve uma intensa repressão sobre o movimento operário brasileiro, em especial devido à força que esta ganhava na mobilização dos seus atores, em razão das greves e manifestações contra a exploração do capital industrial. As grandes greves do final da década de 1970, segundo Imerson Barbosa (2007), “não surgiram do ar. Parte do sucesso das mobilizações se deve ao

'trabalho "miúdo" no interior das fábricas no período de resistência" (p.119). As lideranças sindicais de Osasco e Contagem, por exemplo, em meados de 1968 sofreram repressão violenta por parte da ditadura, frente às manifestações de apoio a greve. Conseqüentemente, as lideranças sindicais, em especial as que tinham ligação ao PCB e ao PTB sofreram perseguições e foram cassadas, todavia seus operários não cessavam de desenvolver estratégias de luta e resistência no solo da fábrica.

É importante ressaltar que o protagonismo maior nas frentes de resistência do setor operário, foi da JOC (Juventude Operária Católica) e da ACO (Ação Católica Operária), o que não diminui a importância dos movimentos estudantis, mas reforçam o compromisso com as causas operárias, sem perder a identidade religiosa. "No início da década de 1960, a Frente Nacional do Trabalho (FNT), com apoio da Juventude Operária (JOC) e da Juventude Universitária Católica (JUC), realizava seu trabalho junto aos operários" (JESUS, 2006, p. 366). Sobre esta identidade, pode-se dizer que continuou como um dispositivo poderoso de material ideológico por parte da religião, que foi, segundo Alejandra Estevez (2015), "formado pela literatura e pela imprensa – incluindo mesmo os boletins paroquiais – e pela organização escolar e universitária que conservou" (p. 210).

Se por um lado a identidade religiosa ainda foi conservada, por outro a identidade política foi se constituindo diante das diversas orientações que os grupos de esquerda seguiam. Como mostra Paulo Sérgio de Jesus (2006), a organicidade da ACO foi importante na consolidação das forças sindicais e trabalhadoras, constituindo-se como elemento importante na formação e conscientização dos sujeitos.

Com atuações firmes, mais explícitas após o golpe militar em 1964, a ACO levantou a bandeira de luta ao lado da classe operária que resistia à sua exploração. A ACO assumiu a tarefa de denunciar as injustiças e perseguições, de clamar contra o desemprego, o arrocho salarial, a fome e a falta de liberdade. A luta ocorreu em um momento em que as lideranças e os sindicatos estavam com suas vozes reprimidas pelo governo, o que viabilizou ainda mais a atividade em prol do povo (JESUS, 2006, p. 366).

Eram necessários mecanismos que servissem de apoio para que este trabalho de conscientização de classe, fosse feito com os operários. Então, a própria experiência catequética que os membros da ACO tiveram em suas paróquias de origem, serviu de base para esta finalidade, agora somente restrita ao método, desvinculado totalmente dos propósitos religiosos que outrora foram estipulados pela Igreja. A conscientização visava uma continuidade das atividades em prol dos trabalhadores, numa época marcada pela repressão do governo sobre os sindicatos e suas lideranças, discutindo os entraves frequentes do cotidiano profissional. A Igreja, portanto, deixa de ter sua finalidade na catequese/conversão para ser um espaço que colabora com a conscientização social.

Isso era feito através de palestras sobre a legislação trabalhista, discussão sobre a vida do trabalhador, problemas das fábricas. Tudo era possível muitas vezes em função da existência de militantes nas fábricas que convidavam os colegas para participarem de shows, festas promovidas pela igreja e cursos de alfabetização para adultos. Com isso, alguns operários que frequentavam a paróquia passavam a assistir às reuniões. (JESUS, 2006, pp. 366-367)

É de suma importância refletir esse fenômeno da ACO como concretização do ideal histórico dos jovens cristãos e a Teologia da Libertação, católicos ou não católicos. A inspiração no pensamento cristão não se desvencilha da vivência em sociedade, dos problemas cotidianos, das injustiças e desigualdades sociais. Ou seja, o pensamento cristão se constitui plenamente quando imerso nos desafios da sociedade, nas causas sociais, fazendo voz contra os poderosos em favor dos oprimidos. Nessa linha, a ACO se fez presente, assumindo seu papel como ator social em favor dos operários, tornando-se importante influenciador no estabelecimento de uma democratização na vida sindical.

Dadas as suas características como organização inspirada numa filosofia cristã, sua orientação era antes a de estimular a capacidade para a autodecisão, especialmente no que se referia aos problemas internos da empresa. Isto não significa que renunciasse a exercer influência. Pelo contrário, buscava sempre atrair os operários através

de atividades culturais e de discussões sobre reivindicações. Esse momento de lazer servia para incorporar temas que estavam ligados à vida do operário, como, por exemplo, o desemprego, o que possibilitava algumas participações. (JESUS, 2006, p.367)

Muitos dos dilemas que aconteciam internamente nas empresas estavam ligados aos problemas inerentes ao capitalismo, bem como ao processo de exploração vertical produzido pelos donos das indústrias, apoiado pela ditadura. A redução do campo de atuação dos sindicatos (devido à perseguição do governo militar) não significou uma destruição dos mesmos, mas impulsionou sua resistência favorecendo o nascimento de um novo sindicalismo. A greve foi um forte instrumento que os trabalhadores encontraram para impulsionar sua luta e fazer resistência frente ao governo. Segundo Imerson Barbosa (2007), a greve é um instrumento privilegiado de luta dos trabalhadores.

O movimento sindical, com o apoio e incentivo da ACO, abraça as pautas de apoio da reivindicação salarial, constituindo assim uma frente contra a exploração do trabalho.

O mero fato de haver greves, o seu simples ser, era um acontecimento político relevante num contexto em que o poder ditatorial trabalhava para interditar todas as expressões de conflito social. Ora, precisamente esta interdição – cuja forma jurídica era a legislação anti-greve – era frontalmente desafiada pelos trabalhadores mobilizados. E a rebeldia dos trabalhadores não arranhou somente a proibição de greves. Na medida em que lutavam contra o arrocho, os grevistas questionavam a política salarial e a própria política econômica dos governos militares, demonstrando que não aceitariam passivamente a situação, iniciando assim um intenso processo de mobilização. (BARBOSA, 2007, p.119)

Quanto mais se alarga o debate sobre a construção do apoio aos atos à favor das greves nas indústrias, mais nos deparamos com a forte influência e parceria da Ação Católica Operária e da Juventude Operária Católica. Isso denota que ao alicerçar as

bases para uma consciência social, das demandas e necessidades coletivas, cada vez mais os movimentos religiosos progressistas se veem interpelados a agir, a fazer frente a exploração industrial que recai sobre os operários, e também ao modelo econômico capitalista. Estabelecendo apoio aos funcionários e operários, os militantes católicos constituem-se em importantes atores na defesa dos trabalhadores, abraçando assim suas causas.

A determinação dos trabalhadores de paralisar suas atividades foi engrossada pelos operários que militavam na ACO, PO e FNT e que estavam envolvidos com o movimento operário e, também, pelos padres progressistas das paróquias que possuíam trabalhos pastorais que vão posicionar-se abertamente em favor dos trabalhadores depois das primeiras articulações empresariais e das autoridades do governo que buscaram desarticular o movimento que se organizou para a campanha salarial. (JESUS, 2007, p.94)

A luta dos operários contra a política do arrocho salarial ganhava apoio e não somente no movimento sindical, mas também na JOC, ACO e FNT, tendo por base o apoio do Padre João Brotto, figura significativa no apoio às reivindicações dos trabalhadores. Através de uma nota publicada no Jornal "A Região" às vésperas do Dia do Trabalho, o Pe. Brotto se apoia no documento *Populorum Progressio*, de Paulo VI, conceituando o trabalho como benção de Deus e capacidade de criação dos trabalhadores, condenando a subserviência na produção para os mais ricos e a permanência dos trabalhadores em situação de pobreza (BARBOSA, 2007). A resposta encontrada para frear os avanços do capitalismo selvagem, aplicado na prática pelos empregadores, foram as greves, que se tornaram empecilho às suas estratégias de fuga dos encargos trabalhistas, em prol do lucro pessoal dos industriais. Pelas greves foi encontrado o caminho para se estabelecer a justiça aos trabalhadores.

Para os membros da oposição que militavam na JOC, ACO e FNT, a greve foi uma resposta aos patrões que usavam como estratégia: mão-de-obra feminina para rebaixar o salário, demissão em larga escala e mudanças no quadro de funcionários visando admitir novos

empregados com salário inferior ao operário demitido, tudo para achatar o salário e aumentar o lucro da empresa.

Para os sacerdotes e militantes da ACO, a luta não foi um fim em si mesma, mas um meio para uma luta maior com conteúdo político e cristão, tendo eles assumido ações no movimento grevista de lideranças, como a de participar da comissão de negociação com os patrões. (COLEÇÃO ACO, 1979).

Essa postura radical adotada pelos militantes da ACO e da PO, de estar presente junto aos operários e demais setores da sociedade que careciam de apoio, justifica sua importância quando analisamos as primeiras frentes de resistência contra o regime ditatorial militar. Diretamente, os donos das indústrias e demais comércios eram favorecidos pela política neoliberal, que em tese justificava a necessidade do crescimento econômico do país, porém servindo-se do trabalhador como simples arrimo, com seus direitos excluídos e ignorados. Com isso, qualquer frente que fizesse voz às necessidades e direitos dos operários e empregados era devidamente calada, perseguida, se não exterminada. Por causa disso, quanto mais operários e trabalhadores tomassem consciência de seus direitos, mais forte a voz era bradada contra os algozes da justiça social. E quanto mais vozes, mais necessidades apareciam. Assim, a ação conjunta dos diversos movimentos de ação católica não ficou restrita aos setores industriais, mas se fez presente em questões de interesse público, que eram também de interesse dos trabalhadores.

Enquanto trabalhadores, ligados ou não a ACO e PO, oposição sindical e a direção sindical articulavam-se nas fábricas visando reivindicar aumento salarial e a formação de comissão de fábrica, nos bairros, outro espaço de luta operária, moradores, juntamente com sacerdotes progressistas, e agentes católicos pertencentes às CEBs, lutavam por creches, pavimentação nas ruas, criação de postos de saúde e iluminação, mantendo assim os movimentos populares em sintonia com o movimento operário. (JESUS, 2007, p.95)

A participação conjunta da ACO, JOC e PO permitiu que aqueles militantes cristãos que outrora apenas indagavam as possibilidades de mudança na sociedade brasileira, pudessem vivenciar de fato uma experiência prática de libertação. Para os participantes de pastoral e que ainda estavam ligados a Igreja, significou um aprofundamento da própria fé; para aqueles que já tiveram contato com a militância política dentro das universidades, como a JUC, significou a realização dos seus próprios ideais, antes restritos às causas estudantis. "A presença da Igreja, desde 1970, no meio operário, serviu para este propósito, como sujeito aglutinador de diversos grupos da sociedade" (JESUS, 2006, p.371). Reitera-se que nesse cenário marcado por repressão, perseguição e clandestinidade, o apoio às greves significava a luta contra as injustiças vividas pelo trabalhador, e coube aos membros da Igreja defender da opressão dos empresários, a vida e o trabalho dessas pessoas (JESUS, 2007).

Entretanto, o Estado estava do lado oposto ao defendido pela ACO, JOC e PO, demitindo líderes do movimento operário, se utilizando das forças policiais militares para intimidar os trabalhadores⁴⁰. A postura repressiva do Estado⁴¹ denota não só uma perseguição movida por uma ideologia ultraconservadora contra os trabalhadores e adeptos das reivindicações sindicais, mas evidencia, como explica Paulo Roberto Wunsch (2007), o caráter burocrático que em tese o sindicato teria. Isso ficou mais explícito à partir das posturas adotadas legalmente, após o Golpe Militar, buscando desvincular qualquer atividade política dessas entidades, bem como suas ações. Isso ficou evidenciado nos dois primeiros anos pós-Golpe (1964-1965)⁴².

Contudo, as estratégias utilizadas para a resistência às duras penas movidas pelo Estado brasileiro, serviram de base para que as lutas sociais fossem intensificadas, e

⁴⁰ Segundo Paulo Sérgio de Jesus (2007), a constante circulação de viaturas da Polícia Militar não tinha outro objetivo se não a intimidação, dando indícios de que os empresários estavam construindo estratégias e se articulando contra os operários, principalmente aqueles que lideravam ou que estavam dispostos a parar suas atividades, em razão das greves.

⁴¹ Por meio da Constituição, os militares centralizavam todo o seu poder político no intuito de enfraquecer os entes federativos e eliminar gradativamente a participação popular, bem como todos os mecanismos decisórios e democráticos. Assim, é importante destacar que "em 1968 houveram 25 greves no país e o número de vítimas do terror oficial foi de 11 brasileiros. Os militares perseguiram, prendiam, torturavam os opositores, restando apenas à esquerda a opção pela luta armada" (WÜNSCH, 2007, p.58).

⁴² Segundo Wunsch (2007), "houveram 383 intervenções em sindicatos, 45 em federações e 4 em confederações. Já no período compreendido entre 1965 e 1970 o número de intervenções foram em 100 sindicatos e 4 federações" (WÜNSCH, 2007, p.57).

consequentemente, não deixassem que os operários desanimassem frente às suas próprias demandas. Além disso, o fator de união em torno de um objetivo em comum, os operários, fortaleceu suas bases e ajudou a estabelecer laços, compromissos com sua classe social.

As greves e a intensificação das lutas sociais não apenas trouxeram novos sujeitos para a cena pública: de fato, como momentos de rica experiência, estes eventos forjaram novos sujeitos coletivos, isto é, provocaram a reelaboração de laços de identidade de classe. Se a história da classe trabalhadora é, como ensinou Thompson, a própria história do seu fazer-se por meio da experiência, aquele contexto abriu enormes espaços para as experiências de classe. (BARBOSA, 2007, p.123)

A tomada de consciência de classe por parte dos operários reafirma um compromisso não somente consigo mesmos, mas aos diversos sujeitos sociais que sofriam com a política do governo de apoio aos empresários. Ou seja, trabalhadores no campo, trabalhadores sem vínculo empregatício, demais operários de diversos segmentos industriais, etc. Por isso a greve representou não só uma constituição orgânica visando um bem coletivo, ou a luta dos trabalhadores contra o abuso empresarial, mas o revigoração da própria consciência de classe. Como afirma Laís Abramo (1986, p.269), "a greve representou a possibilidade, para os trabalhadores, de 'sentir-se novamente gente'. A greve foi o que permitiu, em meio à força e à potência, a (re)descoberta da ação coletiva". Por essa razão, para os membros da ACO, FNT e PO:

(...) o que estava em jogo era o reconhecimento da vontade dos trabalhadores de quebrar com a perseguição e exploração, portanto, como cristãos, deveriam: manter-se atentos e solidários; entender que a greve era o último recurso; que toda luta exigia sacrifício; que a lei era feita para o homem e não o homem para a lei; que essa era uma luta de irmãos trabalhadores, não importando a que cidade ou categoria profissional pertencessem. (JESUS, 2007, p.103)

Toda postura assumida pelos militantes cristãos, em defesa dos operários apoiando manifestações, greves e paralisações, justifica a importância da pesquisa sobre a esquerda católica e sua atuação na política brasileira, no contexto dos anos 1960-1970. Implementar de fato a Teologia da Libertação, impulsionando o engajamento de seus seguidores nas questões sociais e políticas, se tornou possível à partir do instante que houve um rompimento de interesses da Igreja Católica com o Estado, permitindo que a Igreja defendesse causas universais de justiça (DELLA CAVA, 1975). O novo caminho percorrido pelos membros de pastorais católicas interpela à tomar posição frente às injustiças sociais, concretização material da teologia libertadora. A tomada de consciência como cristão, que justifica a fé por meio das obras e causas sociais, impulsiona a maioria dos leigos, já atuantes nos movimentos da igreja, a "participar mais ativamente dos movimentos de cunho social e político, mas sempre no sentido de defender os valores cristãos agora resignificados" (BARBOSA, 2007, p.112-113). Nesse sentido, concordamos com Mainwaring (1989), de que a mudança interna da Igreja Católica, quanto a sua participação de forma mais intensa na sociedade, se deve também ao contexto social que clamava por justiça e por democracia, missões assumidas por seus militantes religiosos.

A mudança da Igreja Católica reflete muito mais o processo político mais amplo, tendo em vista que a maioria dos países latino americanos viviam submersos em regimes autoritários, supressores dos direitos civis; do que simplesmente uma estratégia institucional visando maximizar sua influência na sociedade, pois os interesses da igreja dependem da visão que possui de sua missão, na época muito influenciada pela Teologia da Libertação. (MAINWARING, 1989)

Essa perspectiva de análise histórica é reiterada por Lesbaupin (1980), ao afirmar que "o compromisso de um setor crescente da Igreja com as camadas populares e a constituição da Igreja em espaço para as lutas populares, foi fruto de um processo histórico e de uma conjuntura específica (e não apenas de uma mudança interna na Igreja)" (LESBAUPIN, p.191). Percebe-se uma interação mútua entre os agentes religiosos e os atores sociais que favorece a troca de experiências e a valorização da

diversidade política, religiosa e cultural. As lutas populares são assumidas pelos movimentos e pastorais religiosos, como parte de seu dever como cristãos, ou seja, estabelecendo um elo entre a missão de ser cristãos e as reivindicações sociais das camadas de base da sociedade.

Naquele contexto específico a greve, por exemplo, não serviu apenas para reivindicar direitos trabalhistas ou fazer oposição aos patrões e empresários, mas permitiu que o operário assumisse sua condição orgânica, além de construir uma consciência de classe que o fez ser protagonista de sua cidadania. A ajuda dos movimentos religiosos, nesse sentido, foi crucial para a construção dessa união interna e externa com os trabalhadores, em outras palavras, não se restringia apenas ao âmbito industrial, mas estava consonante à comunidade de origem, aos membros de sua família, às demandas estruturais de sua área de moradia, etc. Todo esse suporte dado pela ACO, PO e JOC constrói essa potência transformadora e opositora nos operários, justificando a pesquisa. A esquerda católica, personificada em seus membros progressistas, comprometidos com as demandas sociais de seu tempo, impulsionados pelos ideais da Teologia da Libertação, foi importante motor na geração de força política aos sujeitos sociais que estavam à mercê dos interesses dos empresários. A greve não foi somente "uma greve", mas significou uma nova primavera para aqueles que almejavam respeito aos seus direitos como cidadãos.

A greve, em particular, foi o momento de configuração de uma relação entre trabalhadores muito mais ampla, tanto no interior das fábricas quanto no exterior, mas torna-se inevitável notar que (n)esta ação grevista (...) o trabalhador "recupera" sua dignidade, os operários católicos, sacerdotes e leigos progressistas ligados a JOC, ACO e PO estiveram envolvidos, o que leva a entender que eles também contribuíram para que os operários desenvolvessem estratégias de luta e resistência operária contra a opressão dos empresários e a repressão das forças policiais. (JESUS, 2007, p.107)

Conclui-se que houve uma forte oposição frente à política neoliberal implantada nos anos 1960-1970, protagonizada por uma frente de esquerda organizada por vários

setores. Segundo Rojas (2014, p.5), “o neoliberalismo é a continuação de um processo de ofensiva das classes dominantes”, tomada pela base governista do Brasil na ditadura, favorecendo os grandes empresários e industriais. Em oposição, a união dos trabalhadores, estudantes, universitários, intelectuais, camponeses, religiosos, criou uma forte resistência aos avanços pretendidos. A impulsão e apoio dados pelos movimentos progressistas católicos rompeu com qualquer ideologia evangélica⁴³, ou seja, que tinha por finalidade uma espécie de "conversão" democrática das massas, e por isso se tornou um forte agente de mudança social ou da redemocratização como necessidade maior do país. Operários católicos ou não católicos se uniram, conviveram, estipularam objetivos em comum, não havendo outra real intenção senão a luta pelos direitos de cada cidadão. Esse foi o grande diferencial.

⁴³ A ideologia evangélica a qual se menciona no texto, em nenhum momento faz alusão as ramificações protestantes neopentecostais, mas ao método de evangelização e catequese que o Catolicismo se utilizou durante os séculos. O sentido de conversão se apresenta como único objetivo pretendido pela instituição Católica, claramente observada nas Cruzadas e nas colonizações, em especial no Brasil. A etimologia da palavra evangelho, do grego "bom anúncio", é reportada aqui no sentido literal, sendo em nenhum momento utilizado para se referir aos evangélicos. Quando se fala em "romper com qualquer ideologia evangélica", podemos entender como a ruptura da antiga metodologia de imposição de crença, seja por meio catequético ou de sobreposição das forças, dando lugar ao método de consciência política através do acolhimento e do debate sobre a realidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, tendo por base uma análise bibliográfica histórica, sociológica e filosófica, justificamos a proposta inicial de apresentar o contexto político e social latino-americano do século XX, para mostrar a importância das mobilizações de esquerda na derrota dos regimes ditatoriais.

Podemos destacar o período como propício à mudança, não restrita ao âmbito político e intelectual, mas que abarca religião e atuação no meio social, imersa na sociedade contemporânea. Havia uma necessidade de mudança de paradigma, de revisão de conceitos que não se aplicam mais às sociedades modernas e suas particularidades. A Igreja, assim, se vê interpelada a agir e a se modificar estruturalmente, em especial a sua maneira de ver o mundo e de atuação. O eurocentrismo impregnado em suas ações e palavras, fruto de séculos vislumbrando a vida dos santos e falando sobre a "verdade", devia ser superado por uma análise social, que só seria possível após uma reforma teológica e pastoral. Torna-se necessário à hierarquia eclesial uma repaginada na sua forma de atuar, visto que a sociedade não é a mesma de séculos anteriores, além de que o mundo não se restringe à Europa. A América Latina ainda era vista pelo viés colonizador, e por isso suas lutas e contradições não faziam parte do interesse eclesial. Assim, quando autoridades eclesiais (bispos e padres) oriundos da América Latina dão início ao debate e, conseqüentemente, a problematização sobre a realidade vivida pelo povo latino-americano, surge uma nova forma de conceber teologia: a teologia da libertação, que não se restringe às teorizações dogmáticas, mas encontra no método materialista histórico um caminho para compreender e mudar a realidade.

Uma mudança estrutural teológica e pastoral da Igreja significa um avanço na própria forma de conceber sua inserção no mundo contemporâneo, posição necessária para que haja uma renovação estrutural e ideológica em seus adeptos. Esse *aggiornamento*, buscado pelos documentos do Concílio Vaticano II, foi assumido pelos religiosos e leigos, que em meio à sua realidade marcada pela desigualdade social, fome, pobreza, ascensão de governos autoritários, impulsionaram um processo de transformação social. O engajamento da Igreja Católica com as demandas sociais e a

realidade latino-americana impulsionou diversas reflexões sobre o papel da própria religião na sociedade, outrora distante da realidade social de seus adeptos.

Conseqüentemente, a própria forma de conceber e praticar a religião se torna cada vez mais ampla, ou seja, não há mais uma imposição vertical dada por uma autoridade hierárquica: a religiosidade se torna muito mais próxima a uma forma de manifestar-se culturalmente, diferente dos antigos modos de manifestação religiosa, pautados na evangelização dos novos povos e de dogmas e disciplinas sem direito à contestação. A Teologia da Libertação, fruto de uma nova hermenêutica bíblica onde o homem encontra seu sentido na prática transformadora da sociedade, se torna um instrumento capaz de auxiliar os indivíduos na busca por justiça e igualdade, posicionando-se contra os problemas econômicos e sociais, o oposto do pensamento conservador católico. Os clérigos envolvidos com essa corrente da teologia procuravam estabelecer cada vez mais seus vínculos ao lado dos pobres, dos marginalizados da sociedade, dos injustiçados e perseguidos, assumindo o papel de porta-voz dos abusos cometidos pelo governo ditatorial.

Nesse processo dialético, a juventude se torna um importante ator na busca pela transformação social do país. Sua fácil adesão à Teologia da Libertação também se deve ao contexto social marcado por embates e revoluções, e conseqüentemente há uma maior adesão aos ideais revolucionários das esquerdas. Ao resgatar a influência teológica, é preciso entender que houve uma formação tanto intelectual como política da juventude. Isoladamente, o *aggiornamento* proposto pela hierarquia católica, em suas reuniões episcopais (concílios e conferências), não seria suficiente.

Esse movimento da juventude inspirado pelo contato com a esquerda católica gerou transformações significativas na sociedade, impulsionando a participação popular e democrática dos cidadãos, de maneira geral, servindo de inspiração para futuras mudanças no campo político, do processo de redemocratização do país. Antes representada por artistas, poetas, estudantes, trabalhadores, a juventude protagonizava importantes mudanças culturais e políticas no Brasil. A influência dos ideais marxistas e a leitura histórica realizada naquele momento, contribuíram para que a juventude fosse um verdadeiro laboratório da Teologia da Libertação, bem como aos seus espaços físicos formativos, ou seja, os ambientes acadêmicos. Os movimentos como a JUC,

imersa no compromisso em defender o ambiente universitário, ganham maturidade ao desmembrar-se oficialmente da hierarquia eclesial, mas mantendo seu compromisso social em comunhão à Teologia da Libertação. Com isso, vemos que essa teologia não é dogmática ou restrita ao domínio católico, mas ganha corpo ecumênico e laico, ao passo que vai se inserindo nas demandas e na realidade do Brasil.

Nos espaços acadêmicos a juventude se constitui como uma grande potência revolucionária. As revoluções socialistas, por exemplo, em especial a cubana, inspiravam a luta armada nas manifestações contra a perseguição proferida pelos governos militares aos quais os jovens cristãos faziam oposição. Além disso, a retirada de direitos da população, o sucateamento das universidades públicas e da rede pública de ensino, bem como a perseguição ideológica embasada em sua ideologia anticomunista, fazem parte da metodologia adotada pelos governos de extrema-direita no país. Em alguns casos, se utilizam da religiosidade popular e de uma retórica conservadora para disseminar seus ideais autoritários, apropriando-se do discurso religioso (conservador) para fins políticos. Evidencia-se a questão quando surge dentro da própria juventude uma resistência conservadora, alimentada por ideais de ordem, ética, moralidade, defesa da família tradicional, pautas defendidas pela ala tradicionalista da Igreja Católica e abraçada pelos ultraconservadores militares. Todo esse aporte favorecia os interesses dos militares e civis aliados, em colocar na prática seu projeto antidemocrático e, claramente, o ambiente universitário se tornara um grande empecilho, devido à alguns fatores como: a liberdade na construção do conhecimento; o ambiente propício ao debate, às manifestações e à construção de princípios democráticos; a não subserviência às ideologias conservadoras.

A clandestinidade, a proibição e perseguição da ditadura favoreceu ainda mais os movimentos de juventude que assumiram seu papel transformador na sociedade. Em comunhão com os trabalhadores, lutaram por justiça e por direitos ao lado de operários e sindicalistas. Gradativamente a imersão nas lutas políticas constrói o caráter democrático da juventude estudantil e operária, ambas geradas no seio da Igreja, porém laicas conforme seu amadurecimento. Nesse ponto, vemos o quão importante foi a influência da Teologia da Libertação para a juventude católica, constituindo-se como importante ator na formação política e intelectual.

O caminho metodológico e teórico abordado neste trabalho responde questões essenciais da pesquisa, e nos explicam como a formação e consolidação da esquerda católica pôde servir de base no combate contra o governo militar, no Brasil. A reflexão desse grupo sobre a realidade da América Latina, inspirada pelos intelectuais franceses que puseram em cheque o papel da humanidade diante da história e da sua constituição social, permitiu que um ideal transformador permeasse todos aqueles que assumissem o compromisso de transformar e ressignificar suas ações. Essa postura revolucionária guiou os militantes pelo caminho de inserção política e de problematização das injustiças sociais, para que o autoritarismo político não fosse hegemônico e encontrasse entraves para seu projeto de ditadura, que na prática resultou na construção das primeiras oposições políticas no cenário brasileiro.

6. BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Unicamp. Campinas, 1986.

ADUFF. **"Atitudes de Rebeldia": as formas da Universidade Tecnocrática, o aparato vigilante/repressivo e as resistências dos professores da UFF durante a ditadura**. Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense - Seção Sindical do Andes/SN. Projeto "Memórias da Ditadura na UFF do GTHMD da ADUFF-SSind. Usina Editorial. Rio de Janeiro, 2018.

AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA. Boletim da Ação Católica Brasileira. Rio de Janeiro, n. 1-2, 1960.

AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. Editora Annablume, São Paulo, 2002.

BARBOSA, Imerson Alves. **A Esquerda Católica na formação do PT**. 2007, 167p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PPG da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista -Campus Marília. UNESP, Marília-SP, 2007.

BENTO, Fábio Régio. **A Igreja Católica e a Social Democracia**. São Paulo: Ave Maria, 1999.

BENJAMIN, Walter. **"La vie des étudiants"** [Der Neue Merkur, 1915]. In Mythe et Violence. Lettres Nouvelles. Paris, 1971.

BERTOLINO, Farley. **Movimento Estudantil e Esquerda Católica na Capital Mineira: História e Memória de uma Geração -1961/1968**. Dissertação (Mestrado

em História) - PPG da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG. Belo Horizonte, 2010.

BOFF, Leonardo. **Francisco de Assis e Francisco de Roma: uma nova primavera na Igreja?**. 1ª Edição. Editora Mar de Ideias. Rio de Janeiro, 2013.

_____. **O perene desafio da Teologia da Libertação**. Horizonte, nº32, Vol.11. Belo Horizonte, 2013.

BRAGHINI, Katya M. Zuquim. **A “Vanguarda Brasileira”: A juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980)**. 2010. 350p. Tese (Doutorado em Educação) – PEPG em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS), PUC-SP, São Paulo. 2010.

_____.; CAMESKI, Andrezza Silva. **“Estudantes democráticos”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960**. Revista Educ. Soc., v. 36, nº. 133. Campinas, 2015.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 9ª Edição. Editora Saraiva. São Paulo, 2015.

CARROZZA, Camilo Fernández. GONZALEZ, Pablo Garrido. **Progresistas y revolucionarios: el Frente de Acción Popular y la Vía Chilena al Socialismo, 1956-1967**. Izquierdas, nº 31. Chile, 2016. pp. 71-101.

CASTAÑEDA, Jorge Gutman. **Utopia desarmada: Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana**. Editora Cia. Das Letras, São Paulo, 1994.

CASTRO, Robson Ribeiro de Oliveira. **Os leigos no CELAM: apontamentos principais**. Pensar-Revista Eletrônica da FAJE. Vol.7, nº2. Faculdade Jesuíta. Belo Horizonte, 2016. pp. 159-177.

CASTRO, Lúcia Rabello de. **Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum.** Revista de Sociologia e Política. Volume 16, nº30. Curitiba, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** Editora Ática. São Paulo, 2000.

Coleção ACO. Relatório da 1ª reunião do conselho da ACO. **Experiências significativas de participação dos militantes nas lutas e iniciativas do movimento operário.** CEDIC, 1979.

Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros – Volta Redonda (CVVR). Relatório Final. Volta Redonda, RJ, 2015.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Artmed. Porto Alegre, 2007.

CRUZ, José Vieira da. **A reação estudantil à Lei Suplicy no Nordeste do Brasil: um estudo comparativo entre os estados da Bahia, de Sergipe, Pernambuco e do Rio Grande do Norte, 1964-1967.** Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente. UDESC; ANPUH-SC; PPGH. Florianópolis, 2011. Disponível em <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/409/331>. Acesso em 12/05/2020.

DELLA CAVA, Ralph. **Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro 1916/64.** Estudos Cebrap. Nº12. São Paulo, 1975.

DERENGOSKI, Gilmar. **A Teoria do Valor em O Capital de Marx – Análise das relações sociais no modo de produção capitalista.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Filosofia do Centro de

Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2018. Disponível em http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3994/2/Gilmar_Derengoski_2018.pdf. Acesso em 22/02/2021.

DIAS, Reginaldo Benedito. **A cruz, a foice e o martelo e a estrela: a tradição e renovação da esquerda na experiência da Ação Popular (1962-1981)**. Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM, Vol. 9, nº1. Maringá, 2005.

_____. **Elementos para uma história da Ação Popular no Paraná**. Revista de História Regional. UEPG. Vol. 4, 2ª Edição. Ponta Grossa, 2007.

DI GREGÓRIO, Maria de Fátima A. **O movimento social da Juventude Universitária Católica na América Latina**. I Seminário Internacional História do Tempo Presente. UDESC. Florianópolis, 2011. Disponível em <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/414/336>. Acesso em 27/12/2019.

DORNAS FILHO, João; AZEVEDO, Fernando de. **O padroado e a igreja brasileira**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.

DUARTE, Hugo Villaça. **A Ação Popular e a questão do humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1418.pdf>. Acesso: em: 13/07/2020

_____. **Em busca da Revolução Brasileira: um debate crítico sobre as teses históricas e a linha política do PCB**. Revista Aedos, nº6, Vol.3. Rio Grande do Sul, 2010.

DUSSEL, Enrique. **Teologia da Libertação – um panorama de seu desenvolvimento**. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

EBSA. **Os “jovens idealistas sem máscara”**. Revista da Editora do Brasil S/A. n° 288. São Paulo, 1972

EBSA. **Estudantes contra os extremismos e o falso nacionalismo – UME – Guanabara**. Revista da Editora do Brasil S/A. n°. 193. São Paulo, 1964.

ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. **Relações Igreja-Estado em uma cidade operária durante a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. n° 69, Vol. 35. São Paulo, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2ª Edição. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1976.

_____. **Da Guerrilha ao socialismo: a revolução cubana**. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2007.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. UEC. Fortaleza, 2002. Apostila.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. Editora Nacional, 3ª Edição. São Paulo, 1969.

GRISSET, Antoine, KRAVETZ, Marx. **Sindicalismo e movimento revolucionário nos movimentos estudantis**. In: BRITTO, Sulamita. Sociologia da Juventude: IV : Os movimentos juvenis. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1968.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Editora Graal. Rio de Janeiro, 1978.

GUIMARÃES, C. **Universidade à luz da crítica. Movimento.** s/l: UNE, 1962.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teología de la Liberación - perspectivas.** Editora Sígueme, 7^a Edição. Salamanca, 1975.

_____. **Teologia da Libertação - perspectivas.** Edições Loyola, São Paulo, 2000.

HARVEY, David. **Para entender O Capital: Livro I.** Trad. Rubens Enderle. Editora Boitempo. São Paulo, 2013.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **El peregrino y el convertido: La religión en movimiento.** México: Ediciones del elénico, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Editora Companhia das Letras. São Paulo, 1995.

IANNI, Otávio. **A Ditadura do Grande Capital.** Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1981.

_____. **Enigmas do Pensamento Latino-Americano.** IEA/USP, São Paulo, 2002. Disponível em <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/iannienigmas.pdf>. Acessado em 21/12/2019.

_____. "O jovem radical". In: BRITO, Sulamita (Org.) **Sociologia da Juventude, I: Da Europa de Marx à América Latina de hoje.** Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1968.

JESUS, Paulo Sérgio de. **A Cidade de Osasco: JOC (Juventude Operária Católica), ACO (Ação Católica Operária), JUC (Juventude Universitária Católica) no**

movimento operário (1960-1970). Projeto História. Nº33. São Paulo, 2006. pp. 365-373.

_____. **Osasco: JOC, ACO e PO no Movimento Operário (1960-1970).** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12992/1/PAULO%20SERGIO.pdf>. Acesso em 01/10/2020.

JUSTINO, Aline Aparecida. **Teologia da Libertação e Marxismo: religião e lutas emancipatórias.** Dissertação de Mestrado. UFSC. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis, 2017.

KOBRAK, Christopher; HANSEN, Per H. (2004). **European Business, Dictatorship, and Political Risk,** Berghahn Books. Nova York, 2004.

LANDAUER, Gustav. **“Volk und Land: Dreissig Sozialistische Thesen”.** in Zukunft. n.58. Janeiro, 1907.

LESBAUPIN, Ivo. **A Igreja Católica e os Movimentos Populares Urbanos.** Revista Religião e Sociedade. n. 5. Rio de Janeiro, 1980.

LEVY, Nelson. **Crítica e Utopia.** Editora Garamond. Rio de Janeiro, 2012.

LIBÂNIO, João. **O mundo dos jovens: reflexões teológico-pastorais sobre os movimentos de juventude da Igreja.** Edições Loyola. São Paulo, 1978.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da ação popular. Da JUC ao PC do B.** Editora Alfa-Omega. São Paulo, 1984.

LOLE, Ana; STAMPA, Inez. **Estado, Hegemonia e Conservadorismo no Brasil contemporâneo**. Anais do XVI Encontro de Pesquisadores do Serviço Social. Vol. 16, nº 1. Espírito Santo, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22586>. Acesso em 02/12/2020.

LÖWY, Michel. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Editora Vozes, Petrópolis, 2000.

_____. **Marxismo e Teologia da Libertação**. Editora Cortez: Autores Associados. São Paulo, 1991.

_____. **Marxismo e cristianismo na América Latina**. Revista Lua Nova: revista de cultura e política. Nº 19. 1989.

_____. **Messianismo, utopia e socialismo moderno**. Traduzido do francês por Anita Brumer. Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Vol. 3, nº 2. Rio Grande do Sul, 2011.

MAIA, César Portantiolo; SALES, Lilian Maria Pinto. **Ação Católica e modernidade religiosa: Um debate sobre a autonomia do leigo**. Debates do NER. Ano 19, nº 34. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2018. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/viewFile/89950/51885>; Acessado em 10/12/2019.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916–1985)**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1989.

MANNHEIN, Karl. "O Problema da juventude na sociedade moderna". In: BRITO, Sulamita (Org.). Sociologia da Juventude: I: Da Europa de Marx à América Latina de hoje. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1968.

MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. Editora Atlas, 5ª Edição. São Paulo, 2002.

MARTINS, Aparecida. **Caminhos e descaminhos da socialização política na Pastoral da Juventude: o caso de Londrina. 2000**. 146 p. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”**. Por um prussiano. Expressão Popular. São Paulo, 2010.

_____. **O capital: Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. Editora Boitempo. São Paulo, 2013.

MAYEUR, Jean-Marie. **Catholicisme social et Démocratie Chrétienne**. Éditions du Cerf. Paris, 1986.

MEDEIROS, Pedro. **CCC e o comando do terror. O Cruzeiro**. Diários Associados. São Paulo, 1968.

MENDES, Cândido. **Memento dos vivos: A esquerda católica no Brasil**. Editora Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1966.

MISSIATO, Victor Augusto Ramos. **Reformismo e revolução na América Latina dos anos 1950 e 1960: as estratégias políticas dos partidos comunistas de Brasil e Chile**. In: VI Congresso Internacional de História, Vol.1, Maringá, 2013. pp. 01-12.

MITIDIERO JR. Marco Antônio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07012009->

161303/publico/MARCO ANTONIO MITIDIERO JUNIOR.pdf. Acesso em 10/11/2019.

MOLINA, Sandra Cordeiro. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: das estruturas aos instrumentos jurídicos**. Dissertação de Mestrado em Direito (Político e Econômico) – Coordenadoria de Pós- Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2011. Disponível em <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1036>. Acesso em 09/01/2020.

MORETTI, Serenito. **Movimento estudantil em Santa Catarina**. [s.n.]. Florianópolis, 1984.

MURARO, Walmir Francisco. **Juventude Operária Católica (JOC)**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1985.

NORONHA, Danielle Parfentieff. **Juventudes e ditadura militar: as representações no cinema brasileiro contemporâneo**. In: III Encontro Baiano de Estudos em Cultura - EBECULT. UFRB. Cachoeira, 2012.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Catolicismo: Modernidade e tradição**. Pierre Sanchis (Org.). Grupo de Estudos do Catolicismo do ISER. 1ª Coleção Catolicismo no Brasil Atual. Edições Loyola. Rio de Janeiro, 1992.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude - alguns contributos**. *Análise Social*. Vol. XXV. 1990.

PINHEIRO, Lucí Faria. **Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil**. Editora Gramma. Rio de Janeiro, 2010.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1968.

PRADO, Maria Lígia Coelho; SOARES, Gabriela Pellegrino.; COLOMOBO, Sylvia. **Reflexões sobre a Democracia na América Latina**. Senac. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Gabriel Abília de Lima. **Padroado régio e Regalismo nos primórdios do Estado Nacional brasileiro (1820-1824)**. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Vol. 9, nº 1. Rio de Janeiro 2017.

OLIVEIRA JR. Franklin. **Paixão e Revolução - Capítulos sobre a história da AP**. Tese de Doutorado em História apresentado à Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

REIS, Ailton Marcos dos. **As relações entre Igreja Católica e regime civil militar no brasil – uma análise a partir dos interesses institucionais da igreja**. Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est. Espírito Santo, 2017.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (Org.). **História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. Editora Unicamp, Campinas, São Paulo, 2007.

REZENDE, Maria José de. **As ditaduras militares na América Latina e seus reflexos na construção do desenvolvimento humano proposto pelo PNUD/ONU**. II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. Volume I, PROLAM/USP, São Paulo, 2016.

ROCHA, Islânia Lima da. **O Estado Moderno a partir da concepção marxista: o comitê executivo da burguesia e a sua supressão**. V JOINPP - Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital. Universidade Federal do Maranhão. Maranhão, 2011.

RODRIGUES, Denise dos Santos. **Cidadania, movimentos sociais e religião abordagens contemporâneas.** João Marcus Figueiredo Assis, Denise dos Santos Rodrigues (Org.). EdUERJ. Rio de Janeiro, 2013.

RODRIGUES, Gelciane Ribeiro; WOLFF, Sara Helena Soares. **O Estado como garantidor dos Direitos Sociais: um ensaio sobre a formulação de políticas públicas efetivas no Estado Democrático de Direito.** Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em Direito) - Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo - Multivix Castelo. Espírito Santo, 2018.

ROJAS, Gonzalo Adrián. **A ditadura militar na Argentina (1976-1983): retomando algumas hipóteses frente aos relatos oficiais.** Lutas Sociais. Vol.18, Nº 32. São Paulo, 2014.

ROSENZWEI, Franz. **L'Etoile de Redemption.** Seuil. Paris, 1982.

RUFINO, Marcos. **Ide, portanto, mas em silêncio: faces de um indigenismo católico heterodoxo.** 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

SÁ, Karolina Kneip de. **Ação Popular do Brasil: Da JUC ao Racha de 1968.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História. Recife, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16829/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Karolina%20Kneip%20de%20S%C3%A1.pdf>. Acesso em 05/07/2020.

SADER, Emir. **Desafios e perspectivas da democracia na América Latina.** Adelaide Alves Dias, Giuseppe Tosi (Org.). - Editora do CCTA, Coleção Direitos Humanos. João Pessoa, 2017.

SANFELICE, José Luis. **A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil militar**. Revista Simbio-Logias, Vol.8, nº11. UNESP. São Paulo, 2015.

_____. **A UNE e a Ditadura Civil-Militar de 1964**. In: GROPPPO, L. A.; ZAIDAN-FILHO, M.; MACHADO, O. L. (Orgs.). Juventude e Movimento estudantil: ontem e hoje. Editora Universitária da UFPE. Recife, 2008.

SANTOS, Agnaldo dos. **Associativismo, geração e linguagem: o caso da juventude metalúrgica do ABC Paulista**. Cenários da Comunicação. Vol. 7, nº 1. São Paulo, 2008.

SANTOS, Irineia Maria Franco dos. **Luta e perspectivas da Teologia da Libertação: o caso da Comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980- 2000**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social. USP. São Paulo, 2006.

SCOPINHO, Sávio Carlos Desan. **O laicato na Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín (1968)**. Revista Eclesiástica Brasileira. Instituto Franciscano de Petrópolis. Ano 73, nº 289. Petrópolis, 2013. pp. 150-180.

SEMERARO, Giovanni. **A Primavera dos anos 60. A geração de Betinho**. Edições Loyola. São Paulo, 1994.

SIGRIST, José Luís. **A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia**. Editora Cortez. Universidade Metodista de Piracicaba. São Paulo, 1982.

SILVA, Wellington Teodoro da; ROCHA, Daniel. **Os anos 1960 e o horizonte utópico da juventude católica**. Revista Atualidade Teológica, Vol.22, nº60. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

SILVEIRA, Carlos Roberto. **O humanismo personalista de Emmanuel Mounier e a repercussão no Brasil.** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2010. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/11832/1/Carlos%20Roberto%20da%20Silveira.pdf>; Acesso em 12/07/2020.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família: as mulheres no Golpe de 1964.** Editora Vozes, Petrópolis, 1985

SOUZA, José Carlos Aguiar de. **As filosofias da história e a tese da secularização: a teologia cristã e as raízes da secularização na modernidade.** PLURA, Revista de Estudos de Religião, vol. 2, nº 2, 2011

SOUZA, Ney de. **Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites.** Revista de Cultura Teológica, nº55, Vol.14, 2006. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/15033/11226>. Acesso em 12/12/2019.

SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga de. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação.** Editora Vozes. Rio de Janeiro, 1979.

TOMASI, Gilberto. **Juventude: protagonismo e religiosidade.** Editora Paulinas. São Paulo, 2018.

UNE. **Luta atual pela Reforma Universitária.** Guanabara: UNE, 1963.

VIEGAS, Elis Regina dos Santos. **A consciência de classe na perspectiva marxista: alguns apontamentos a partir da categoria docente.** XI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. PUC-PR. Curitiba, 2013. Disponível em https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7522_4201.pdf. Acesso em 07/01/2021.

WÜNSCH, Paulo Roberto. **O movimento sindical na dinâmica da acumulação capitalista: ação sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Caxias do Sul.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/590/1/389626.pdf>. Acesso em 09/11/2020.